

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SUPERVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS VILA PRUDENTE



PREFEITURA DA CIDADE DE
SÃO PAULO

RELATÓRIO DE PESQUISA:
PERFIL DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DA SAS VILA PRUDENTE

Georgia Biagioni (estagiária)

Reinaldo da Silva Soares (supervisor)

2019

Agradecimentos

Agradecemos aos funcionários e gerentes dos serviços em que realizamos a pesquisa, pela presteza e colaboração;

À Márcia Daher, então coordenadora do CRAS, que nos auxiliou e acompanhou à pesquisa;

Ao motorista Luís, por nos levar para todos os serviços;

E ao Ismael, por revisar todo o trabalho, pelas sugestões e pelo apoio.

Sumário

Apresentação	4
Objetivos	5
Metodologia	6
Introdução	8
1. NCI	11
1.1 Exposição dos dados coletados.....	11
1.2 Análise dos dados obtidos.....	34
2. SASF	41
2.1 Exposição dos dados coletados.....	41
2.2 Análise dos dados obtidos.....	67
3. CJ	76
3.1 Exposição dos dados coletados.....	76
3.2 Análise dos dados obtidos.....	102
4. CCA	108
4.1 Exposição dos dados coletados.....	108
4.2 Análise dos dados obtidos.....	134
Considerações Finais	146
Referências Bibliográficas	149

Apresentação

Compete a Supervisão de Assistência Social: “coordenar, articular, difundir e orientar as ações de coleta de dados primários a partir de instrumentos, índices e parâmetros estabelecidos para a rede de serviços socioassistenciais de sua região de abrangência”.¹

A operacionalização da Vigilância Socioassistencial no território, implica em produzir dados que tenham como escopo as “situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos e dos eventos de violação de direitos em determinados territórios”². Nesse sentido, em 2016 e 2017 procedemos ao georeferenciamento dos usuários dos serviços da Proteção Básica da SAS Vila Prudente, com o objetivo de saber como ocorre a distribuição espacial no território. O resultado desse trabalho sugere que precisamos ir além dos dados quantitativos e elaborar uma caracterização qualificada do público atendido pelos nossos serviços.

Constatamos que a maior parte dos usuários não está em área de alta vulnerabilidade social, ao contrário do que afirmavam boa parte dos gerentes. Utilizamos como referência o IPVS (Índice Paulista de Vulnerabilidade Social), que é um indicativo sintético, e não desconsideramos o fato de os gerentes estarem falando de outras vulnerabilidades não contempladas pelos nossos indicadores territoriais. Sendo assim, decidimos pela pesquisa para identificarmos possíveis formas de vulnerabilidade social além daquelas definidas pelo IPVS, a fim de compreender a condição dos usuários em questão de forma mais ampla e abrangente.

Considerando que a leitura do território auxilia na compreensão da realidade onde o serviço está localizado, entender e situar as famílias em condição de vulnerabilidade social também significa compreender a dinâmica da nossa área de atuação.

A apreensão das condições econômicas, políticas, culturais e sociais são de extrema importância para a definição do perfil dos usuários dos serviços

¹ Decreto nº 58.103 de 26 de Fevereiro de 2018, que reorganiza a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

² Norma Operacional Básica NOB – Suas - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.

conveniados, por configurarem a vida e a territorialização dos mesmos. Isto está diretamente ligado a tomada de decisões sobre onde e quando intervir.

Portanto, traçar o perfil dos usuários servirá como mecanismo orientador ao CRAS a fim de proporcionar uma clara visão da população atendida.

Objetivos

O objetivo central deste trabalho é elaborar um perfil dos usuários dos serviços da Proteção Básica, com enfoque em características sociais, econômicas e políticas que tornem possível estabelecer se estas pessoas se encaixam no conceito de vulnerabilidade social.

Para compreender a vulnerabilidade social, partimos inicialmente do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), que toma como indicadores de medida renda, escolaridade, condição de inserção no mercado de trabalho, acesso a serviços prestados pelo Estado e oportunidades de mobilidade social. A partir da leitura de bibliografia a respeito da vulnerabilidade, compreendemos que existem outros elementos que, interligados, também podem contribuir para a constituição da condição de vulnerabilidade. Dessa forma, outro objetivo da pesquisa é trazer a tona o questionamento acerca da determinação de vulnerabilidade do IPVS: Suas variáveis são insuficientes para analisar os moradores? Existem outras formas de vulnerabilidade além das que o índice determina?

Para traçar este perfil, consideramos então as variáveis do índice e outras além: sexo, idade, escolaridade, cor/raça, quantidade de pessoas residentes na moradia, tipo de organização familiar, renda, acesso a benefícios sociais, condições de moradia, a relação dos usuários com sua família, a percepção que tem do bairro em que moram, o que fazem no tempo livre, o que pensam sobre o serviço e a escola que frequentam e quais suas expectativas em relação ao futuro.

Metodologia

A pesquisa foi realizada a partir de questionários aplicados pela pesquisadora aos usuários dos serviços da Proteção Básica. Os serviços abordados foram dois Núcleos de Convivência do Idoso (NCI), um Serviço de Assistência Social à Família (SASF), um Centro para a Juventude (CJ) e nove Centros para Crianças e Adolescentes (CCA).

Ao todo, esses serviços atendem a 2430 usuários. Em razão da dimensão do universo da pesquisa, que inviabilizaria uma amostra que fosse representativa do ponto de vista estatístico (331 pessoas, com margem de erro de 5%), optamos por uma amostra que fosse factível. Escolhemos entrevistar cerca de 10% dos usuários de cada serviço. Quando possível, realizamos entrevistas a mais do que o estipulado. No caso do SASF em específico, tivemos que reduzir consideravelmente tal amostragem. O serviço atende 1000 famílias em suas casas, mas um número muito menor de pessoas são as que frequentam os cursos que o serviço promove. Reduzimos a amostra para 5%, estimando conseguir 50 entrevistas. Conseguimos, no entanto, um total reduzido de 33 entrevistas, devido à pequena quantidade de usuários que frequentam os cursos do serviço. Nos NCIs foram realizadas 17 entrevistas (de uma amostragem estimada em 20), no CJ foram realizadas 21 (de uma amostragem estimada de 18) e nos CCAs foram realizadas 120 entrevistas (de uma amostragem estimada de 105). Ao todo, foram realizadas 191 entrevistas.

Foi realizado um pré-teste com os usuários, que rendeu pequenas alterações para o questionário final. O questionário conta com 25 questões, que alternam entre abertas e fechadas.

As entrevistas foram realizadas com cada usuário individualmente, em uma sala à parte. Foi explicitado aos usuários que a entrevista seria anônima. Escolhemos realizar a entrevista através de áudio, realizando posteriormente a transcrição. A escolha se deu devido às questões abertas, nas quais os entrevistados costumam trazer muitas informações que são difíceis de serem captadas apenas no papel. Pedimos a permissão deles para gravar a conversa. Apenas um usuário, de um CCA, negou o pedido, e sua entrevista foi então realizada somente no papel.

Após a transcrição dos dados, a tabulação foi feita com o Software SPSS. As respostas abertas foram separadas em categorias, determinadas pelas respostas que mais apareciam. Foi possível, dessa forma, traçar qualitativamente o perfil dos usuários de cada serviço.

Para analisar as entrevistas, optamos por separar a pesquisa por agrupamentos de serviços. Dessa forma, a tabulação e análise foram feitas separadamente para NCIs, SASF, CJ e CCAs. Em cada parte, serão inicialmente expostos os resultados da pesquisa, seguidos por comentários finais que relacionam os resultados com as questões relevantes para a análise da vulnerabilidade.

Introdução

Compreendendo que a atuação da Assistência Social se baseia no conceito de vulnerabilidade social, cabe inicialmente assimilar o uso do termo. A utilização do conceito de vulnerabilidade parte da proposição de que a pobreza não é o único elemento responsável pela desigualdade e exclusão social de indivíduos. A partir daí, é preciso olhar para outros fatores além da renda para compreender a condição de vida da população.

Nascimento e Melazzo (2013) mobilizam diversos autores para explicar a vulnerabilidade. O conceito aparece aqui articulado com a ideia de risco. O estado de vulnerabilidade está relacionado com a exposição ao risco e com a capacidade (material e/ou simbólica) que os indivíduos, famílias e comunidades têm de lidar com esse risco. Desse modo, a vulnerabilidade está associada também aos processos e recursos que estão disponíveis para enfrentar o risco (NASCIMENTO; MELAZZO, 2013, p.72-73). Com isso, a vulnerabilidade se vincula com o acesso ao bem-estar social, considerando-se que a carência deste diminui as possibilidades de se lidar com o risco.

O risco pode ser compreendido como uma variedade de situações que permeiam diversas instâncias sociais. Holzman e Jorgensen (2003, apud NASCIMENTO; MELAZZO, 2013, p.72) as colocam como: riscos naturais (desastres naturais), riscos ligados ao ciclo de vida (nascimento, maternidade, velhice, morte, ruptura familiar), riscos sociais (crimes, violência doméstica, exclusão social), riscos econômicos (riscos financeiros, crises econômicas), riscos ambientais (poluição, desmatamento) e riscos políticos (discriminação, golpes de estado).

Sendo a vulnerabilidade composta por elementos diversos e variáveis, é também preciso compreender sua heterogeneidade e especificidade. Para isso, os autores defendem que vulnerabilidade e risco devem ser analisados de acordo com suas características dentro de cada território. Cabe à Assistência Social compreender as particularidades e necessidades da população do território que atendem (NASCIMENTO; MELAZZO, 2013, p. 74).

Para deprender se os usuários dos serviços da SAS Vila Prudente são as pessoas que deveriam ser atendidas pela assistência social, é preciso retomar a legislação vigente que estabelece as determinações a respeito da Política Pública de Assistência Social.

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993 determina que a Assistência Social deva garantir o atendimento às necessidades básicas. Ela visa a “a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice”; “o amparo às crianças e aos adolescentes carentes”; “a promoção da integração ao mercado de trabalho”; “a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária”; e “a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família” (BRASIL, 1993). As categorias, apesar de essenciais, são genéricas e carecem de explicações mais detalhadas. A legislação menciona a análise territorial da “capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos” (IBIDEM). Não há explicação dos conceitos de vulnerabilidade, vitimização e danos, e assim não é delimitado de forma muito específica quem tem a necessidade de ser atendido pela Assistência Social.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de 2004, traz um texto mais completo acerca das áreas de atuação da Assistência Social:

Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas;

uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (BRASIL, 2004, p.33)

Aqui, o conceito de vulnerabilidade já aparece exemplificado em termos práticos, e leva em consideração diversas formas de exclusão social e risco que não são mencionadas no LOAS. O ponto de partida é a família, tida como núcleo de apoio primeiro, visando o atendimento das necessidades de seus membros e indivíduos. A vulnerabilidade é associada a vínculos familiares e sociais, além de fatores econômicos. Buscam-se recortes territoriais com conjuntos populacionais em situações similares para que se possa intervir a partir de políticas públicas (BRASIL, 2004, p.44).

A mensuração da vulnerabilidade, em São Paulo, é realizada através do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, realizado a cada 10 anos, com base nos dados coletados pelo Censo Demográfico. O índice leva em consideração as variáveis renda, escolaridade, condição de moradia e composição familiar. A partir destas variáveis, subscreve a população urbana em uma subdivisão em seis grupos, em uma escala de vulnerabilidades: baixíssima vulnerabilidade (grupo 1); vulnerabilidade muito baixa (grupo 2); vulnerabilidade baixa (grupo 3); vulnerabilidade média (grupo 4); vulnerabilidade alta (grupo 5) e vulnerabilidade muito alta (grupo 6) (IPVS, 2013, p. 6). A quantidade limitada de variáveis do IPVS traz à tona o questionamento se, de fato, o índice é suficiente para se mensurar a vulnerabilidade nos termos em que é delimitada no PNAS. As determinações do PNAS vão muito além das questões de renda, escolaridade, moradia e composição familiar. Parte daí a análise dos serviços da SAS Vila Prudente a partir de outras variáveis que não são abordadas no IPVS.

A questão da segurança pública, por exemplo, que não é contemplada pelo IPVS, é relevante para as pessoas que moram tanto em grandes centros urbanos como em pequenos povoados rurais. O medo cotidiano compromete a qualidade de vida da população. É sabido que, de fato, é pouco provável que alguém possa se sentir plenamente seguro. Mas o que importa é a sensação de segurança, algo subjetivo, mas que é fundamental para a saúde mental do indivíduo. Dessa forma, a

análise de questões como a violência urbana, entre tantas outras, pode ser necessária para a compreensão da vulnerabilidade social.

1. NCI

Bem Estar da Melhor Idade e Respeito e Dignidade

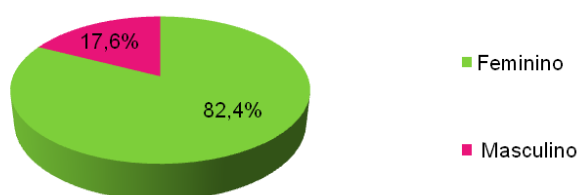
1.1 Exposição dos dados coletados

Foram realizadas ao todo 17 entrevistas. Analisando os dados dos dois serviços conjuntamente, foi possível traçar o perfil básico dos usuários. A média de idade dos entrevistados é 67,41 anos.

Os entrevistados pertencem majoritariamente ao sexo feminino, sendo 82,4% mulheres e 17,6% homens. A discrepância entre ambos os sexos é significativa. É possível que isso se dê devido às atividades do serviço serem mais voltadas ao público feminino. Apesar disso, em comparação com uma pesquisa realizada em 2007 nos serviços da SAS Butantã, o número de homens aqui é consideravelmente maior (havia 5% de homens no Centro de Convivência do Idoso do Butantã) (OLIVEIRA; PEREIRA; SOARES, 2007, p.68). Podemos levantar a hipótese de que os serviços estejam aumentando o número de atividades que sejam do interesse de usuários de ambos os sexos, como, por exemplo, as atividades voltadas à saúde física.

Sexo	
	Frequência
Total de entrevistados: 17	
Feminino	14
Masculino	3
Total	17

Sexo



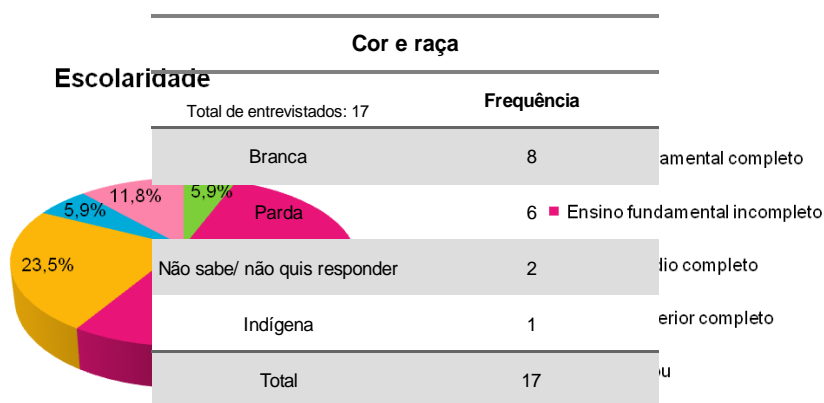
Quanto à escolaridade³, cerca de metade dos entrevistados (52,9%) começou o ensino fundamental e não terminou. O ensino básico foi concluído por 23,5% dos usuários e 11,8% não estudaram. Também é relevante o dado de que apenas 5,9% cursaram e concluíram o ensino superior.

Escolaridade	
	Frequência
Total de entrevistados: 17	
Ensino fundamental completo	1
Ensino fundamental incompleto	9
Ensino médio completo	4
Ensino superior completo	1
Não estudou	2
Total	17

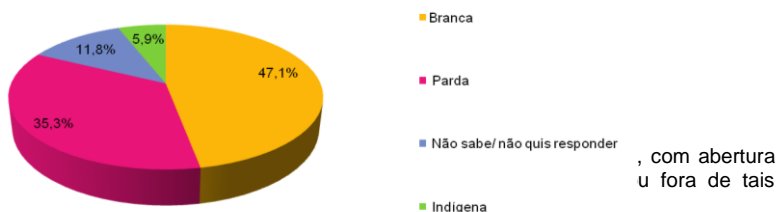
³ A maioria dos entrevistados respondeu sua escolaridade de acordo com a nomenclatura vigente quando estavam na escola. Fizemos a correlação para que a tabela se adequasse aos termos atuais.

Cerca de metade dos entrevistados se identificou como branco⁴ (47,1%), seguidos por pardos (35,3%). Uma porcentagem relevante, de 11,8%, não soube como se identificar. Nenhum entrevistado se identificou como preto.

Há aqui uma divergência em relação aos dados da população brasileira em geral. Segundo os dados da PNAD⁵, realizada de julho a setembro de 2018, dentre as pessoas maiores de 14 anos, no Brasil, 46,1% se declararam pardas; 43,5% se declararam brancas e 9,3% se declararam pretas. Percebe-se aqui a diferença em relação aos nossos resultados, nos quais a maioria se declara branco e ninguém se declara preto.



Cor e raça



⁴ Foram utilizadas as seguintes cores para que os dados fossem agrupados em categorias.

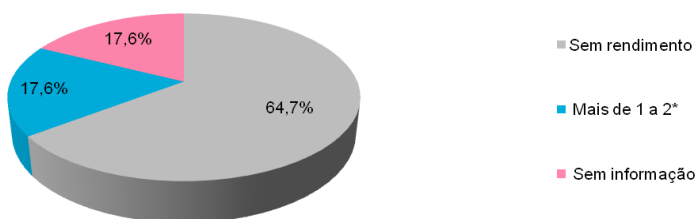
⁵ Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, realizada pelo IBGE para produzir indicadores sobre diversos temas sociais (como habitação, educação e trabalho) em todo o território nacional.

Quanto à renda⁶ e condição econômica, pouco mais da metade (52,9%) dos entrevistados recebe aposentadoria e não possui renda por trabalho. Além disso, 23,5% afirmaram receber pensão. A média de pessoas trabalhando por domicílio é muito baixa (0,47). Todos os entrevistados (100%) afirmaram não receber nenhum benefício social.

Renda familiar total por mês	
Total de entrevistados: 17	Frequência
Sem rendimento	11
Mais de 1 a 2 salários mínimos*	3
Sem informação	3
Total	17

* Baseado no salário mínimo de 954 reais (vigente em 2018).

Renda familiar mensal



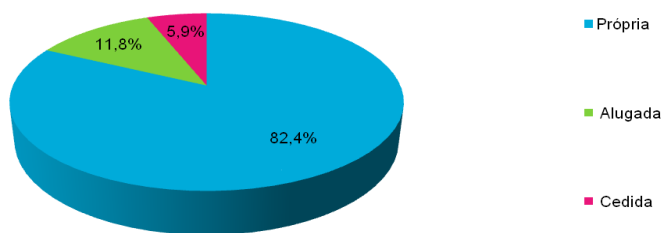
* Baseado no salário mínimo de 954 reais (vigente em 2018).

⁶ Utilizamos o termo renda para se referir apenas ao salário proveniente de trabalho.

No que se refere à condição de moradia, a grande maioria dos usuários (82,4%) possui sua casa própria. Todos (100%) relataram morar em casa ou apartamento. A média de cômodos por casa é 3,4. Possuir casa própria e o tamanho desta são elementos que distanciam os usuários de condições de vulnerabilidade.

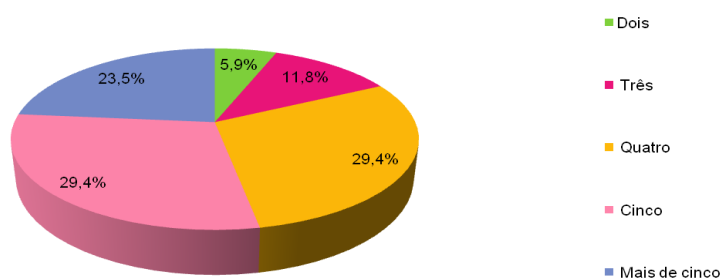
Condição de propriedade do imóvel	
Total de entrevistados: 17	Frequência
Própria	14
Alugada	2
Cedida	1
Total	17

Condição de propriedade do imóvel



Quantidade de cômodos na casa	
Total de entrevistados: 17	Frequência
Quatro	5
Cinco	5
Mais de cinco	4
Três	2
Dois	1
Total	17
Média	3,4

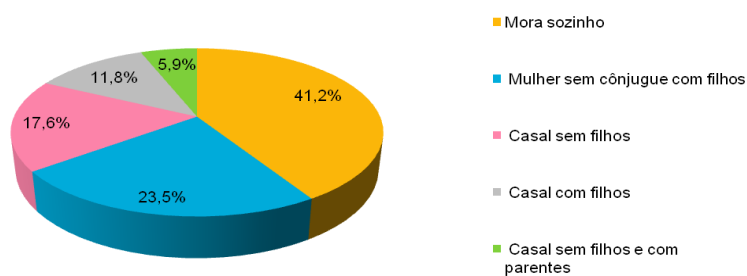
Quantidade de cômodos na casa



No que concerne à composição familiar⁷, a média de pessoas por residência é 1,88. Uma porcentagem elevada (41,2%) de idosos mora só.

Composição familiar	
	Frequência
Total de entrevistados: 17	
Mora sozinho	7
Mulher sem cônjuge com filhos	4
Casal sem filhos	3
Casal com filhos	2
Casal sem filhos e com parentes	1
Total	17

Composição familiar



⁷ Foram utilizadas as categorias de composição familiar do Censo do IBGE de 2010.

Quanto ao bairro em que moram, são, no total, mencionados mais elementos positivos (53%) do que negativos (42,2%).⁸ Dentro dos elementos positivos, destacam-se a sociabilidade (82,4% das respostas) e o acesso a serviços públicos (64,7% das respostas). Os vínculos sociais com outros moradores do bairro se mostram cruciais para a vivência dos idosos, reiterando a importância das relações sociais para que não se sintam isolados. Apenas um entrevistado (5,9% das respostas) mencionou manter relações negativas com pessoas do bairro, e também um (5,9% das respostas) mencionou não manter nenhuma relação social.

O acesso a serviços públicos é uma variável essencial para diminuir os efeitos da vulnerabilidade. Dentre as respostas, 64,7% declararam existirem serviços públicos perto de onde moram; 11,8% declararam existirem serviços públicos bons; e 11,8% declararam a facilidade de acesso ao transporte. Ao todo, são 88,3% de menções positivas em relação a serviços públicos. Há, em oposição, 58,8% de respostas nas quais os usuários fizeram reclamações acerca dos serviços públicos de seu bairro. Destas, em 29,4% os usuários afirmaram existirem serviços ruins; em 17,6% afirmaram não existirem serviços públicos perto e em 11,8% mencionaram a dificuldade de acessar o transporte público. A partir desses dados, pode-se perceber que existem divergências entre os usuários. Muitos possuem uma vivência positiva em relação ao acesso aos serviços públicos, o que diminui os riscos sociais a que são suscetíveis. Outros, por sua vez, ainda estão vulneráveis a estes riscos por não terem acesso, de forma plena, aos serviços públicos⁹.

A possibilidade de acesso ao lazer também delimita a inserção do idoso na sociedade e sua qualidade de vida. Nas respostas, 23,5% afirmaram existirem opções públicas de lazer em seu bairro, enquanto 41,2% declararam não ter opções de lazer. Além disso, 11,8% mencionaram a falta de manutenção nas áreas de lazer existentes, e 11,8% mencionaram não se sentir seguros para utilizar as áreas de lazer (devido à incidência de crimes de violência urbana). No geral, há dificuldade de acesso às áreas de lazer, que poderiam ser uma forma de melhorar o bem-estar físico e mental dos idosos.

⁸ Nas questões abertas, as porcentagens se referem ao número de vezes que uma resposta foi mencionada. É possível que um usuário mencione mais de um item da listagem, e por isso a somatória das porcentagens é maior que 100%.

⁹ Cabe mencionar que muitos usuários (41,2%) relataram não precisar de serviços de saúde públicos por possuírem convênio médico particular.

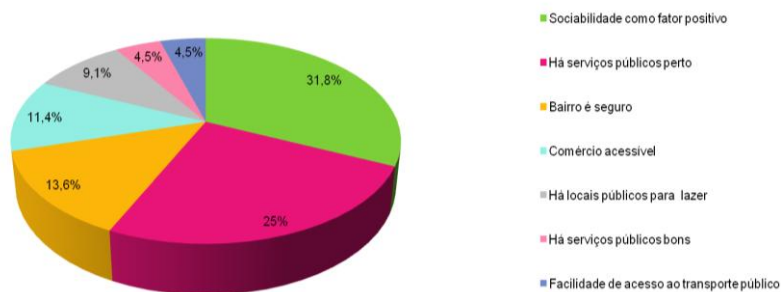
Outro elemento essencial para percepção de risco no bairro é a questão da violência. Pode-se perceber que a maioria dos entrevistados não se sente seguro no bairro em que vive: apenas 35,3% das respostas afirmaram que o bairro em que vivem é seguro, em oposição a 64,7% de respostas que ressaltaram não ser seguro devido à recorrência de violência urbana (roubos, assaltos).

O que você acha do bairro em que mora?		
Total de entrevistados: 17	Respostas	Porcentagem de casos
	N	
Sociabilidade como fator positivo ("sou amiga de todo o pessoal do bairro")	14	82,4%
Bairro é violento ("acontece muito assalto, roubo de carro")	11	64,7%
Há serviços públicos perto ("moro perto de um postinho")	11	64,7%
Não há opções de lazer ("aqui não tem diversão, se a gente quer tem que ir pra fora")	7	41,2%
Bairro é seguro ("é um bairro calmo")	6	35,3%
Os serviços públicos existentes são ruins ("o posto de saúde da gente tá muito ruim, não tem remédio, não tem médico")	5	29,4%
Comércio acessível (tem supermercado, tem farmácia, tem feira livre")	5	29,4%
Há locais públicos para lazer ("tem parques maravilhosos")	4	23,5%

Não há serviços públicos perto ("hospital é tudo longe")	3	17,6%
Outros ("hospitais, essas coisas assim é complicado, né? Eu não dependo, porque eu tenho plano de saúde")	3	17,6%
Falta manutenção nas áreas de lazer ("aquele campo precisa fazer alguma coisa nele, ele tem muito lixo")	2	11,8%
Há opções de lazer mas os usuários não se sentem seguros para frequentá-las ("ninguém tem coragem de ficar sentado numa praça,[...] porque é certeza que ele vai ser assaltado")	2	11,8%
Há serviços públicos bons ("as enfermeiras que trabalha no posto, que visita as casas, ela sempre vai lá me visitar, todos os meses eles vão, fazer uma visita, conversar")	2	11,8%
Facilidade de acesso ao transporte público ("tem linha de ônibus")	2	11,8%
Dificuldade de acesso ao transporte público ("é muito ruim de condução, você fica toda a vida no ponto esperando a condução")	2	11,8%
Falta de manutenção nas ruas ("tem calçada quebrada")	2	11,8%
Sociabilidade como fator negativo ("[o vizinho] me deu muita dor de cabeça, não respeitou minha idade")	1	5,9%
Não mantém relações sociais ("ninguém conhece ninguém", "lá ninguém conversa")	1	5,9%
Total	83	488,2%

Fatores positivos do bairro	
Total de entrevistados: 17	Respostas
	N
Sociabilidade como fator positivo ("sou amiga de todo o pessoal do bairro")	14
Há serviços públicos perto ("moro perto de um postinho")	11
Bairro é seguro ("é um bairro calmo")	6
Comércio acessível (tem supermercado, tem farmácia, tem feira livre")	5
Há locais públicos para lazer ("tem parques maravilhosos")	4
Há serviços públicos bons ("as enfermeiras que trabalha no posto, que visita as casas, ela sempre vai lá me visitar, todos os meses eles vão, fazer uma visita, conversar")	2
Facilidade de acesso ao transporte público ("tem linha de ônibus")	2
Total	44

Elementos positivos do bairro



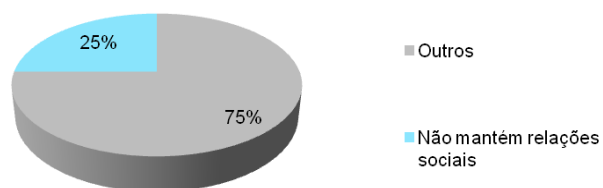
Fatores negativos do bairro	
Total de entrevistados: 17	Respostas
	N
Bairro é violento ("acontece muito assalto, roubo de carro")	11
Não há opções de lazer ("aqui não tem diversão, se a gente quer tem que ir pra fora")	7
Os serviços públicos existentes são ruins ("o posto de saúde da gente tá muito ruim, não tem remédio, não tem médico")	5
Não há serviços públicos perto ("hospital é tudo longe")	3
Falta manutenção nas áreas de lazer ("aquele campo precisa fazer alguma coisa nele, ele tem muito lixo")	2
Há opções de lazer mas os usuários não se sentem seguros para frequentá-las ("ninguém tem coragem de ficar sentado numa praça,...] porque é certeza que ele vai ser assaltado")	2
Dificuldade de acesso ao transporte público ("é muito ruim de condução, você fica toda a vida no ponto esperando a condução")	2
Falta de manutenção nas ruas ("tem calçada quebrada")	2
Sociabilidade como fator negativo ("[o vizinho] me deu muita dor de cabeça, não respeitou minha idade")	1
Total	35

Elementos negativos do bairro



Bairro neutro	
	Respostas
	N
Número de entrevistados: 17	
Outros ("hospitais, essas coisas assim é complicado, né? Eu não dependo, porque eu tenho plano de saúde")	3
Não mantém relações sociais ("ninguém conhece ninguém", "lá ninguém conversa")	1
Total	4

Elementos neutros do bairro



Bairro		
	Respostas	Porcentagem de casos
	N	
Total de entrevistados: 17		
Positivo	44	53,0%
Negativo	35	42,2%
Neutro	4	4,8%
Total	83	100,0%

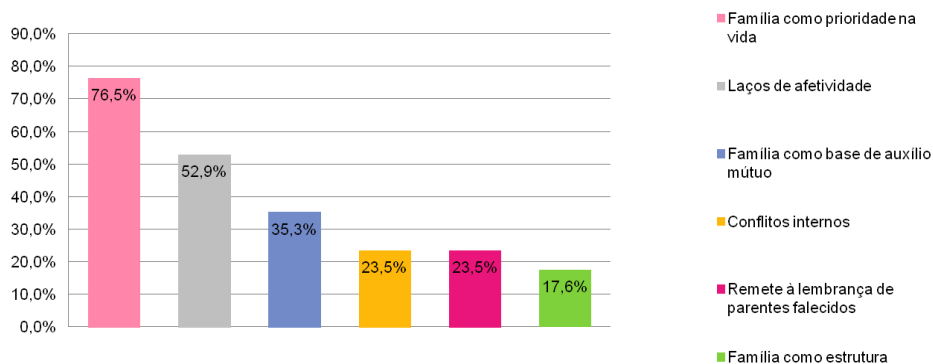
A família tem um papel prioritário no que tangencia o cuidado com a socialização, a inserção do idoso na comunidade, e o não abandono e invisibilização. Daí a importância de abordar as relações familiares e como os usuários as percebem. A grande maioria das menções remetem a uma relação boa, na qual a família é tida como prioridade (76,5% das respostas), aonde há laços de afetividade (52,9% das respostas) e auxílio mútuo (35,3% das respostas). Há, como pontos negativos, a menção a conflitos internos na família (23,5% das respostas) e a dor da perda de parentes falecidos que ainda não foi superada (23,5% das respostas).

A valorização da juventude e estigmatização da velhice faz com que esse período da vida possa ser visto como algo não importante, no qual já se viveu tudo que havia para ser vivido. A velhice é associada ao declínio e à incapacidade. Essa visão se torna evidente ao questionarmos os idosos a respeito de seus planos para o futuro. Entre as respostas, em 35,3% os usuários declararam não ter mais perspectiva de futuro, argumentando que só tinham possibilidade de ação quando eram jovens, e agora lhes resta esperar a morte. Além disso, em 29,4% das respostas os entrevistados demonstraram se preocupar com o futuro dos filhos, deixando de lado a própria perspectiva de vida, e em 11,8% mencionaram ter como planos apenas manter a vida que levam. A importância da família e da socialização na vida dos entrevistados é reiterada aqui, quando estes transparecem o desejo de passar mais tempo com a família (29,4% das respostas) e com os amigos (17,6% das respostas).

Qual a importância da sua família para você?

Respostas	
	N
Total de entrevistados: 17	
Família como prioridade na vida ("minha família pra mim é tudo")	13
Laços de afetividade ("eu amo meu neto")	9
Família como base de auxílio mútuo ("a gente é um pelo outro")	6
Conflitos internos ("tem os momentos ruins")	4
Remete à lembrança de parentes falecidos ("depois que eu perdi minha esposa ai veio um desarranjo emocional")	4
Família como estrutura ("a base de tudo é a família")	3
Total	39

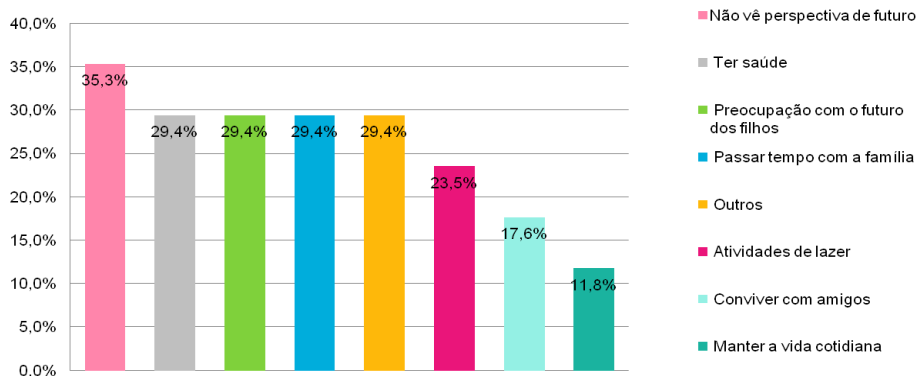
Importância da família



Quais são seus planos pro futuro?

Total de entrevistados: 17	Respostas
	N
Não vê perspectiva de futuro ("acho que é só a morte", "o que é futuro né, porque a gente já não tem mais idade")	6
Ter saúde	5
Preocupação com o futuro dos filhos ("eu penso no futuro dos meus filhos")	5
Passar tempo com a família ("curtir os filhos, os netos")	5
Outros ("me aposentar", melhoras para o país)	5
Atividades de lazer (viajar)	4
Conviver com amigos	3
Manter a vida cotidiana ("continuar com essa vida que eu tenho")	2
Total	35

Planos para o futuro



Dentro dessas perspectivas a respeito da velhice e das questões trazidas pelos usuários, cabe destacar a importância do serviço no cotidiano dos usuários.

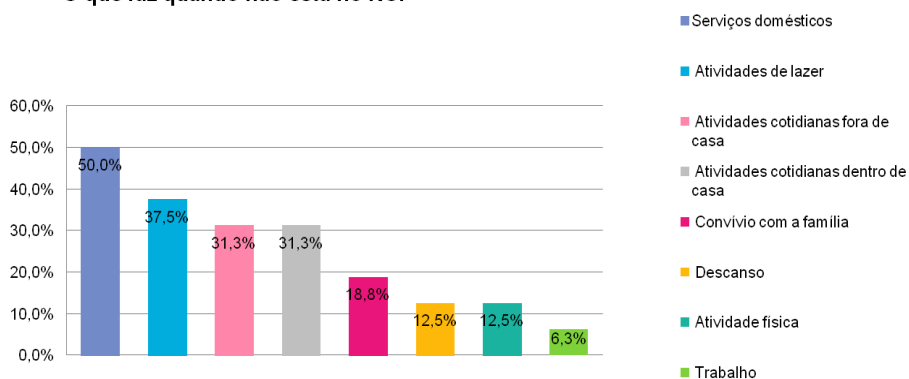
Quando questionados o que fazem quando não estão no NCI, 50% das respostas se referiam a serviços domésticos; 37,5% citaram atividades de lazer. Também houve um número significativo de menções às atividades cotidianas dentro (31,3%) e fora (31,3%) de casa.

Na mesma linha, em 47,1% das respostas foi afirmado que estariam fazendo serviços domésticos caso não estivessem no NCI pela manhã. Além disso, em 35,3% das respostas os usuários afirmaram que estariam ociosos, sem fazer nada. O serviço cumpre o papel de levar os usuários para além de suas casas, onde poderiam estar inativos. A importância também é reiterada em 11,8% das respostas dos entrevistados que mencionaram que sem o cotidiano do NCI, “estariam em depressão” devido à falta de atividades e de convivência com outras pessoas.

O que você faz quando não está no NCI?

Respostas	
Total de entrevistados: 17	N
Serviços domésticos (lavando a louça, fazendo comida)	8
Atividades de lazer (jogar bingo, fazer caça-palavras, assistir televisão)	6
Atividades cotidianas fora de casa ("quando tenho médico eu vou no médico, quando não tem eu vou no mercado")	5
Atividades cotidianas dentro de casa ("eu fico em casa, bordando")	5
Convívio com a família ("eu vou pra casa dos filhos")	3
Descanso	2
Atividade física ("caminho diariamente")	2
Trabalho	1
Total	32

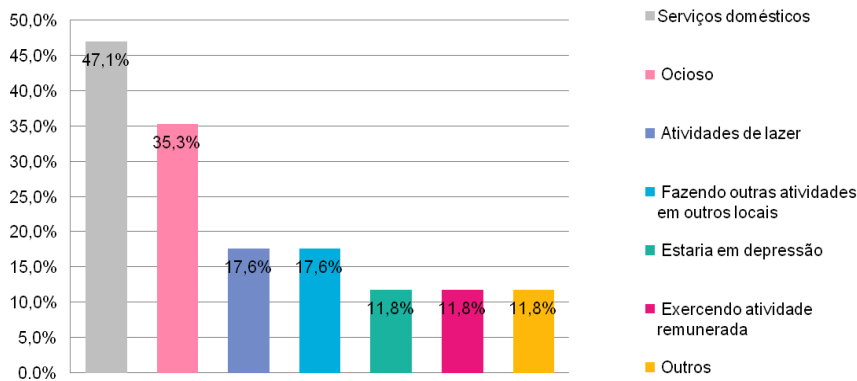
O que faz quando não está no NCI



Se você não estivesse nesse serviço, o que estaria fazendo?

Respostas	
Total de entrevistados: 17	N
Serviços domésticos (limpando casa, lavando roupa)	8
Ocioso	6
Atividades de lazer (bordando, mexendo no celular)	3
Fazendo outras atividades em outros locais ("fazendo alguma atividade física em algum outro lugar")	3
"Estaria em depressão"	2
Exercendo atividade remunerada	2
Outros (Igreja)	2
Total	26

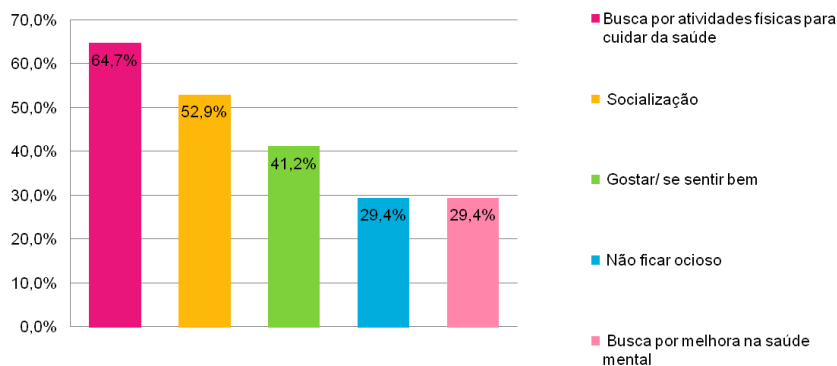
O que estaria fazendo se não estivesse no NCI



Ao serem questionados o motivo pelo qual participam do NCI, 64,7% das respostas mencionaram a busca por atividades físicas; 52,9% mencionaram a importância de socializar com os colegas; 41,2% afirmaram se sentirem bem de frequentar o serviço; 29,4% reiteraram a busca por não ficar ocioso e 29,4% demonstraram a busca pela melhora na saúde mental. Aqui, fica evidente a importância do serviço para combater os problemas da velhice.

Porque participa do serviço	
Total de entrevistados: 17	Respostas
	N
Busca por atividades físicas para cuidar da saúde ("o médico mandou eu fazer algum tipo de exercício")	11
Socialização ("pela satisfação de estar com meus amigos", "eu estava me sentindo muito sozinha")	9
Gostar/ se sentir bem	7
Não ficar ocioso	5
Busca por melhora na saúde mental ("não queria ficar em casa pra não ficar ansiosa ")	5
Total	37

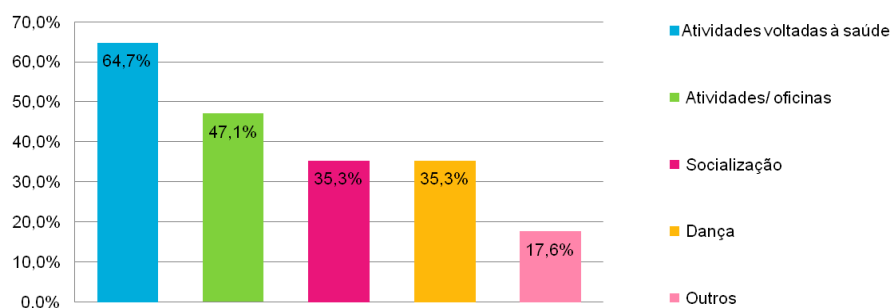
Porque frequenta o NCI



Para os entrevistados, as atividades físicas voltadas à saúde constam como o que aprendem de mais importante no NCI (64,7% das respostas). As atividades e oficinas aparecem em 47,1% das respostas (com foco na dança, que por si só foi mencionada em 35,3% das respostas). A socialização é novamente trazida à tona, e 35,3% das respostas reiteram a importância de aprender a convivência com o outro.

Quais são as coisas mais importantes que você aprende no NCI?	
	Respostas
Total de entrevistados: 17	N
Atividades voltadas à saúde ("fazer exercício")	11
Atividades/ oficinas (canto, artesanato)	8
Socialização ("a pessoa aprende a se socializar, interagir")	6
Dança	6
Outros (palestras)	3
Total	34

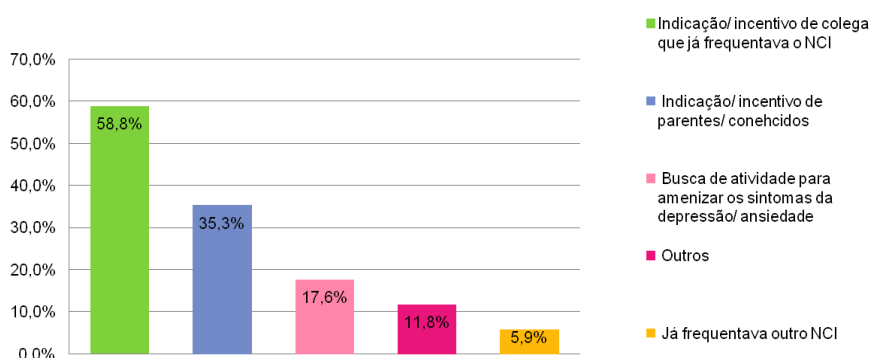
Aprendizados mais importantes do NCI



A respeito de como começaram a frequentar o serviço, na maioria das respostas (58,8%) os usuários afirmaram ficar sabendo através de algum colega que já frequentava o serviço e os indicou. Parentes e conhecidos de fora do NCI também incentivam e ajudam a trazer os idosos ao serviço (35,3% das respostas). Aqui, fica evidenciada a falta de busca ativa, ou seja, a falta de funcionários dos serviços realizando visitas convidando as pessoas para frequentarem o serviço.

Como você começou a frequentar o serviço?	
Total de entrevistados: 17	Respostas
	N
Indicação de colega que já frequentava o NCI	10
Indicação/ incentivo de parentes/ conhecidos	6
Busca de atividade para amenizar sintomas de depressão/ansiedade	3
Outros (mora em frente)	2
Já frequentava outro NCI	1
Total	22

Como começou a frequentar o NCI

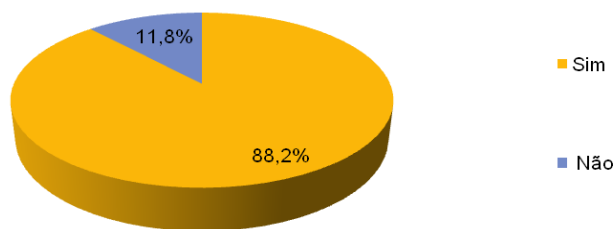


Para finalizar, constatamos que a grande maioria dos entrevistados (88,2%) sabe que o serviço que participam é conveniado com a Prefeitura de São Paulo.

Você sabia que o NCI tem convênio com a Prefeitura de São Paulo?

Total de entrevistados: 17	Frequência
Sim	15
Não	2
Total	17

Convênio



1.2 Análise dos dados obtidos

Traçado o perfil dos usuários entrevistados, cabe agora analisar se as características obtidas se relacionam com a problemática da vulnerabilidade social.

Como dito anteriormente, a exposição à vulnerabilidade está relacionada ao acesso ao bem-estar social e a bens e serviços públicos. Para Ben Ayed e Broccolichi (2008, apud RIBEIRO; VÓVIO, 2017, p. 73) processos históricos e demográficos geram a segregação de populações em termos sociais, econômicos e culturais. A partir daí, ocorrem desigualdades socioespaciais entre populações residentes em espaços urbanos distintos. As desigualdades socioespaciais se relacionam com a educação formal, refletindo em variações nas aquisições escolares.

A educação consta constitucionalmente como direito social. O acesso ao ensino fundamental é obrigatório e gratuito, e a falta de acesso reflete diretamente na segregação social daqueles comprometidos. Os usuários entrevistados relataram a dificuldade de acesso à educação formal em sua trajetória de vida. Aqueles que moravam em cidades do interior discorreram acerca a falta de escolas: *“Lavoura né, cinco quilômetros da escola”*; *“Naquele tempo, que estudava no sítio né, era só até a terceira série só”*. Além disso, há menções à necessidade de trabalhar na infância. A perspectiva de classe também reflete na escolaridade: *“Quarto ano primário. Era o máximo que o pobre estudava naquele tempo. Faculdade era só rico e rico, muito rico”*.

A porcentagem de usuários que não concluíram o ensino fundamental (52,9%) e que não estudaram (11,8%) é elevada. Apenas um dos entrevistados (5,9%) havia concluído o ensino superior. Acerca da variável escolaridade, fica evidente o acesso precário à educação formal e a exposição a desigualdades e riscos por parte dos usuários.

Quanto a recortes de classe econômica, baseados unicamente em renda, não é possível estabelecer plenamente uma relação dos entrevistados com riscos sociais. A maioria dos entrevistados (65%) não possui renda familiar proveniente de

trabalho, mas recebe aposentadoria (52,9%) ou pensão (23,5%). Por não sabermos uma média de valor da aposentadoria recebida, não é possível traçar o perfil dos usuários quanto a esse aspecto. Nenhum usuário recebe benefícios sociais, o que os retira do perfil prioritário de atendimento dos serviços da SAS. Ainda assim, não é possível discorrer a fundo acerca da variável econômica baseada na renda.

Já no que tangencia questões de moradia, a grande maioria dos usuários possuía sua casa própria (82,4%). Comparando os dados obtidos com os dados do Censo Demográfico de 2010, podemos perceber que o resultado não é muito desviante do da população da região Sudeste, na qual 71,8% dos moradores possuem casa própria. Apesar da associação, ter acesso à moradia própria é um afastamento da vulnerabilidade social, pois a moradia garante estabilidade e representa segurança financeira. Todos os usuários relataram morar em casas, o que também é um indicativo que os afasta da vulnerabilidade, por não serem em moradias de risco. A média de cômodos (3,4) não foge do esperado e não é muito destoante em relação à média de moradores por domicílio (1,88).

Aqui cabem ressalvas que percebemos após a realização das entrevistas. Supomos que as questões referentes à moradia podem não ser passíveis de serem utilizadas nos termos em que pretendíamos. Em todos os serviços, a maioria dos entrevistados relata morar em casas, que caracterizam como próprias. Conhecendo minimamente as regiões atendidas pelos serviços, podemos compreender que, para nosso entendimento (baseado nas categorias do IBGE, utilizadas no PNAD e no Censo), muitas dessas moradias seriam para nós referidas de outra forma, como, por exemplo, cortiços e barracos. Levantamos aqui o questionamento acerca da possibilidade de as compreensões de moradia serem divergentes para entrevistados e entrevistadores, por questões de subjetividade. Utilizaremos as respostas obtidas, mas com a ressalva de que, talvez, exista tal diferença conceitual. No que se refere à propriedade do imóvel, o mesmo questionamento vem à tona. O fato de não ter de pagar aluguel pode ser lido como referência para se classificar a casa como própria, sem que isso passe por instâncias legais de propriedade.

A composição familiar por domicílio é um aspecto interessante a ser analisado. A média de moradores por casa se aproxima de dois (1,88), e há um contingente grande de usuários que relatam morarem sozinhos (41,2%).

O envelhecimento em nossa sociedade é permeado de preconceitos e estigmas que fazem com que seja lido como algo degradante e debilitante. Schneider e Irigaray (2008) buscam explicar a construção da noção de envelhecimento que temos em nossa sociedade:

As concepções de velhice nada mais são do que resultado de uma construção social e temporal feita no seio de uma sociedade com valores e princípios próprios, que são atravessados por questões multifacetadas, multidirecionadas e contraditórias. Na época contemporânea, florescer do século XXI, ao mesmo tempo em que a sociedade potencializa a longevidade, ela nega aos velhos o seu valor e sua importância social. Vive-se em uma sociedade de consumo na qual apenas o novo pode ser valorizado, caso contrário, não existe produção e acumulação de capital. Nesta dura realidade, o velho passa a ser ultrapassado, descartado, ou já está fora de moda (SCHNEIDER: IRIGARAY, 2008, p. 587).

A velhice acaba sendo associada naturalmente à degradação física, mental e social. Aí reside um grave problema, pois o envelhecimento não é, em sua forma natural e biológica, um problema. São as atribuições negativas que nossa sociedade constrói que fazem com que a velhice seja vista como algo intrinsecamente ruim:

Para Neri e Freire (2000), o envelhecimento ainda está ligado à deterioração do corpo, ao declínio e à incapacidade. "Na base da rejeição ou da exaltação acrítica da velhice, existe uma forte associação entre esse evento do ciclo vital com a morte, a doença, o afastamento e a dependência" (Neri & Freire, 2000, p. 8). A velhice começou a ser tratada como uma etapa da vida caracterizada pela decadência física e ausência de papéis sociais a partir da segunda metade do século XIX. O avanço da idade dar-se-ia como um processo contínuo de perdas e de dependência, que daria uma identidade de falta de condições aos idosos e seria responsável por um conjunto de imagens negativas associadas à velhice (Debert, 1999) (IBIDEM, p.586).

Tal construção de uma visão negativa da velhice leva à exclusão social dos idosos, que são colocados em segundo plano e muitas vezes até abandonados por suas famílias. A alta porcentagem de idosos que moram sozinhos (41,2%) é um demonstrativo de possível exclusão e isolamento, que fragiliza as relações sociais dos idosos e os coloca em situação de vulnerabilidade social.

Fica evidente, dessa forma, a importância das relações sociais na vida do idoso, que não deve ser excluído da sociedade. A alta quantidade de menções a vivências de sociabilidade positivas no bairro em que moram (82,4%) deve ser valorizada - a manutenção de amizades cotidianas simboliza a participação comunitária e contribuem para a o bem-estar do idoso.

Ainda no que permeia o bairro em que moram, há diversas questões que determinam condições de vulnerabilidade social. O acesso a serviços públicos, como hospitais, escolas e transporte, é tido como um determinante básico de situações de risco, considerando-se a vulnerabilidade como falta de acesso ao bem-estar social (NASCIMENTO; MELAZZO, 2013, p. 72). Além disso, a presença de serviços públicos em áreas não centrais contribui para diminuir a concentração de renda, pois direciona para populações de baixa renda a verba arrecadada com impostos. Ou seja, de forma indireta, acaba diminuindo as desigualdades de renda.

Entre os entrevistados, como foi visto, 88,3% das respostas fizeram menções positivas aos serviços públicos do bairro, demonstrando terem acesso a estes e com isso diminuindo sua exposição a riscos (de saúde e sociais, entre outros). Já 58,8% das respostas relataram a falta de serviços ou a presença de serviços ruins, o que caracteriza acesso precário ao bem estar social e maior exposição a riscos. Analisando os usuários como um todo, percebem-se divergências. Levando em consideração que, supostamente, os usuários moram em regiões próximas à localização dos serviços, é possível que existam serviços públicos na região, mas que estes apresentem problemas internos e de alcance à população.

Além disso, é necessário levar em consideração que 41,2% dos usuários relataram não precisar de serviços de saúde pública por possuírem convênio médico particular. O acesso a serviços particulares de saúde pode afastar os usuários da exposição a riscos de saúde proporcionados pela dificuldade de atendimento que talvez ocorra na rede pública. Apesar disso, é difícil especular, pois nem todos os convênios possuem um atendimento de qualidade com alta cobertura. Em geral, os usuários demonstravam estar felizes com a escolha de convênio médico, e manifestavam ter preferência à rede privada em detrimento da pública.

A presença de opções de lazer no bairro também é uma obrigação básica do Estado. Para os idosos, o lazer pode ser essencial para gerar estímulos que

combatam o isolamento, a inatividade física e preservem a saúde mental. Dentre as respostas, 41,2% afirmaram não ter opções de lazer, 11,8% afirmaram não conseguir utilizar os espaços de lazer por estarem quebrados ou por não se sentirem seguros (11,8%). Houve menções positivas às opções de lazer, mas em menor quantidade (23,5%). A falta de atividades de lazer aumenta riscos de segregação social e problemas psicológicos em idosos, e percebe-se que os usuários do serviço estão sujeitos a esse risco na região em que moram.

Outra variável pertinente do bairro é a violência, que representa a possibilidade de exposição aos riscos sociais. Dentre as respostas obtidas, a maioria (64,7%) relata a falta de segurança e violência urbana recorrente na região em que vivem - em oposição a 35,3% de respostas em que os usuários demonstram se sentirem seguros no bairro. A presença de crimes limita a vivência social do bairro e reitera o isolamento.

Dentre tantos elementos que reforçam a exclusão social dos idosos, a família entra com papel fundamental. Os usuários dos NCIs percebem suas famílias como prioridades em sua vida (76,5% de menções), remetendo a relações boas de afetividade (52,9% de menções) e auxílio (35,3% de menções). A importância da família para os entrevistados também é evidenciada na questão acerca de seus planos para o futuro, pois em 29,4% das respostas os usuários relatam o desejo de passar mais tempo com a família em seu futuro. A presença de familiares que auxiliem os idosos é base essencial para o cuidado e manutenção de afetos. É crucial para a saúde mental dos mesmos que a família se mantenha presente e tente não reproduzir os preconceitos atrelados à velhice que inferiorizam e invalidam o idoso, podendo culminar em sua exclusão ou até abandono.

O abandono na velhice traz um sentimento de tristeza e de solidão, provocado por circunstâncias relativas a perdas, seja envolvendo deficiências funcionais do organismo ou na fragilidade das relações afetivas e sociais que, por sua vez, conduzem a um distanciamento, podendo culminar no isolamento social. Esse sofrimento impede o indivíduo de viver e conviver plenamente e de permanecer inserido na família, no grupo e na cultura. O estar-indefeso, a falta de intimidade compartilhada e a pobreza de afetos e de comunicação tendem a mudar estímulos de interação social e de interesse com a própria vida (HERÉDIA; CORTELLETTI; CASARA, 2004). (MEDEIROS, 2012, p.445).

A visão negativa da velhice, estigmas e preconceitos ficam muito evidentes na questão acerca do futuro. As respostas externavam visões negativas da própria vida, a falta de possibilidade de se viver novas experiências e a espera pela morte. Como mostrado, em 35,3% das respostas os usuários demonstram não possuir perspectiva de futuro. Segundo Schneider e Irigaray (2008, p. 587), os valores de nossa sociedade enfatizam a beleza, a juventude, a autonomia e independência. O próprio idoso compartilha tais valores, e com isso internaliza sua própria estigmatização, reforçando estereótipos negativos. Vem daí a noção de que não há mais o que se viver, de que não existe possibilidade de existência no mundo para aqueles que não são mais jovens.

Isso também se mostra nas questões acerca do que fazem no tempo livre. A maioria dos usuários, quando não estão no NCI, se ocupa com atividades cotidianas, como cuidar da casa ou ir ao mercado. Quando questionados acerca do que fariam se não estivessem no NCI, além de tarefas cotidianas, em 35,3% das respostas os entrevistados afirmaram que ficariam ociosos, e em 11,8% afirmaram que estariam em depressão caso não frequentassem o serviço. O serviço aparece aqui, evidentemente, como alternativa ao afastamento social e à inatividade que acarretam em problemas psicológicos.

Os idosos frequentam o serviço, dessa forma, em busca de bem-estar. A busca por saúde física e mental é um estímulo para participarem das atividades - em 64,7% de respostas os usuários afirmam frequentar o NCI em busca de atividades físicas e em 29,4% demonstram estar em busca de melhoras na saúde mental. O serviço aparece como um espaço de convivência social que modifica as estruturas de isolamento às quais os idosos estão sujeitos - em 52,9% das respostas os usuários alegaram participarem para socializar com os colegas, e em 29,4% mencionaram irem para não ficarem ociosos. A capacidade do serviço de proporcionar bem-estar aos idosos é nítida - em 41,2% das respostas os usuários afirmam se sentir bem frequentando o serviço. Dentre o que aprendem de mais importante, são também mencionadas atividades voltadas à saúde física (64,7%), atividades e oficinas (47,1%) e a socialização (35,3%).

Toda esta análise aponta para a importância crucial de serviços sociais como o NCI para o atendimento de idosos expostos a preconceitos da idade, isolamento, e

vulnerabilidade social. A estrutura social que rebaixa e menospreza a velhice contribui essencialmente para a perda de capacidades cognitivas nos idosos:

Sabe-se que mesmo durante o processo de envelhecimento normal, algumas capacidades cognitivas como a rapidez de aprendizagem e a memória diminuem naturalmente com a idade. No entanto, essas perdas podem ser compensadas por ganhos em sabedoria, conhecimento e experiência. Felizmente, na maioria das vezes, o declínio no funcionamento cognitivo é provocado pelo desuso (falta de prática), doenças (como depressão), fatores comportamentais (como consumo de álcool e medicamentos), fatores psicológicos (por exemplo, falta de motivação, de confiança e baixas expectativas) e fatores sociais (como a solidão e o isolamento), mais do que o envelhecimento em si (WHO, 2005). (SCHNEIDER: IRIGARAY, 2008, p.591).

O estímulo através de atividades que promovem o bem-estar físico e mental, a socialização com outras pessoas e a valorização das vivências e experiências que o idoso traz são uma forma de combater o declínio cognitivo. As declarações dos usuários demonstram diretamente o papel do serviço no processo de dar visibilidade aos idosos que se encontram cotidianamente segregados ou esquecidos: *“Pra mim é bom porque pelo menos tão me vendo”*.

[...] o processo de envelhecimento é complexo, negado, evitado ou mesmo temido. Evidencia claramente a existência de preconceitos, tanto por parte da pessoa idosa quanto da sociedade. As pessoas idosas e a sociedade em geral precisam se reeducar quanto à superação de ideias preconceituosas, pois se tornar velho é aceitar a velhice e ser orgulhoso dos muitos anos que conferem experiência, sabedoria e liberdade (IBIDEM, p.588-589).

A estigmatização dos idosos, por si só, os coloca em posições de riscos sociais. A valorização dessa parcela da população é necessária, e a presença e alcance dos NCIs é necessária para tal.

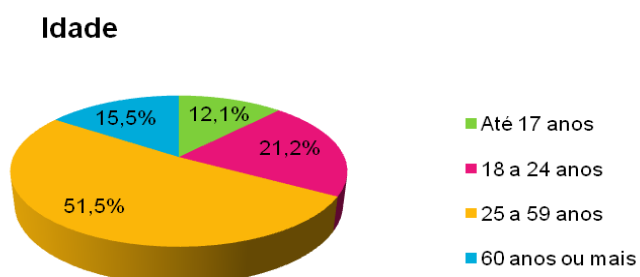
Em resumo, em relação à exposição à vulnerabilidade, como foi trabalhado, percebem-se elementos nítidos de exposição ao risco no perfil dos usuários, e outros que os distanciam do perfil esperado.

2. Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio (SASF) - SASF São Lucas

2.1 Exposição dos dados coletados

Foi realizado um total de 33 entrevistas com usuárias que participavam dos cursos proporcionados no serviço. Analisando os dados obtidos, traçamos o perfil básico das entrevistadas. Todas as entrevistadas pertenciam ao gênero feminino. A média de idade foi 37,45, mas com uma variação grande, que ia de 13 até 73 anos. A maioria das usuárias (51,5%) tinha entre 25 e 59 anos. Isso ocorre, pois o serviço não tem ênfase na classe de idade, mas sim no atendimento as famílias.

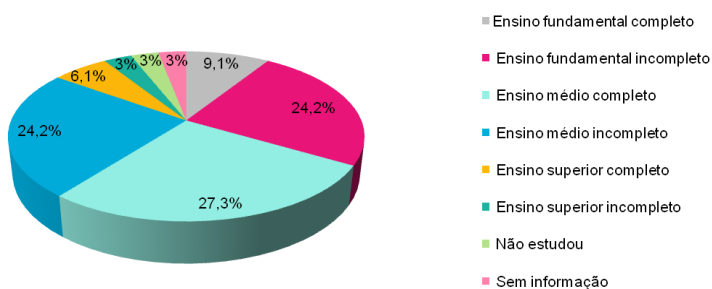
Idade	
Total de entrevistados: 33	Frequência
Até 17 anos	4
18 a 24 anos	7
25 a 59 anos	17
60 anos ou mais	5
Total	33
Média	37,45



Os níveis de escolaridade¹⁰ foram bastante variáveis. Dentre as entrevistadas, 24,2% possuíam o ensino fundamental incompleto; 24,2% possuíam o ensino médio incompleto; 27,3% possuíam o ensino básico completo. Duas usuárias (6,1%) possuíam ensino superior completo e uma (3%) não possuía nenhuma formação escolar. Havia ainda oito usuárias (24,2%) que estavam na escola quando entrevistadas. Destas, uma cursava o Ensino Fundamental, quatro estavam no Ensino Médio, uma participava da Educação de Jovens e Adultos, uma fazia um curso técnico e uma cursava o Ensino Superior.

Escolaridade	
Total de entrevistados: 33	Frequência
Ensino fundamental completo	3
Ensino fundamental incompleto	8
Ensino médio completo	9
Ensino médio incompleto	8
Ensino superior completo	2
Ensino superior incompleto	1
Não estudou	1
Sem informação	1
Total	33

Escolaridade

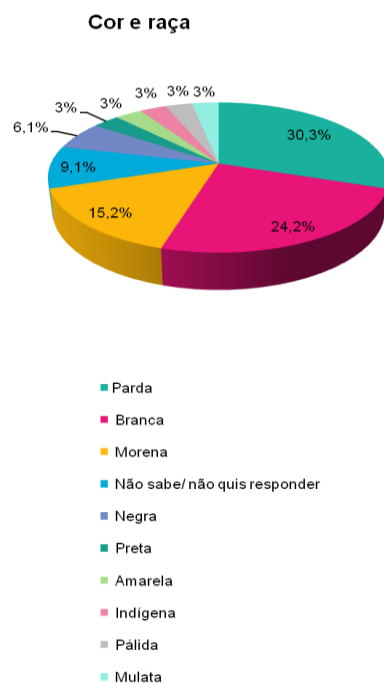


¹⁰ Algumas das entrevistadas responderam sua escolaridade de acordo com a nomenclatura vigente quando estavam na escola. Fizemos a correlação para que a tabela se adequasse aos termos atuais.

Em relação à auto identificação de cor e raça¹¹, 30,3% das entrevistadas se declararam pardas; 24,2% se identificaram como brancas e 15,2% como “morenas”. Três entrevistadas (9,1%) não souberam responder, duas (6,1) se definiram como negras e uma (3%) como preta.

Para comparação, segundo os dados da PNAD, realizada de julho a setembro de 2018, dentre as pessoas maiores de 14 anos, no Brasil, 46,1% se declararam pardas; 43,5% se declararam brancas e 9,3% se declararam pretas. No geral, há uma porcentagem menor de identificação em todas essas categorias.

Cor e raça	
Total de entrevistados: 33	Frequência
Parda	10
Branca	8
Morena	5
Não sabe/ não quis responder	3
Negra	2
Preta	1
Amarela	1
Indígena	1
Pálida	1
Mulata	1
Total	33



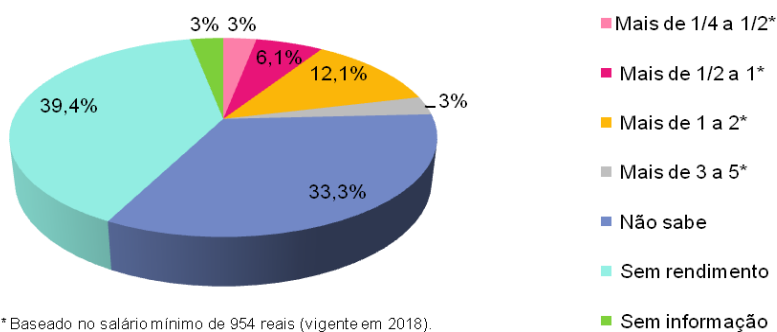
¹¹ Foram utilizadas na pesquisa as categorias de cor e raça determinadas pelo IBGE, com abertura para que os entrevistados se classificassem da forma como quisessem, dentro ou fora de tais categorias.

Quanto à renda¹², 39,4% das usuárias não recebem nenhum rendimento por trabalho; 33,3% não sabem o rendimento médio mensal de seu domicílio; e 12,1% ganham entre 1 a 2 salários mínimos. A média de pessoas trabalhando por domicílio é 0,7.

Renda familiar total por mês	
Total de entrevistados: 33	Frequência
Mais de 1/4 a 1/2*	1
Mais de de 1/2 a 1*	2
Mais de 1 a 2*	4
Mais de 3 a 5*	1
Não sabe	11
Sem rendimento	13
Sem informação	1
Total	33

* Baseado no salário mínimo de 954 reais (vigente em 2018).

Renda familiar mensal



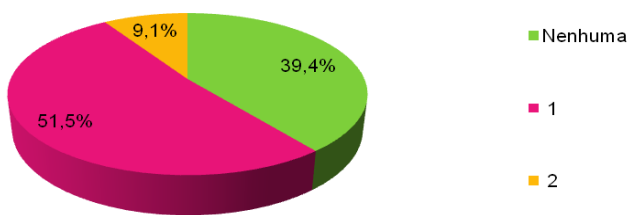
* Baseado no salário mínimo de 954 reais (vigente em 2018).

¹² Utilizamos o termo renda para se referir apenas ao salário proveniente de trabalho.

Quantidade de pessoas trabalhando por domicílio

Total de entrevistados: 33	Frequência
Nenhuma	13
1	17
2	3
Total	33
Média	0,7

Quantidade de pessoas trabalhando por domicílio

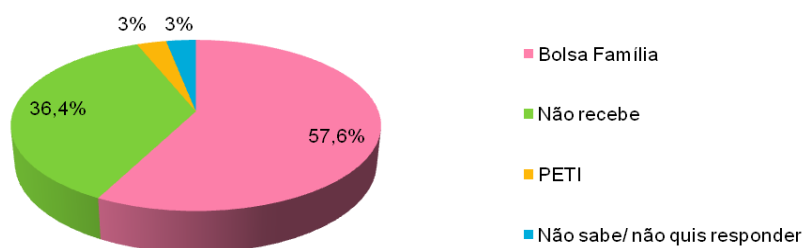


Acerca do recebimento de benefícios sociais, 57,6% das usuárias recebem o Bolsa Família; 30,3% não recebem nenhum benefício e apenas uma entrevistada (3%) recebe o PETI.

Benefício Social	
Total de entrevistados: 33	Frequência
Bolsa Família	19
Não recebe	10
PETI	1
Não sabe/ não quis responder	1
Total	31*

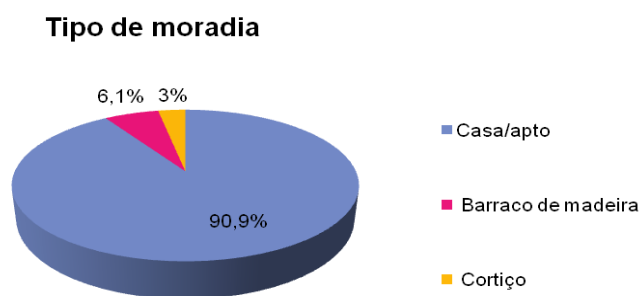
*Foram desconsideradas as pessoas que responderam aposentadoria (que não é um benefício social).

Benefício social



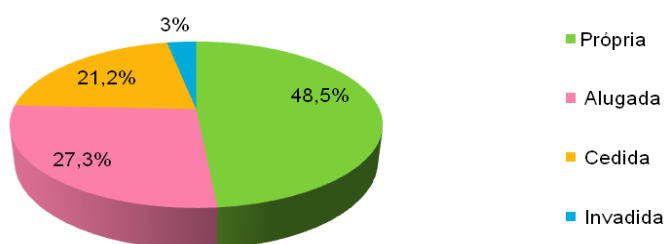
Quanto à condição de moradia, a grande maioria das usuárias (90,9%) afirmou morar em casa ou apartamento. Duas (6,1%) relataram morar em barracos de madeira e uma (3%) em cortiço. Praticamente metade das usuárias (48,5%) possui casa própria; 27,3% alugam sua moradia; 21,2% moram em casas cedidas e uma usuária (3,03%) mora em área invadida. A média de cômodos na casa é 4,09. A média de moradores por domicílio é 3,7.

Tipo de moradia	
Total de entrevistados: 33	Frequência
Casa/apto	30
Barraco de madeira	2
Cortiço	1
Total	33



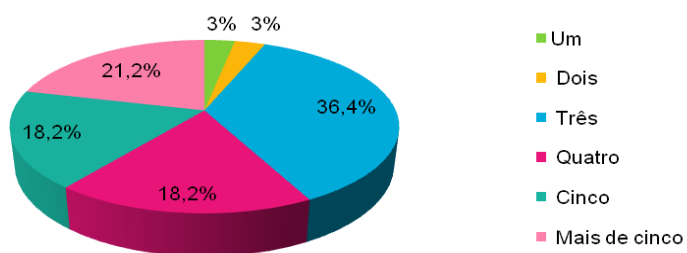
Condição de propriedade do imóvel	
Total de entrevistados: 33	Frequência
Própria	16
Alugada	9
Cedida	7
Invadida	1
Total	33

Condição de propriedade do imóvel



Quantidade de cômodos na casa	
Total de entrevistados: 33	Frequência
Três	12
Mais de cinco	7
Quatro	6
Cinco	6
Um	1
Dois	1
Total	33
Média	4,09

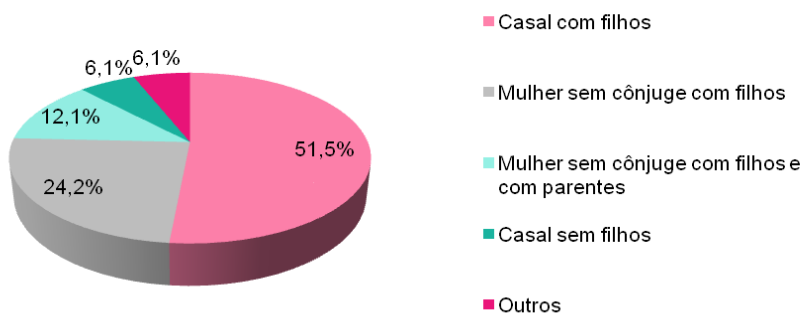
Quantidade de cômodos



Cerca de metade dos domicílios (51,5%) são compostos por casais com filhos¹³; 24,2% são compostos por mulheres com filhos e 12,1% por mulheres com filhos e parentes.

Composição familiar	
Total de entrevistados: 33	Frequência
Casal com filhos	17
Mulher sem cônjuge com filhos	8
Mulher sem cônjuge com filhos e com parentes	4
Casal sem filhos	2
Outros	2
Total	33

Composição familiar



¹³ Foram utilizadas as categorias de composição familiar do Censo do IBGE de 2010.

A respeito do bairro em que vivem, há uma menção maior de fatores negativos (51%) do que positivos (47%). É ressaltada a presença de serviços públicos perto de onde moram, mencionada em 63,6% das respostas.¹⁴ Apesar disso, uma quantidade também relevante de respostas (36,4%) fazia referência à falta de acesso a serviços públicos no bairro. Dentre as menções acerca de serviços públicos, em 15,2% das respostas as usuárias afirmaram que os serviços públicos de seu bairro são bons, e em 15,2% relataram facilidade de acesso ao transporte público. Ainda em 12,1% das respostas alegaram que os serviços presentes em seu bairro são ruins. Quanto à infraestrutura pública, houve ainda 9,1% de reclamações acerca das enchentes no bairro.

Outro ponto evidente é a exposição à violência urbana no bairro: em 54,5% das respostas as usuárias reclamaram acerca da violência onde vivem. Em contraposição, uma quantidade também grande de respostas (45,5%) afirmou que o bairro em que moram é seguro.

A sociabilidade é mencionada em 45,5% das respostas como um fator positivo do bairro em que moram, as quais afirmam manter relações boas com os vizinhos. Em 18,2% das respostas a sociabilidade aparece como um elemento negativo, as quais relatam relações conflituosas com os vizinhos. Há ainda 9,1% de respostas nas quais as usuárias relatam não manter relações sociais com os vizinhos do bairro. Há ainda a reclamação acerca do barulho de vizinhos, em situações como festas, mencionada em 9,1% das respostas.

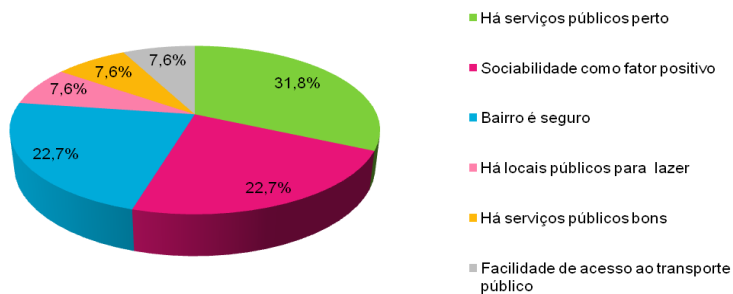
No que diz respeito a opções de lazer no bairro, em 45,5% das respostas as usuárias declararam não existirem locais para lazer no bairro; em 15,2% constataram que existem poucas opções de lazer; em 15,2% relataram a presença locais públicos para lazer e em 12,1% reclamaram da falta de manutenção nas áreas de lazer existentes.

¹⁴ Nas questões abertas, as porcentagens se referem ao número de vezes que uma resposta foi mencionada. É possível que um usuário mencione mais de um item da listagem, e por isso a somatória das porcentagens é maior que 100%.

O que você acha do bairro em que mora?		
Número de entrevistados: 33	Respostas	Porcentagem de casos
	N	
Há serviços públicos perto ("tem o posto de saúde que fica no final da rua que eu moro")	21	63,6%
Bairro é violento ("eu já fui assaltada aqui")	18	54,5%
Sociabilidade como fator positivo ("os vizinhos são muito bons")	15	45,5%
Bairro é seguro	15	45,5%
Não há opções de lazer	15	45,5%
Não há serviços públicos perto	12	36,4%
Sociabilidade como fator negativo ("vizinhos cuidam muito da vida dos outros, te criticam")	6	18,2%
Há locais públicos para lazer (parque, praça, quadra de futebol)	5	15,2%
Há poucas opções de lazer	5	15,2%
Há serviços públicos bons ("Hospital não tem nada que reclamar, sempre que eu preciso eles atendem")	5	15,2%
Facilidade de acesso ao transporte público	5	15,2%
Falta manutenção nas áreas de lazer ("a praça estava largada, [...] jogada, não tem os brinquedos")	4	12,1%
Há serviços públicos ruins ("não tem médico, você vai, é mal atendido")	4	12,1%
Muito barulho	4	12,1%
Não mantém relações sociais	3	9,1%
Enchentes	3	9,1%
Total	140	424,2%

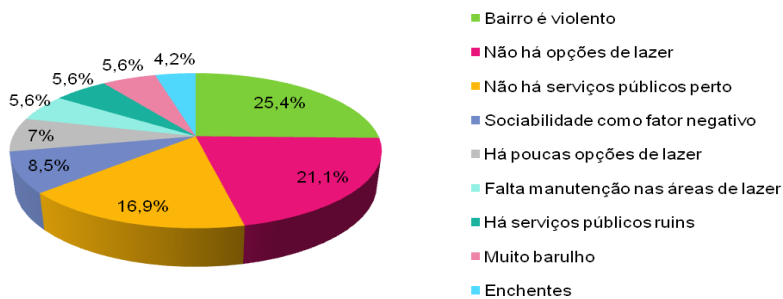
Fatores positivos do bairro	
Número de entrevistados: 33	Respostas
	N
Há serviços públicos perto ("tem o posto de saúde que fica no final da rua que eu moro")	21
Sociabilidade como fator positivo ("os vizinhos são muito bons")	15
Bairro é seguro	15
Há locais públicos para lazer (parque, praça, quadra de futebol)	5
Há serviços públicos bons ("Hospital não tem nada que reclamar, sempre que eu preciso eles atendem")	5
Facilidade de acesso ao transporte público	5
Total	66

Elementos positivos do bairro



Fatores negativos do bairro	
Número de entrevistados: 33	Respostas
	N
Bairro é violento ("eu já fui assaltada aqui")	18
Não há opções de lazer	15
Não há serviços públicos perto	12
Sociabilidade como fator negativo ("vizinhos cuidam muito da vida dos outros, te criticam")	6
Há poucas opções de lazer	5
Falta manutenção nas áreas de lazer ("a praça estava largada, [...] jogada, não tem os brinquedos")	4
Há serviços públicos ruins ("não tem médico, você vai, é mal atendido")	4
Muito barulho	4
Enchentes	3
Total	71

Elementos negativos do bairro



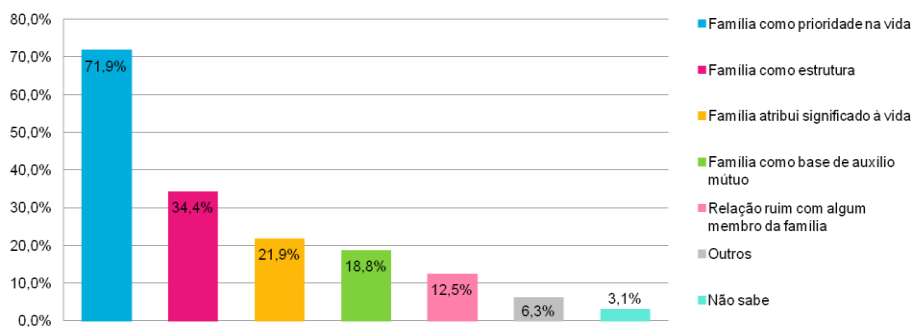
Bairro neutro	
Número de entrevistados: 33	Respostas
	N
Não mantém relações sociais	3

Bairro		
Número de entrevistados: 33	Respostas	Porcentagem de casos
	N	
Negativo	71	50,7%
Positivo	66	47,1%
Neutro	3	2,1%
Total	140	100%

A relação com a família se mostra majoritariamente positiva. Em 71,9% das respostas as entrevistadas colocam a família como prioridade na vida; em 34,4% veem a família como estrutura, como base de apoio para suas vidas; em 21,9% afirmam que a família atribui significado para as suas vidas, é a principal razão pela qual continuam vivendo; em 18,8% compreendem a família como uma relação de auxílio mútuo. Além disso, em 12,5% das respostas mencionaram manter algum tipo de relação ruim com algum membro da família, e uma entrevistada (3,1%) disse não saber a importância da família em sua vida.

Qual a importância da sua família para você?	
Total de entrevistados: 33	Respostas
	N
Família como prioridade na vida ("minha família pra mim é tudo")	23
Família como estrutura ("é o alicerce", "são meu apoio")	11
Família atribui significado à vida ("inspiração pra eu correr atrás das coisas")	7
Família como base de auxílio mútuo ("se num momento se você precisar e a família puder ajudar ela te ajuda", "estão dispostos a me ajudar")	6
Relação ruim com algum membro da família	4
Outros ("força, união")	2
Não sabe	1
Total	54

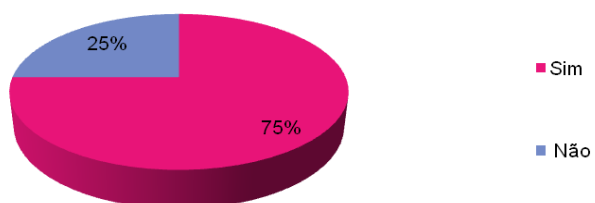
Importância da família



Dentre as oito usuárias que estavam cursando a escola, seis (75%) gostavam de frequentá-la, enquanto duas (25%) não gostavam.

Escola	
Total de entrevistados: 33	Frequência
Gosta	6
Não gosta	2
Total	8

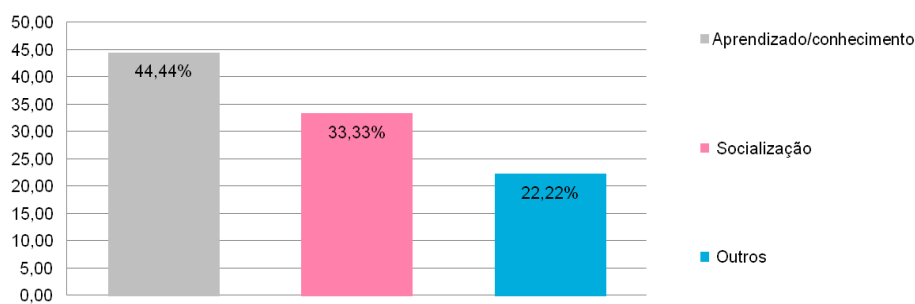
Gosta de ir à escola



Quando questionadas o porquê de gostarem da escola, 44,4% das respostas citavam o aprendizado que a escola proporciona e 33,3% das respostas mencionavam a socialização com amigos da escola.

Por que gosta de ir à escola?	
Total de entrevistados: 33	Respostas
	N
Aprendizado/ conhecimento	4
Socialização ("tem meus amigos")	3
Outros ("posso ter esse tempo para mim")	2
Total	9

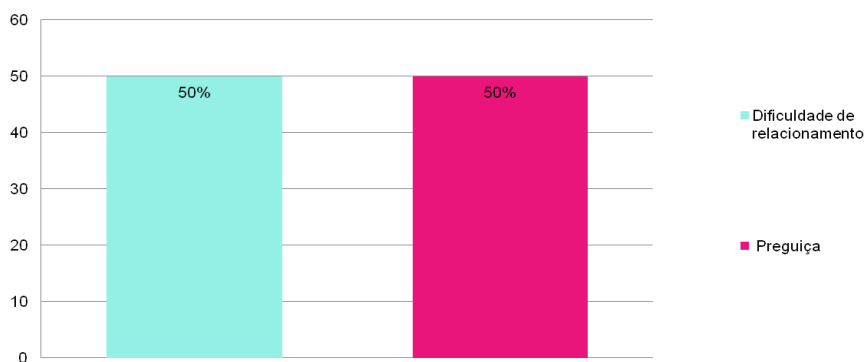
Motivos pelos quais gosta de ir à escola



Já entre as duas entrevistadas que não gostaram de ir à escola, uma mencionou a dificuldade de relacionamento com os colegas e profissionais da escola, enquanto a outra afirmou sentir preguiça de ir.

Por que não gosta de ir à escola?	
Total de entrevistados: 33	Respostas
	N
Dificuldade de relacionamento ("um xinga você, depois um vem e te empurra", "tem muitos professores ignorantes, ai tem vezes que te xingam, te ofendem")	1
Preguiça ("eu tenho preguiça de acordar cedo")	1
Total	2

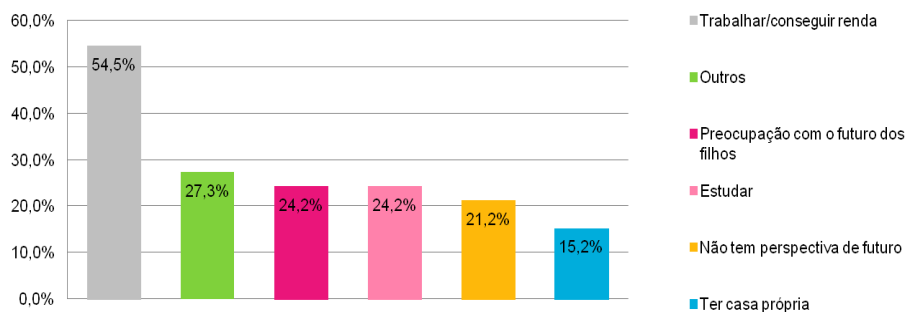
Motivos pelos quais não gosta de ir à escola



Acerca dos planos para o futuro, pouco mais da metade das respostas (54,4%) se referiam à preocupação em conseguir trabalhar; 24,2% citaram a preocupação das usuárias com o futuro de seus filhos; 24,2% refletiam a pretensão das usuárias de estudar e 12,2% mencionaram o desejo de conseguir uma casa própria. Uma porcentagem considerável, de 21,2%, afirmaram não ter nenhuma perspectiva de futuro.

Quais são seus planos para o futuro?	
Número total de entrevistados: 33	Respostas
	N
Trabalhar/conseguir renda	18
Outros (viajar, morar fora de São Paulo)	9
Preocupação com o futuro dos filhos ("pra mim eu nem tenho planos, é mais pros meus filhos")	8
Estudar	8
Não tem perspectiva de futuro ("se a gente não fez até agora não dá pra fazer mais", "futuro não tem não")	7
Ter casa própria	5
Total	55

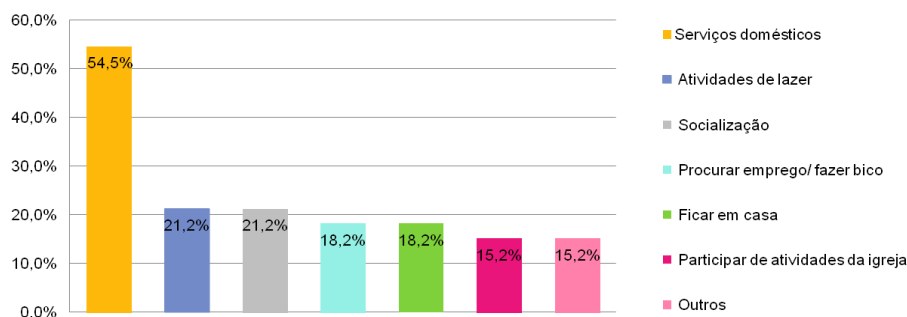
Planos para o futuro



Acerca de como as entrevistadas passam o tempo quando não estão no SASF, em 54,5% das respostas as usuárias afirmam realizar serviços domésticos; em 21,2% dizem passar o tempo com atividades de lazer; em 21,2% mencionam socializar com familiares e vizinhos; em 18,2% afirmam sair à procura de emprego ou trabalhar com “bicos”; 18,2% declaram ficar em casa e 15,2% participam em atividades de suas igrejas.

O que você faz quando não está no SASF?	
Número total de entrevistados: 33	Respostas
	N
Serviços domésticos ("cuido das crianças", "lavo, cozinho, arrumo a casa")	18
Atividades de lazer ("jogo online")	7
Socialização ("conversar com a minha filha", "fico conversando com os vizinhos")	7
Procurar emprego/ fazer bico ("estou indo à procura de emprego", "trabalho de manicure em casa")	6
Ficar em casa	6
Participar de atividades da igreja	5
Outros ("faço alguns cursos")	5
Total	54

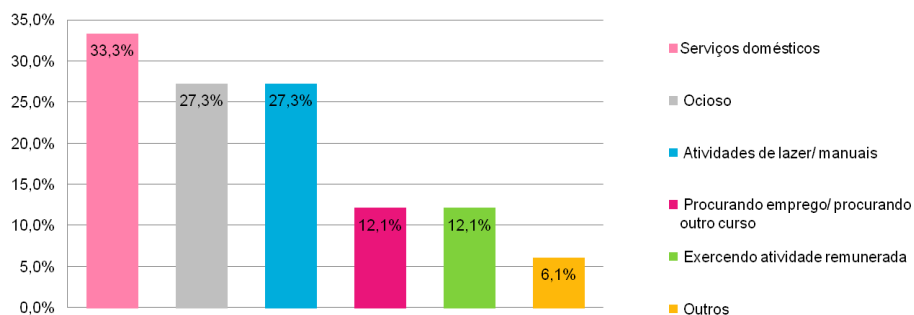
O que faz quando não está no SASF



Os serviços domésticos foram novamente mencionados, em 33,3% das respostas, na pergunta acerca do que estariam fazendo se não estivessem no SASF. Em 27,3% das respostas as entrevistadas afirmaram que ficariam ociosas, sem fazer nada; em 27,3% mencionaram que estariam realizando atividades de lazer; em 12,1% disseram que estariam procurando por emprego ou por algum outro curso além do SASF e em 12,1% afirmaram que estariam exercendo alguma atividade remunerada que fazem como “bico”.

Se você não estivesse nesse serviço, o que estaria fazendo?	
Total de entrevistados: 33	Respostas
	N
Serviços domésticos	11
Ocioso ("estaria em casa, sem fazer nada")	9
Atividades de lazer/ manuais ("em casa assistindo televisão", "fazendo caça-palavra")	9
Procurando emprego/ procurando outro curso	4
Exercendo atividade remunerada ("eu faço conserto de roupa")	4
Outros ("me arrumando para a escola")	2
Total	39

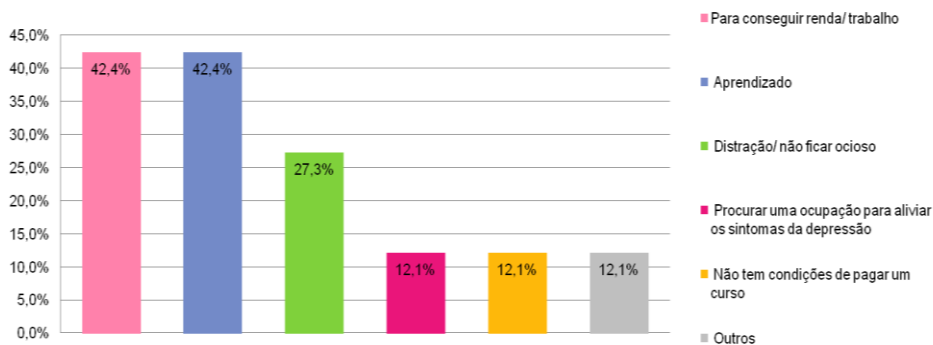
O que estaria fazendo se não estivesse no SASF



Ao serem questionadas o porquê de participarem do serviço, em 42,4% das respostas as entrevistadas reiteraram a ajuda do SASF para que consigam trabalhar futuramente; em 42,4% mencionaram a busca por aprendizado; em 27,3% afirmaram frequentar o serviço para se distrair; em 12,1% reiteraram a busca por atividades do serviço para enfrentar problemas psicológicos, como a depressão; e em 12,1% disseram não ter condição financeira para pagar um curso em outro lugar.

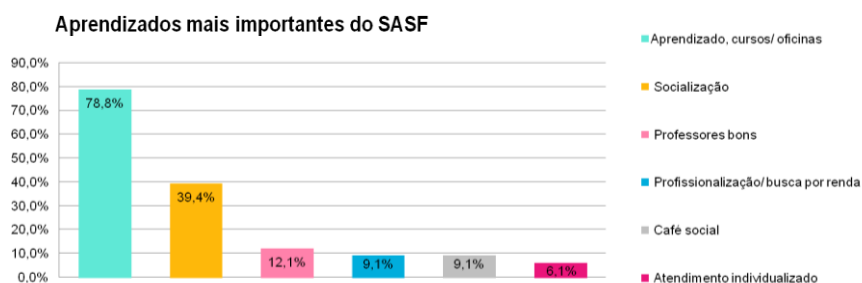
Por que você participa do serviço?	
Total de entrevistados: 33	Respostas
	N
Para conseguir renda/ trabalho	14
Aprendizado ("eu vim em busca de aprender mais")	14
Distração/ não ficar ocioso ("eu tava sem fazer nada")	9
Procurar uma ocupação para aliviar os sintomas da depressão ("eu tava naquela crise, só ficava chorando, só ficava dentro do quarto", "eu tava num processo de depressão")	4
Não tem condições de pagar um curso	4
Outros ("fazer exercício", "porque gosto")	4
Total	49

Por que frequenta o SASF



Acerca das coisas mais importantes que aprendem no SASF, grande parte das respostas (78,8%) menciona o aprendizado proporcionado nos cursos e oficinas. A socialização com as colegas também aparece como um fator relevante, mencionado em 39,4% das respostas. Outras menções se referem aos bons professores (12,1% das respostas); a busca por se profissionalizar e conseguir trabalhar (9,1% das respostas); a atividade do café social (9,1% das respostas), que consiste em uma reunião realizada todo mês com as famílias, para debater temas sociais importantes como a violência e o racismo; e, por último, o atendimento individualizado que proporciona acolhimento (6,1% das respostas).

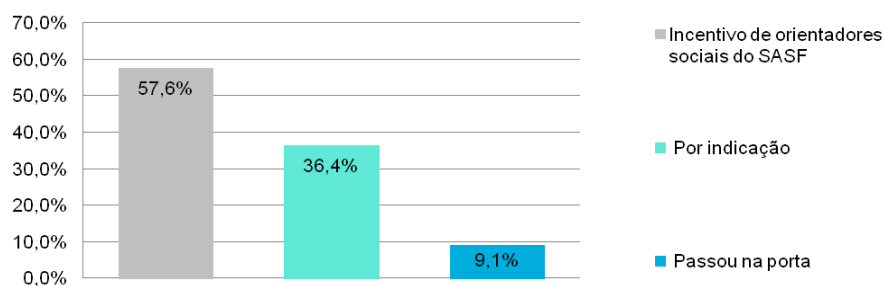
Quais são as coisas mais importantes que você aprende no SASF?	
Número de entrevistados: 33	Respostas
	N
Aprendizado, cursos/oficinas ("aprendo a cozinhar, a fazer unha")	26
Socialização ("fazer amizade", "convivência social")	13
Professores bons ("eu gosto de como ela ensina")	4
Profissionalização/ busca por renda ("para poder ganhar uma renda", "ser independente")	3
Café social ("ensina muita coisa, contra a violência, contra o racismo")	3
Atendimento individualizado ("elas [orientadoras] ensinam você a desabafar com elas", "eles aconselham muito")	2
Total	51



No que diz respeito à como começaram a frequentar o serviço, mais da metade (57,6%) das respostas das entrevistadas relataram que orientadoras sociais do SASF, que passam em suas casas, as informaram acerca do curso e incentivaram a ir. É nítida a eficácia do serviço em sua divulgação e atendimento nas casas. Em um total de 36,4% de respostas as entrevistadas afirmaram que conheceram o serviço por indicação de conhecidos, amigos ou parentes; e ainda em 9,1% das respostas mencionaram que passaram na porta do SASF e tiveram curiosidade de conhecer.

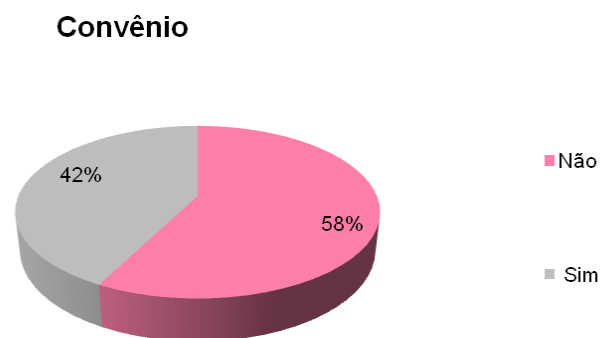
Como você começou a frequentar o serviço?	
Total de entrevistados: 33	Respostas
	N
Incentivo de orientadores sociais do SASF	19
Por indicação	12
Passou na porta	3
Total	34

Como começou a frequentar o SASF



Finalizando a exposição, mais da metade (57,6%) das usuárias sabia que o SASF possui convênio com a Prefeitura de São Paulo, enquanto 42,4% não sabiam.

Você sabia que o serviço do qual participa tem convênio com a Prefeitura de São Paulo?	
Total de entrevistados: 33	Frequência
Não	19
Sim	14
Total	33



2.2 Análise dos dados obtidos

Expostos os dados obtidos acerca do perfil das usuárias, cabe relacionar as características obtidas com a questão da vulnerabilidade social.

A presença exclusiva de mulheres provavelmente se dá devido aos cursos oferecidos serem aqueles que atraem mais o público feminino, pois oferecem conhecimentos profissionalizantes que, comumente, são associados às mulheres - como, por exemplo, culinária e manicure. É compreensível que o serviço foque no atendimento de mulheres, pois, como será abordado mais adiante, estas podem estar inseridas em condições mais frágeis e vulneráveis dentro de suas próprias famílias.

A grande abrangência de idade é também um elemento interessante. Considerando que o serviço pretende oferecer uma base profissionalizante para que as usuárias possam trabalhar, faz sentido que não haja um recorte específico de idade, e que o alcance do serviço seja amplo nesse quesito.

Na auto identificação de cor e raça, apareceram diversas categorias além das do IBGE - morena, pálida, mulata. Peter Fry (1996, p.131) situa duas formas de classificação racial que são comuns no Brasil: o “modo binário”, que se atém exclusivamente a brancos e negros; e o “modo múltiplo”, que abrange uma multiplicidade de categorias comuns na vida cotidiana, como “moreno” e “mulato”. O autor levanta a hipótese de que o modo múltiplo é recorrente entre as camadas populares, e o modo bipolar é dominante nas classes médias intelectualizadas urbanas. Apesar dessa tendência, na prática os modos coexistem na sociedade (FRY, 1996, p.132), e as múltiplas respostas obtidas pelas entrevistadas podem refletir essa mescla. Fry ainda salienta que o modo bipolar é baseado na descendência do indivíduo, enquanto o modo múltiplo é baseado na aparência e permite uma “desracialização” da identidade individual (IBIDEM, p. 132).

A questão da escolaridade (como foi abordado na análise do NCI) tem relação direta com a vulnerabilidade social. Ribeiro e Vóvio (2017, p.80) mostram a correlação existente entre desigualdades socioespaciais, desigualdades sociais e

desigualdade escolar existente em territórios considerados zonas de vulnerabilidade na cidade de São Paulo, baseando-se em dados de diversas pesquisas:

Pode-se dizer, portanto, que os resultados das pesquisas apontam para a existência de vínculos entre desigualdades socioespaciais (indicadas pela interface entre sobreposição de desigualdades e segregação social no território), desigualdades sociais (indicadas pelos níveis de recursos socioeconômicos e culturais dos alunos e famílias) e desigualdade escolar (vista pelos resultados educacionais, expectativa sobre os alunos, formação e experiência dos professores e pela infraestrutura das escolas). Interface entre vulnerabilidade social no território e o fenômeno da interdependência competitiva entre escolas começa também a se evidenciar, por meio de estudos exploratórios, indicando presença de vantagem de algumas escolas de territórios menos vulneráveis em detrimento de outras localizadas em regiões mais vulneráveis. Há indícios de que essa vantagem estaria na captação de professores com maior capital profissional e experiência; na evitação e expulsão de alunos de perfil avaliado como conturbador do ambiente escolar; e também em ações de familiares – que possuem mais recursos – em busca de escolas mais adequadas aos seus interesses (RIBEIRO; VÓVIO, 2017, p.84).

Uma série de elementos estruturais, como o sistema de distribuição desigual de professores nas escolas públicas do território, faz com que a educação seja precária nas regiões de vulnerabilidade social (que, nesse exemplo, recebem os professores com menor capital cultural). Entra-se em um ciclo, no qual as regiões de vulnerabilidade recebem sistemas públicos educacionais sem qualidade, os quais, por sua vez, reiteram a segregação social daqueles que neles estudam.

Dentre as entrevistadas, o acesso limitado ao ensino formal, demonstrado em cerca de metade (48,4%) das usuárias que não concluiu o ensino básico, pode ser um indicativo de inserção em um território de vulnerabilidade social aonde o ensino básico é de difícil acesso e permanência. Isso se mostra quando relatam: *“Naquele tempo, a gente estudava só até o quarto ano”*.

Salientando a importância da educação formal, é também relevante olhar para a relação das oito usuárias que estavam frequentando a escola com as suas respectivas escolas, para se ater a qualidade da instituição de ensino e na forma como esta repercute em suas vidas. É importante que a grande maioria destas usuárias goste de frequentar a escola (75%), e que isso se dê majoritariamente

devido ao aprendizado (44,4% das respostas) e à socialização (33,3% das respostas).

Quanto às entrevistadas que não gostam de frequentar a escola, apesar de poucas (25%), é válido ressaltar seus motivos - a violência de relações entre os alunos e entre alunos e professores (50% das respostas) é um elemento agravante dentro do ambiente escolar, que expõe os alunos a distúrbios psicológicos e traumas posteriores. A preguiça (50% das respostas) também pode ser lida como consequência de um ambiente escolar desestimulante.

No que tangencia vulnerabilidades econômicas, elas se tornam evidentes na alta porcentagem de domicílios nos quais não há pessoas trabalhando - 39,4%. A média de pessoas trabalhando por domicílio é extremamente baixa (0,7), e bastante menor do que a média de moradores por domicílio (3,7). O desemprego e a falta de renda são elementos que expõe as pessoas a riscos econômicos e situam as pessoas em condições de vulnerabilidade, pois, além de não terem acesso a bens e serviços e ao consumo, ainda estão sujeitas a preconceitos e estigmatização advindos de outros segmentos da sociedade.

Além disso, outro elemento interessante de se considerar é que 33,3% das entrevistadas afirmava não saber a renda mensal de seu domicílio. Existe a possibilidade de as entrevistadas não se sentirem confortáveis para responder a questão e dizerem que não sabem. Mas, considerando que de fato não saibam, cabe aqui discorrer acerca das reiterações de papéis de gênero reproduzidas dentro dos domicílios. Percebe-se, inicialmente, que apenas o homem trabalha, enquanto a mulher permanece em casa, resultando na dependência econômica dessas mulheres. Ademais, ao não informar a mulher acerca do quanto recebe, ocorre uma exclusão maior ainda da mulher do âmbito financeiro, reiterando a divisão de tarefas no lar que impede as mulheres de acessarem o que permeia o sustento material da casa e sua própria independência financeira (a atribuição de serviços domésticos às mulheres será abordada mais adiante).

Os benefícios sociais surgem como uma solução básica de assistência à desigualdade econômica e combate à pobreza. O Programa Bolsa Família é o benefício social de maior alcance no país. O programa, que pertence à classe de

Programas de Transferência Condicionada, e visa atenuar os efeitos negativos da pobreza sobre o bem-estar em curto prazo. Em longo prazo, o programa pretende atenuar a pobreza gerada pela transmissão intergeracional de renda e capital humano, através de exigências sobre os beneficiários que envolvem cuidados de saúde e educação das crianças (RIBEIRO; SHIKIDA; HILLBRECHT, 2017, p. 806). O programa tem sido o mais eficaz para levar recursos aos estratos mais baixos de renda da população (IBIDEM, p.856). Devido ao acesso a poucos recursos dos beneficiários de programas sociais, os serviços da Assistência Social priorizam pessoas que recebam tais benefícios. Apesar de uma porcentagem relevante das usuárias do SASF não receber nenhum benefício (30,3%), a maioria recebe o Bolsa Família (57,6%) e se enquadra nesse quesito.

No que permeia a moradia, cerca de metade das entrevistadas afirma morar em casa própria. A casa própria representa estabilidade e diminui os riscos no que tangencia a moradia. Ainda assim, a porcentagem é consideravelmente menor que a coletada pelo Censo de 2010, na qual 71,8% da população moram em casa própria. A grande maioria (90,9%) relata morar em casa ou apartamento, que são consideradas moradias sem riscos elevados.

Cabe aqui, assim como discorreremos no NCI, retratar novamente as ressalvas que obtivemos após a realização das entrevistas. É possível que as questões acerca da moradia possuam uma diferença subjetiva de entendimento entre entrevistador e entrevistado. Conhecendo minimamente as regiões atendidas pelos serviços, podemos compreender que, para nosso entendimento (baseado nas categorias do IBGE, utilizadas no PNAD e Censo), muitas das moradias referidas pelos entrevistados como casas seriam para nós referidas de outra forma, como, por exemplo, cortiços e barracos. A mesma problemática ocorre em relação à propriedade do imóvel - o não pagamento de aluguel pode ser tido como referência para se classificar a moradia como própria, sem que isso permeie instâncias legais de propriedade.¹⁵ Dessa forma, utilizamos os dados obtidos nas respostas, mas deixando explícito que talvez exista tal diferença conceitual de entendimento.

¹⁵ No caso do SASF em específico, esse ponto foi até demonstrado verbalmente por uma das entrevistadas ao retratar a propriedade de seu imóvel: *“Enquanto a prefeitura não nos tira, é meu”*.

No que diz respeito à composição familiar, cerca de metade (51,1%) das usuárias mora com um conjugue e filhos. É relevante, contudo, discorrer acerca das mulheres que moram sozinhas com os filhos (24,2%) ou com filhos e outros parentes (12,1%), sem a presença de um conjugue - que, no total, somam 36,3% dos casos.

Segundo Bensusan (2012, p.323) a maternidade é, para as mulheres, colocada como uma obrigação natural, enquanto, para os homens, existe a possibilidade de escolha sobre a paternidade. Dentro de um sistema de dominação masculina, existem possibilidades, institucionais e culturais, que facilitam para que homens não assumam a paternidade de seus filhos ou não ajudem em sua criação.

[...] A maternidade inescapável faz com que elas sejam condenadas à maternidade e que os pais fiquem livres de qualquer ônus. A parentalidade, assim, fica reduzida à maternidade como se a paternidade fosse uma escolha na medida em que a maternidade não o é: tudo o que abre os braços em liberdade se apoia em outra coisa tomada como natural [...] Um esquema de dominação carrega uma distribuição do que é matéria-prima a ser subjugada e do que tem espaços de manobra (BENSUSAN, 2012, p.323).

[...] No Brasil a maternidade é quase compulsória para quem engravida e seu ônus é considerado como um desejo natural sacralizado. Trata-se de um desejo que é concebido como intenso o suficiente para o sacrifício de muitos outros e que já traz em seu bojo um comportamento e uma imagem – aqueles da maternidade – que tornam impossível a deserção. A deserção da maternidade é considerada comumente uma atrocidade, uma aberração e um ato contra a natureza – como se a natureza, ela mesma, apresentasse mandamentos afetivos que não pudessem ser desobedecidos. É a ditadura do instinto materno, ao lado do caráter fugidio de qualquer instinto paterno (IBIDEM, p.323).

A criação dos filhos por conta própria é, dessa forma, imposta estruturalmente sobre diversas mulheres, que, querendo ou não, tem que criar seus filhos sem o auxílio do pai. Vale ressaltar, ainda, que a criação dos filhos apenas pela mãe é um fenômeno estrutural no Brasil - de acordo com a pesquisa realizada por Ana Liési Thurler, em 2005, uma a cada três crianças que nascem no Brasil não tem o nome do pai no registro civil de nascimento (THURLER, 2005, p.2). Isso sem levar em consideração os casos em que, apesar de constar seu nome no registro, o pai abandona a família deixando o filho aos cuidados da mãe. Existe, dessa forma, uma estrutura patriarcal que reitera a importância do pai e se estrutura na imagem do pai,

mas que, contraditoriamente, permite aos homens que não tenham a obrigação de exercer sua paternidade.

Essas rotas se inserem em um quadro em que as famílias são concebidas sobretudo no imaginário geral como girando em torno de uma figura masculina ainda que, de fato, essa figura esteja ausente na maioria dos casos. Um patriarcado sem pais em que a figura masculina é uma assombração na família, um patriarcado fantasmagórico em que cabe aos pais a rota de fuga de um papel garantido na imaginação familiar – um papel que não implica sequer a responsabilidade do registro (BENSUSAN, 2012, p.322).

[...] Thurler estima que hoje cerca de 500 mil crianças no Brasil, anualmente, não têm a filiação paterna em seu registro. Ainda que muitas vezes as mães, elas mesmas, não têm interesse de registrar a paternidade – alegando que a força da lei não afetaria relevante ou positivamente o comportamento dos pais –, o sub-registro tem como consequência a imposição de um modelo monoparental nuclear que não é necessariamente da escolha das mulheres e nem está aberta a elas uma alternativa – de renúncia ou compartilhamento do ônus e dos benefícios da parentalidade. No patriarcado fantasmagórico em que vivemos – e que tem também uma marcação de classe e de raça –, os homens são sombras fugidias nas famílias, enquanto as mulheres tocam o ofício da produção de pessoas. Vale notar que o patriarcado sem pais onera as mães e, em princípio, vulnerabiliza as mulheres, já que a elas não estão abertas as rotas sinalizadas da deserção. Porém, longe de serem frágeis, elas algumas vezes tomam para si a potência que muitas vezes emerge dessas famílias-gambiarras (IBIDEM, p.323).

Fica evidente, depois de tal exposição, a forma como a monoparentalidade, realizada pelas mulheres, é um componente de vulnerabilidade, pois expõe as mulheres a discriminações estruturais de gênero, além de terem que arcar sozinhas com a criação dos filhos, o que exige esforços físicos, econômicos e também tempo. Não podemos afirmar que, nos casos das entrevistadas em questão, os pais fossem de fato ausentes da criação dos filhos, mas, considerando-se esse um fenômeno tão comum, é muito possível que assim ocorra.

A vulnerabilidade social, como já exposto, se define pela falta de acesso ao bem-estar social e a bens e serviços públicos. A partir daí, para se compreender a exposição das entrevistadas à vulnerabilidade, é necessário levar em consideração o território que habitam, as relações sociais que ali permeiam, a presença do Estado.

A presença de serviços públicos (como hospitais e escolas) foi o elemento mais citado a respeito do bairro em que moram, em 63,6% das respostas. Ainda 15,2% das respostas afirmaram que os serviços eram bons e 15,2% relataram a facilidade de acesso ao transporte público. O acesso a serviços públicos, aqui mencionado, minimiza a exposição à vulnerabilidade.

Em oposição, houve ainda 36,4% de respostas que afirmaram não existem serviços públicos perto de onde moram, e 12,1% que alegaram que os serviços existentes são ruins. Também ocorreram 9,1% de reclamações acerca de enchentes, que se traduzem como infraestrutura ruim e falta de manutenção nas galerias e córregos. Aqui, já se mostra a não presença do Estado em uma região de risco - a presença de enchentes, por exemplo, significa exposição a riscos naturais. A falta da intervenção do estado em territórios de risco é um sinal determinante de vulnerabilidade.

Outra questão muito mencionada acerca do bairro foi a violência urbana, mencionada por 54,4% das respostas. A violência é um elemento de exposição aos riscos sociais. Ainda assim, em um número também alto de 45,5% de respostas as usuárias afirmaram que o bairro que moram é seguro, fator que diminui a exposição a riscos sociais e à vulnerabilidade.

A sociabilidade é outro elemento importante - as relações sociais, que permeiam a criação de vínculos, trocas, conflitos e disputas, são constituintes do território. Em 45,5% das respostas as entrevistadas afirmaram manterem boas relações sociais com as pessoas do bairro em que moram, o que afirma sua inserção social na comunidade. Houve ainda 18,2% de menções a relações conflituosas com vizinhos, e em 9,1% das respostas as usuárias afirmaram não manter nenhuma relação com as pessoas de seu bairro, o que pode ser lido como um fator de exclusão e isolamento.

O acesso às opções de lazer é também um indicativo da presença do Estado, e um elemento básico de bem-estar social. Entre as entrevistadas, houve 45,5% de respostas afirmando não existem opções de lazer no bairro, o que significa a queda de bem-estar social. Isso ainda é reiterado pelas menções às poucas opções de lazer (15,2%) e falta de manutenção das áreas existentes de lazer (12,1%).

Ainda falando acerca de relações sociais, a questão da importância da família traz perspectivas interessantes de análise. As respostas giravam em torno da prioridade da família na vida das usuárias, que colocam a família como norte principal, como estrutura e como um significado para a vida, uma razão para que continuem vivendo. Aqui, podem estar sendo refletidos problemas psicológicos, como a depressão, que se mostram na falta de sentido à vida e de vontade de viver. A presença dos filhos acaba gerando uma motivação para que se continue não só vivendo, mas sendo também produtivo, trabalhando, o que denota uma incapacidade de continuar por si só e por si mesmo. A presença de problemas psicológicos, como a depressão, pode também ser percebida na falta de desejos para o futuro mencionada em 21,2% das respostas obtidas.

A preocupação com a própria situação econômica é o principal componente dos planos para o futuro. As usuárias demonstram o desejo de trabalhar (54,4% de menções), estudar (24,4% de menções) e conseguir uma casa própria (12,2% de menções). Aqui é evidente a presença de riscos econômicos por parte das usuárias, e a importância do serviço ao oferecer a possibilidade de profissionalização.

A realização de serviços domésticos aparece como a principal ocupação das usuárias em seu tempo livre - afirmaram em 54,5% das respostas realizar serviços domésticos no tempo em que não estão no SASF e em 33,3% das respostas acerca de o que estariam fazendo se não estivessem no SASF.

Cabe aqui salientar, novamente, as relações sociais de gênero, estruturais da sociedade em que vivemos. É comumente atribuído as mulheres, que trabalhem fora de casa ou não, todo o trabalho doméstico, que não é remunerado. A atribuição de serviços domésticos às mulheres acarreta que estas realizam um trabalho gratuito, para os outros, e que é invisibilizado - não é percebido e nem reconhecido por aqueles que usufruem dele como um trabalho, que exige esforços. A percepção dessa opressão, em específico, desencadeou o movimento feminista nos anos 1970 na França (KERGOAT, 2009, p.68). Apesar das mudanças ocorridas nas relações de gênero ocorridas desde o início do movimento feminista, a divisão desigual do trabalho doméstico ainda é recorrente. Considerando-se que todas as entrevistadas são mulheres, é possível especular a respeito da reprodução desse padrão dentro de suas casas, reiterando vulnerabilidades de gênero.

A importância do serviço é reiterada nessa mesma pergunta, quando as usuárias afirmam que ficariam ociosas (27,3% de menções) ou que procurariam outro lugar para realizar um curso semelhante (12,1%).

No que tangencia o serviço em si, seu caráter profissionalizante é o que mais atrai as usuárias, que buscam o aprendizado no intuito de futuramente conseguir trabalhar. O serviço, aqui, tem valor fundamental na ajuda do alcance da independência financeira por parte das usuárias, o que significa auxílio para lidar com as desigualdades de gênero e econômicas já explanadas acima.

Além disso, o serviço aparece como uma rede de estrutura e apoio para que as usuárias descubram o potencial que tem de trabalhar, e para que sejam encorajadas a não se manterem estagnadas. O auxílio com questões pessoais e problemas psicológicos também ocorre, e é reiterado dentre as usuárias que demonstram o papel do SASF no combate da depressão (12,1% de menções) e que se referem ao atendimento individualizado que proporciona acolhimento (6,1% de menções). A atividade do café social também deve ser salientada como um momento de socialização e aprendizado.

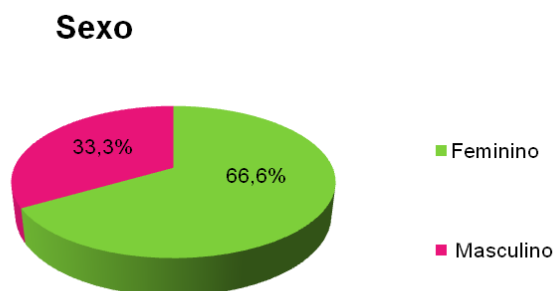
Feita a exposição, é perceptível que existem uma série de fatores - que tangenciam, por exemplo, relações de gênero, território e inserção no mercado de trabalho - que situam as frequentadoras do serviço em condições de vulnerabilidade social e afirmam a importância do serviço.

3. Centro para a Juventude (CJ Legião Mirim)

3.1 Exposição dos dados coletados

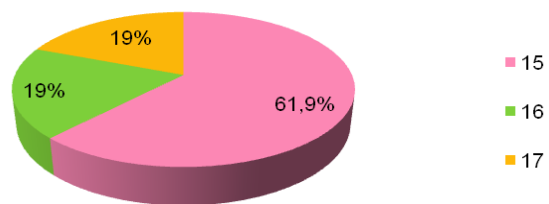
Foram realizadas, no CJ, um total de 21 entrevistas, a partir das quais traçamos o perfil básico seus frequentadores. Neste serviço, 66,6% dos entrevistados eram do sexo feminino e 33,3% do masculino. A média de idade foi 14,86, variando de 15 a 17.

Sexo	
Total de entrevistados: 21	Frequência
Feminino	14
Masculino	7
Total	21



Idade	
Total de entrevistados: 21	Frequência
15	13
16	4
17	4
Total	21
Média	14,86

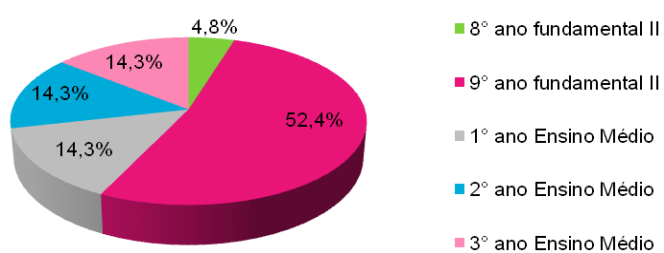
Idade



Todos os adolescentes entrevistados estavam frequentando a escola, entre o 8º ano do ensino fundamental e o 3º ano do ensino médio. Segundo nossa relação, 14,3% destes estavam atrasados na escola.

Escolaridade	
Total de entrevistados: 21	Frequência
8º ano fundamental II	1
9º ano fundamental II	11
1º ano Ensino Médio	3
2º ano Ensino Médio	3
3º ano Ensino Médio	3
Total	21

Escolaridade

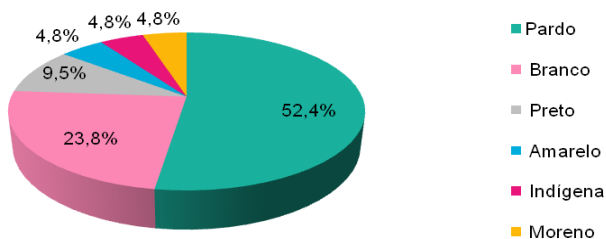


Na autoidentificação de cor e raça¹⁶, cerca de metade dos entrevistados (52,4%) se identificou como pardo; 23,8% como branco e 9,5% como preto.

Comparando com os dados da PNAD, realizada de julho a setembro de 2018 em todo o Brasil, dentre as pessoas maiores de 14 anos, 46,1% se declararam pardas; 43,5% se declararam brancas e 9,3% se declararam pretas. Há no CJ uma quantidade significativamente menor de pessoas que se identificam como brancas, enquanto a quantidade de pardos aumenta.

Cor e raça	
Total de entrevistados: 21	Frequência
Pardo	11
Branco	5
Preto	2
Amarelo	1
Indígena	1
Morena	1
Total	21

Cor e raça



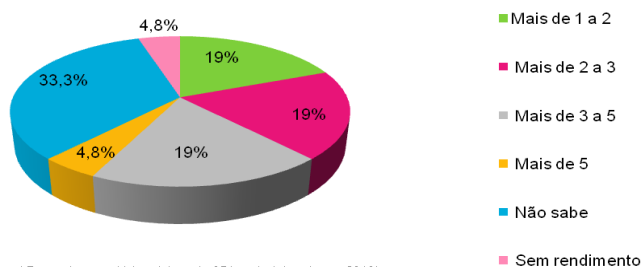
¹⁶ Foram utilizadas na pesquisa as categorias de cor e raça determinadas pelo IBGE, com abertura para que os entrevistados se classificassem da forma como quisessem, dentro ou fora de tais categorias.

Boa parte dos entrevistados (33,3%) não sabia a renda¹⁷ mensal de seu domicílio. Tomando como referência o salário mínimo de 954 reais (vigente em 2018), 19% dos entrevistados possuíam uma renda domiciliar mensal entre 1 e 2 salários mínimos; 19% entre 2 e 3 salários mínimos e 19% entre 3 e 5 salários mínimos. Apenas um usuário (4,8%) declarou renda maior que 5 salários mínimos, e um (4,8%) declarou que a família não recebe nenhum rendimento. A média de pessoas trabalhando por domicílio é 2,62.

Renda familiar total por mês	
Total de entrevistados: 21	Frequência
Mais de 1 a 2*	4
Mais de 2 a 3*	4
Mais de 3 a 5*	4
Mais de 5*	1
Não sabe	7
Sem rendimento	1
Total	21

*Baseado no salário mínimo de 954 reais (vigente em 2018).

Renda familiar total por mês



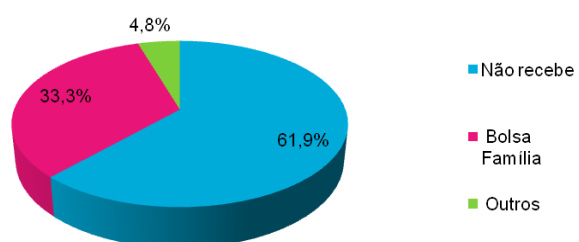
* Baseado no salário mínimo de 954 reais (vigente em 2018).

¹⁷ Utilizamos o termo renda para se referir apenas ao salário proveniente de trabalho.

Em relação ao recebimento de benefícios sociais, a maioria dos entrevistados (61,9%) afirmou não receber nenhum benefício em seu domicílio; e 33,3% recebiam o Bolsa Família.

Benefício Social	
Total de entrevistados: 21	Frequência
Não Recebe	13
Bolsa Família	7
Outros	1
Total	21

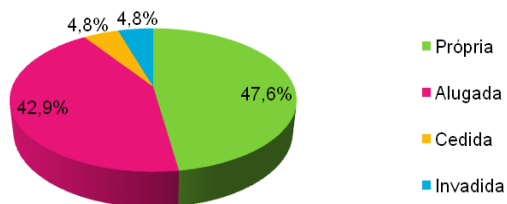
Benefício social



Em relação ao tipo de moradia, todos os entrevistados (100%) afirmaram morar em casa ou apartamento. Quase metade (47,6%) afirmou morar em casa própria e 42,9% em casa alugada. A média de cômodos por domicílio é 4,76.

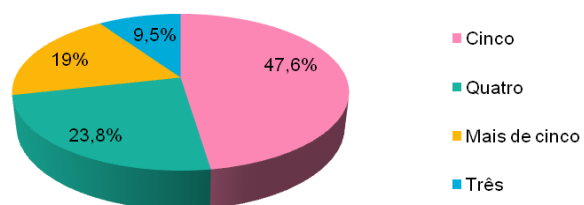
Condição de Propriedade do Imóvel	
Total de entrevistados: 21	Frequência
Própria	10
Alugada	9
Cedida	1
Invadida	1
Total	21

Condição de propriedade do imóvel



Quantidade de cômodos na casa	
Total de entrevistados: 21	Frequência
Cinco	10
Quatro	5
Mais de cinco	4
Três	2
Total	21
Média	4,76

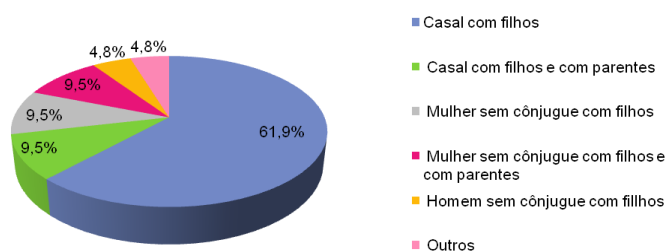
Quantidade de cômodos na casa



Dentro dos domicílios, 61,9% das famílias são formadas por casais com filhos; 9,5% por casais com filhos e com parentes; 9,5% por mulheres com filhos; 9,5% por mulheres com filhos e com parentes.¹⁸ A média de pessoas por domicílio é 4,24.

Composição familiar	
Total de entrevistados: 21	Frequência
Casal com filhos	13
Casal com filhos e com parentes	2
Mulher sem cônjuge com filhos	2
Mulher sem cônjuge com filhos e com parentes	2
Homem sem cônjuge com filhos	1
Outros	1
Total	21

Composição familiar



¹⁸ Foram utilizadas as categorias de composição familiar do Censo do IBGE de 2010.

Acerca do bairro em que moram, o ponto mais mencionado foi a violência urbana, que apareceu em 57,1%¹⁹ das respostas. Em oposição, a segurança do bairro também foi enfatizada, e apareceu em 42,9% das respostas.

O acesso ao lazer em espaços públicos no bairro apareceu como um ponto positivo em 42,9% das respostas. Locais privados para lazer, como shoppings e restaurantes, são mencionados em 28,6% das respostas. Em 19% das respostas os entrevistados afirmaram não haverem opções de lazer no bairro.

A sociabilidade aparece como um elemento importante do bairro, mencionada em 38,1% das respostas como um fator positivo, demonstrado na presença de amigos no bairro e na proximidade afetiva entre vizinhos. Em 23,8% de respostas a sociabilidade foi colocada como um fator negativo, mencionando-se relações ruins com os vizinhos de bairro.

Em 28,6% das respostas os entrevistados consideram a infraestrutura pública de seus bairros boa, considerando fácil a acessibilidade ao transporte e às escolas, por exemplo. Já 19% das respostas afirmaram que a infraestrutura pública é ruim, relatando problemas como ruas não asfaltadas.

¹⁹ Nas questões abertas, as porcentagens se referem ao número de vezes que uma resposta foi mencionada. É possível que um usuário mencione mais de um item da listagem, e por isso a somatória das porcentagens é maior que 100%.

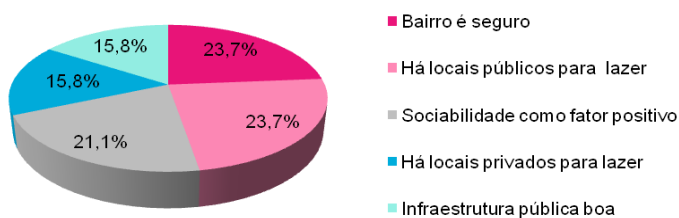
O que você acha do bairro em que mora?

Total de entrevistados: 21	Respostas	Porcentagem de casos
	N	
Bairro é violento ("as vezes rola muito assalto, ou estupro", "é muito perigoso")	12	57,1%
Bairro é seguro ("não é muito perigoso, não tem muito assalto", "é tranquilo")	9	42,9%
Há locais públicos para lazer (parque, praça, SASF)	9	42,9%
Sociabilidade como fator positivo ("Todo mundo se conhece", "um monte [de amigos] na minha rua")	8	38,1%
Há locais privados para lazer ("shopping, restaurante", "balada")	6	28,6%
Infraestrutura pública boa ("pra se locomover é bom, tem vários ônibus assim disponíveis", escola perto de casa)	6	28,6%
Sociabilidade como fator negativo ("não tem muita criança pra brincar comigo", "eu não gosto muito das pessoas do meu bairro")	5	23,8%
Não há opções de lazer	4	19,0%
Infraestrutura pública ruim ("não é asfaltado, quando chove fica ruim de passar")	4	19,0%
Total	63	300,0%

Fatores positivos bairro

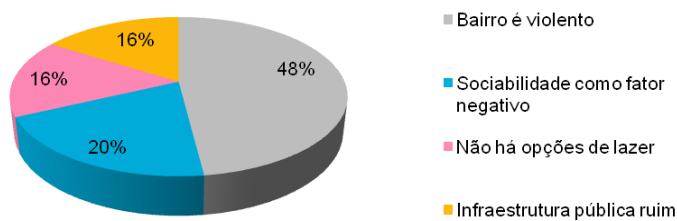
Total de entrevistados: 21	Respostas
	N
Bairro é seguro ("não é muito perigoso, não tem muito assalto", "é tranquilo")	9
Há locais públicos para lazer (parque, praça, SASF)	9
Sociabilidade como fator positivo ("Todo mundo se conhece", "um monte [de amigos] na minha rua")	8
Há locais privados para lazer ("shopping, restaurante", "balada")	6
Infraestrutura pública boa ("pra se locomover é bom, tem vários ônibus assim disponíveis", escola perto de casa)	6
Total	38

Elementos positivos do bairro



Fatores negativos bairro	
Total de entrevistados: 21	Respostas
	N
Bairro é violento ("as vezes rola muito assalto, ou estupro", "é muito perigoso")	12
Sociabilidade como fator negativo ("não tem muita criança pra brincar comigo", "eu não gosto muito das pessoas do meu bairro")	5
Não há opções de lazer	4
Infraestrutura pública ruim ("não é asfaltado, quando chove fica ruim de passar")	4
Total	25

Elementos negativos do bairro



Bairro		
	Respostas	Porcentagem de casos
	N	
Positivo	38	181,0%
Negativo	25	119,0%
Total	63	300,0%

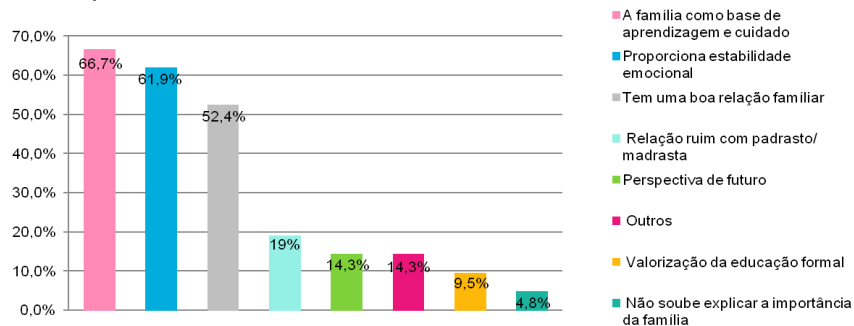
A importância da família é demonstrada em 66,7% das respostas que apresentaram a família como uma base de aprendizagem e cuidado, que transmite ensinamentos e proporciona conforto. Em 61,9% das respostas a família é colocada como responsável por uma estabilidade emocional, que auxilia em momentos de dificuldade. Em 52,4% das respostas os entrevistados afirmaram ter uma boa relação familiar. Em 14,3% das respostas a família foi colocada como responsável por dar aos entrevistados uma perspectiva de futuro, buscando um futuro melhor e os auxiliando para que alcancem seus sonhos. Também é mencionada, em 9,2% de respostas, a importância da família no estímulo para os estudos.

A família aparece negativamente em dois pontos. A relação ruim com madrastas ou padrastos aparece em 19% de respostas. Além disso, um entrevistado não soube explicar a importância da família.

Qual a importância da sua família para você?

Total de entrevistados: 21	Respostas
	N
A família como base de aprendizagem e cuidado ("me ensinam o máximo que eles conseguem", "conforto", "me passa tudo que é certo", "família é a base estrutural da minha vida")	14
Proporciona estabilidade emocional ("consigo desabafar com eles", "me ajuda em momentos difíceis e importantes")	13
Tem uma boa relação familiar	11
Relação ruim com padrasto/madrasta	4
Perspectiva de futuro ("busca os meus sonhos comigo", "dar uma vida melhor pra mim, pra mim trabalhar, não ficar à toa no mundo, procurar sempre o melhor")	3
Outros	3
Valorização da educação formal ("eles me ajudam nos estudos, me incentivam a estar no curso")	2
Não soube explicar a importância da família	1
Total	51

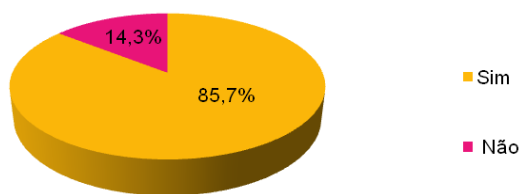
Importância da Família



No que tangencia a escola, 85,7% dos entrevistados gostavam de frequentá-la, enquanto 14,3% não gostavam. Dentre os que gostavam, houve entrevistados que apontaram para elementos negativos na escola, mesmo gostando de ir.

Escola	
Total de entrevistados: 21	Frequência
Gosta	18
Não gosta	3
Total	21

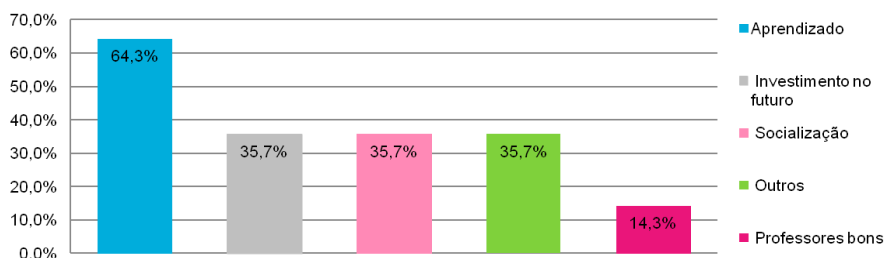
Gosta de ir à escola



Dentre os motivos pelos quais gostam de ir à escola, o aprendizado foi o mais mencionado, aparecendo em 64,3% de respostas. A escola também aparece como um investimento no futuro, que garantiria um futuro melhor através dos estudos (35,7% de menções). A presença de amigos na escola aparece como motivo em 35,7% de respostas, e bons professores, que estimulam o aprendizado, aparecem em 14,3% de respostas.

Porque gosta de ir à escola?	
Total de entrevistados: 21	Respostas
	N
Aprendizado ("a gente aprende coisas que se a gente ficar em casa a gente não vai aprender", "aprendo muita coisa")	9
Investimento no futuro ("sem a escola a gente não tem um futuro", "se eu não tiver meu estudo eu não vou ser ninguém")	5
Socialização ("tenho muitos amigos lá")	5
Outros ("porque poucas pessoas tem o benefício de ir pra escola", "dar uma distraída", "é muito boa a comida lá")	5
Professores bons ("eles te estimulam, eles te ensinam de um jeito que você vai poder aprender")	2
Total	26

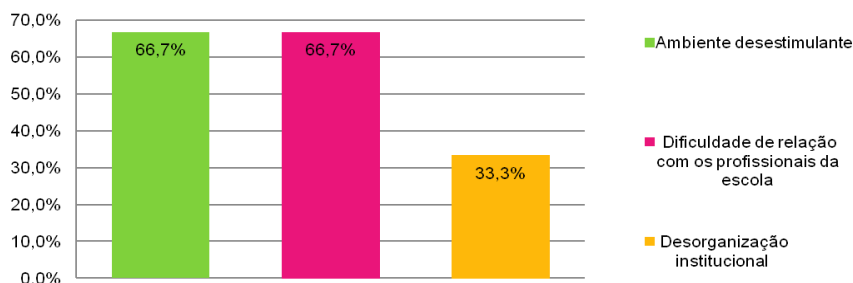
Motivos pelos quais gosta de ir à escola



Entre os motivos para não gostar de ir à escola, a retratação de um ambiente desestimulante aparece em 66,7% das respostas. A dificuldade de relação com profissionais da escola, como diretores ou professores, aparece também em 66,7% de respostas. Além disso, é mencionada em 33,3% das respostas a desorganização institucional da própria escola, que prejudica o aprendizado.

Porque não gosta de ir à escola?	
Total de entrevistados: 21	Respostas
	N
Ambiente desestimulante ("é muito chato ir pra escola", "os professores não sabem deixar o aluno interessado na matéria")	2
Dificuldade de relação com os profissionais da escola ("Eu não me dou bem mais com a diretora [...] porque ela não sabe ser diretora")	2
Desorganização Institucional ("eu troco de professor toda hora", "é desorganizada")	1
Total	5

Motivos pelos quais não gosta de ir à escola

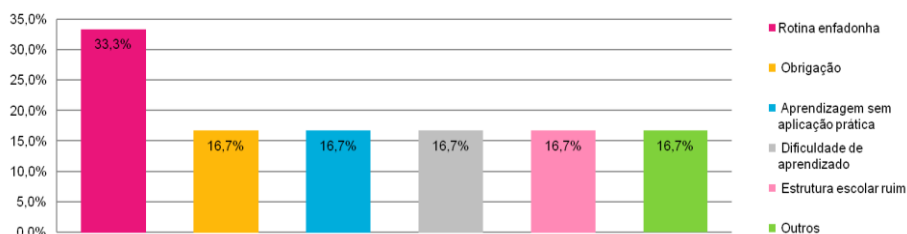


Entre os entrevistados que gostam de ir à escola, mas apontam questões negativas, os problemas da escola são apontados em uma rotina enfadonha e cansativa (33,3% das respostas); a obrigação de ir (16,7% das respostas); o aprendizado de conteúdo que não tem aplicação prática na vida cotidiana (16,7% das respostas); a dificuldade de entender o conteúdo e aprender (16,7% das respostas) e a estrutura escolar ruim (16,7% das respostas).

Gosta de ir à escola mas aponta questões negativas

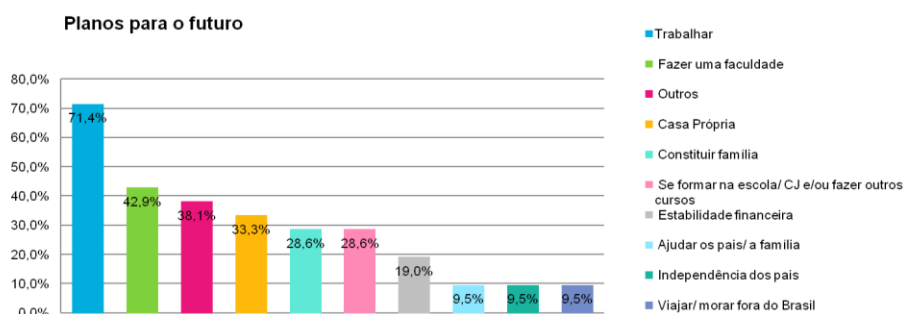
Total de entrevistados: 21	Respostas
	N
Rotina enfadonha ("é muito cansativo")	2
Obrigação ("tem que ir")	1
Aprendizagem sem aplicação prática (tem coisa que os professores ensinam que eu nunca vou usar na vida", "pra mim escola não dá futuro")	1
Dificuldade de aprendizado ("muitas coisas eu não entendo, tenho dificuldade")	1
Estrutura escolar ruim ("tem muita aula vaga")	1
Outros ("tenho preguiça de estudar")	1
Total	7

Gosta de ir à escola mas aponta questões negativas



Dentre os planos para o futuro, o mais mencionado foi conseguir um emprego e trabalhar (71,4% de respostas). O desejo de fazer uma faculdade apareceu em 42,9% das respostas; o desejo de comprar uma casa própria em 33,3% das respostas; o de constituir uma família (casar e ter filhos) em 28,6%; se formar na escola ou no CJ e fazer outros cursos em 28,6%; conquistar estabilidade financeira em 19%; ajudar os pais ou a família em 9,5%; conquistar independência dos pais em 9,5% e viajar ou morar fora do país em 9,5%.

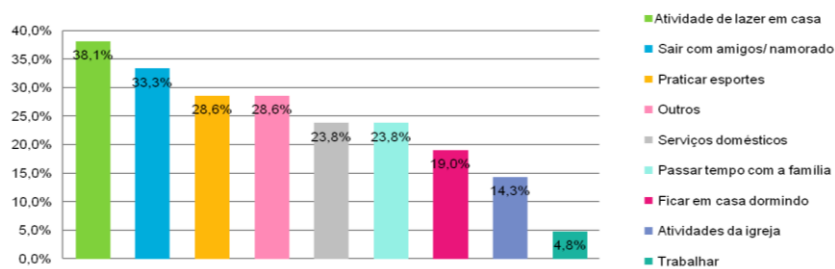
Quais são seus planos para o futuro?	
Total de entrevistados: 21	Respostas
	N
Trabalhar ("arrumar um emprego")	15
Fazer uma faculdade	9
Outros ("conhecer coisas novas, pessoas novas", "ajudar as pessoas")	8
Casa Própria	7
Constituir família ("me casar e ter um filho")	6
Se formar na escola/no CJ e/ou fazer outros cursos ("terminar o ensino médio")	6
Estabilidade Financeira	4
Ajudar os pais/ a família ("retribuir pra minha família tudo que eles fizeram pra mim até hoje")	2
Independência dos pais ("não ficar dependendo dos meus pais pra sempre", "ser independente")	2
Viajar/ morar fora do Brasil ("morar nos Estados Unidos")	2
Total	61



Em relação ao que fazem quando não estão no CJ, em 38,1% das respostas os usuários afirmaram se ocupar com atividades de lazer em casa; em 33,3% das respostas afirmaram sair com amigos ou namorado; em 28,6% disseram praticar esportes; em 23,8% afirmaram realizar serviços domésticos; em 23,8% disseram passar tempo com a família; em 19% relataram passar tempo em casa dormindo; e em 14,3% declararam realizar atividades da igreja. Houve ainda um entrevistado (4,8% das respostas) que afirmou trabalhar.

O que você faz quando não está na escola ou no CJ?	
Total de entrevistados: 21	Respostas
	N
Atividade de lazer em casa (“jogo no computador”, “eu fico em casa, assistindo TV”, “lendo um livro”, “escutando música”)	8
Sair com amigos/ namorado	7
Praticar esportes (“jogo bola, jogo ping-pong”)	6
Outros (treino na academia, “faço os trabalhos da escola”, aula de violão)	6
Serviços domésticos	5
Passar tempo com a família (“eu gosto muito de estar com a família”, “eu vou pra casa da minha avó”)	5
Ficar em casa dormindo	4
Atividades da igreja	3
Trabalhar	1
Total	45

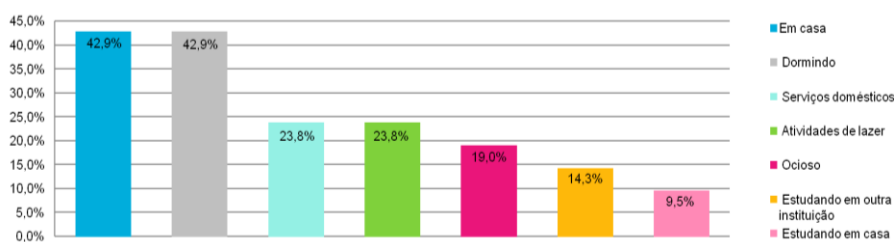
O que faz quando não está na escola ou no CJ



Algumas dessas respostas aparecem novamente na pergunta acerca do que estariam fazendo se não estivessem no CJ. Em 42,9% das respostas os entrevistados relataram que estariam em casa, em 42,9% afirmaram estar dormindo; em 23,8% mencionaram novamente os serviços domésticos; em 23,8% mencionaram novamente atividades de lazer; em 19% afirmaram que estariam ociosos, sem fazer nada; em 14,3% afirmaram que estariam estudando em outra instituição (na escola ou em outro curso); e em apenas 9,5% das respostas disseram que estariam estudando em casa.

O que estaria fazendo se não estivesse no CJ	
Total de entrevistados: 21	Respostas
	N
Em casa	9
Dormindo	9
Serviços domésticos ("ajudando meu pai a arrumar a casa", "ajudando a minha mãe nos afazeres de casa")	5
Atividades de lazer ("assistindo série", "mexendo no celular", "jogando bola", "jogando no computador")	5
Ocioso ("sem fazer nada")	4
Estudando em outra instituição ("eu estaria na escola essa hora", "outro curso")	3
Estudando em casa ("fazendo lição, trabalho")	2
Total	37

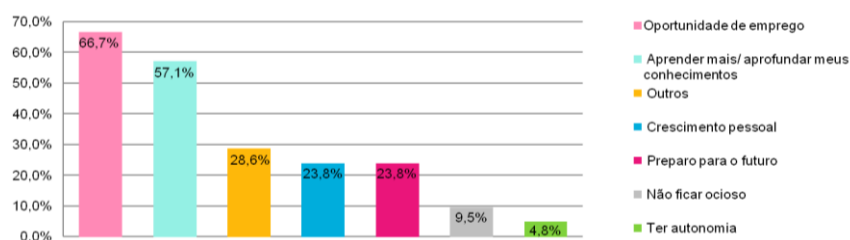
O que estaria fazendo se não estivesse no CJ



Quando questionados o porquê de participarem do serviço, maioria das respostas (66,7%) se referia à possibilidade de conseguir um emprego saindo do CJ. Também foi bastante mencionado (em 57,1% das respostas) o aprendizado que o serviço oferece. Além disso, 23,8% das respostas mencionaram um crescimento pessoal que o serviço oferece; 23,8% se referem à preocupação com o futuro e colocam o serviço como um preparo para o futuro. Em 9,5% das respostas os usuários afirmaram frequentar o CJ para não ficarem ociosos em casa, e em 4,8% mencionaram o desejo de ter autonomia financeira dos pais e da família.

Por que você participa do serviço?	
Total de entrevistados: 21	Respostas
	N
Oportunidade de emprego ("ser chamado pra uma entrevista", "ajudar no meu currículo", "ter uma oportunidade no mercado de trabalho")	14
Aprender mais/ aprofundar meus conhecimentos ("ter um conhecimento a mais")	12
Outros ("dinâmica muito legal", "tá legal")	6
Crescimento pessoal ("um preparo pra minha vida pessoal", "eu tô abrindo a minha cabeça pra novas coisas", "tô criando mais responsabilidade")	5
Preparo para o futuro ("que vai ser muito bom pro meu futuro")	5
Não ficar ocioso ("bom para passar o tempo")	2
Ter autonomia ("eu não quero depender dos meus pais pra sempre")	1
Total	45

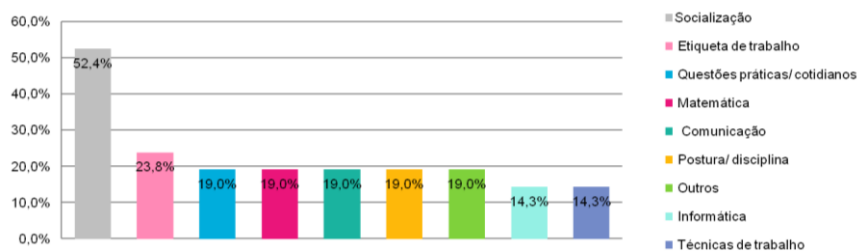
Por que frequenta o CJ



Quanto aos aprendizados mais importantes do CJ, 52,4% das respostas enfatiza a socialização, o aprendizado de como lidar com as outras pessoas. Em 23,8% das respostas é mencionada a etiqueta de trabalho; e com 19% de respostas aparecem questões práticas do cotidiano (como, por exemplo, andar de ônibus); matemática; comunicação; e postura/ disciplina. Informática e técnicas de trabalho apareceram com 14,3% de respostas cada.

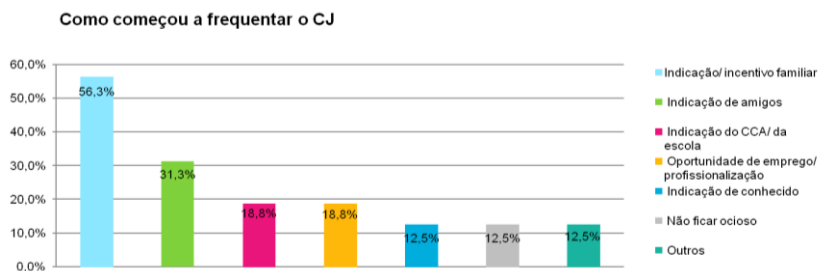
Quais as coisas mais importantes que você aprende no CJ?	
Total de entrevistados: 21	Respostas
	N
Socialização ("tratar o outro", "respeitar o próximo", "respeitar as diferenças")	11
Etiqueta de trabalho ("como você tem que tratar em uma entrevista de emprego, como se vestir", "ter uma postura diante de uma empresa")	5
Questões práticas/cotidianas (administração, cidade "ensinam você a procurar no guia, o local, linha de ônibus, pra onde vai", holerite)	4
Matemática	4
Comunicação ("gesticulação", "aprender a se comunicar melhor com as pessoas")	4
Postura/disciplina ("criar responsabilidade", "obedecer à regras", "mudar meu vocabulário")	4
Outros ("ter um conhecimento", "entender o que é um primeiro emprego", "educação sexual")	4
Informática	3
Técnicas de trabalho ("aprender a trabalhar", "me dão experiência")	3
Total	42

Aprendizados mais importantes do CJ



Acerca de como começaram a frequentar o serviço, em 56,3% das respostas os entrevistados mencionaram ficar sabendo do serviço através de familiares. A indicação de amigos aparece em 31,3% das respostas, a indicação da escola ou do CCA que frequentavam anteriormente aparece em 18,8% das respostas; e a indicação por parte de conhecidos aparece em 12,5% das respostas. Ainda foram reiterados o aspecto profissionalizante do curso (18,8% das respostas) e o desejo de não ficar ocioso (12,5% das respostas). É notório que o serviço seja disseminado majoritariamente por meio de terceiros, e não por divulgação do próprio CJ.

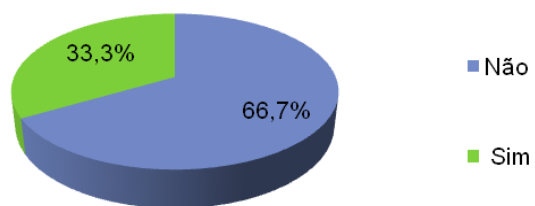
Como você começou a frequentar o serviço?	
Total de entrevistados: 21	Respostas
	N
Indicação/ incentivo familiar ("a minha irmã e meu irmão fizeram", "minha mãe falou que seria bom eu fazer", "a minha madrastra me indicou")	9
Indicação de amigos ("amigos meus que fizeram o curso e me indicaram")	5
Indicação do CCA/ da escola ("diretora da escola perguntou se eu queria fazer", "comecei a vir por causa de outro CCA")	3
Oportunidade de emprego/ profissionalização ("é um curso que é profissionalizante", "eu tava procurando emprego", "qualificação de emprego")	3
Indicação de conhecido ("mãe da minha namorada me encaminhou")	2
Não ficar ocioso ("só tava estudando, aí eu passava a maioria do tempo em casa")	2
Outros ("experiência boa pra sua vida", "ter uma postura melhor", "oportunidade melhor")	2
Total	26



Finalizando a exposição, a maioria dos entrevistados (66,7%) não sabia que o serviço tem convênio com a Prefeitura de São Paulo, enquanto 33,3% sabiam.

Você sabia que o serviço do qual participa tem convênio com a Prefeitura de São Paulo?	
Total de entrevistados: 21	Frequência
Não	14
Sim	7
Total	21

Convênio



3.2 Análise dos dados obtidos

A partir da exposição, buscaremos analisar os dados obtidos a partir da problemática da vulnerabilidade social.

Inicialmente, a questão da escolaridade vem à tona. Para participar do CJ, é exigido que o usuário esteja matriculado na escola. Isso funciona como incentivo para que os adolescentes frequentem a escola, elemento que traz consigo uma proteção contra vulnerabilidades. O acesso ao ensino formal é essencial para se combater vulnerabilidades e amenizar a segregação social de pessoas que se encontrem em território ou condição vulnerável.

Apesar de todos os alunos estarem matriculados na escola, cabe salientar a relação que mantém com o ambiente de ensino, a fim de julgar a qualidade da escola e forma como ela afeta cada aluno.

A grande maioria dos entrevistados (85,7%) afirmou gostar de frequentar a escola. Entra aqui uma consciência de que a escola proporciona um aprendizado exclusivo, e de que frequentar a escola é um investimento para ser alguém no futuro. A socialização também aparece como um elemento importante - encontrar amigos e manter boas relações sociais também é crucial para o desenvolvimento dos adolescentes. Em menor proporção (14,3% das respostas) aparecem os professores, que ensinam bem e estimulam. A alta porcentagem de entrevistados que gostam da escola se dá, em suma, devido à importância atribuída por estes à escola como meio de inserção social.

Há, ainda, alunos que gostam da escola e apontam questões negativas, e aqueles que não gostam ao todo. Os apontamentos negativos acerca da escola permeiam, principalmente, a estrutura das aulas, que oferece uma rotina enfadonha e um ambiente desestimulante, no qual os professores não conseguem manter os alunos interessados. Além disso, aparece a crítica contra o conteúdo das aulas, que não teria aplicação prática na vida dos alunos, e a dificuldade de assimilar o conteúdo. A instituição escolar também é alvo de críticas, como a desorganização da escola ao trocar de professor toda hora ou ter muitas aulas vagas. Também é

mencionada a dificuldade de relação com profissionais da escola, que tendem a ser autoritários - *“Ela [a diretora] quer resolver as coisas na marra”*.

Percebe-se que todos os pontos negativos apontados permeiam a instituição escolar e os profissionais da escola. Como apontado na análise feita no SASF, a precariedade da infraestrutura escolar pode ser um marcador de inserção em contexto social de vulnerabilidade - isso porque a vulnerabilidade social no território se mostra inter-relacionada com a infraestrutura das escolas públicas presentes na região. Ribeiro e Vóvio (2017, p.84) mostram isso ao analisar diversas pesquisas sobre o tema, e constatar que as desigualdades socioespaciais, sociais e escolares estão vinculadas - isso é demonstrado na percepção de que as escolas em territórios menos vulneráveis recebem professores com maior capital profissional e experiência, enquanto as escolas de territórios mais vulneráveis recebem os professores com menor capital profissional, que eventualmente migram para escolas em entornos menos vulneráveis (RIBEIRO; VÓVIO, 2017, p.80). Com isso, a infraestrutura das escolas que atende a população vulnerável acaba por ser precarizada, o que faz com que a escola não cumpra seu papel de amenizar essas desigualdades. Pode ser que estes relatos sejam um demonstrativo dessas escolas inseridas em tal lógica, o que reforça a vulnerabilidade desses entrevistados.

Quanto à renda, cabe a ressalva de que as informações obtidas podem não ser fidedignas, uma vez que boa parte dos usuários não sabia com exatidão a renda domiciliar mensal. Isso é compreensível, por não serem os adolescentes que trabalham e recebem tal renda. Mesmo com essa ressalva, se utilizarmos as respostas dos usuários, percebe-se que estão distribuídos entre rendas baixas (1 a 2 salários mínimos) e rendas médias (de 3 a 5 salários mínimos). Não há nenhuma resposta que remeta a uma renda muito alta. Lembrando que a média de pessoas por domicílio é 4,24, tal distribuição de renda pode ser muito baixa ou razoável. O fato de a maioria dos usuários não receberem benefícios sociais reitera que a renda recebida é suficiente para se viver. Usuários que recebam benefícios sociais tem prioridade de atendimento nos serviços da Assistência Social, seguindo a lógica de que quem recebe benefício está exposto a vulnerabilidades econômicas, e o serviço serve como afastamento das vulnerabilidades.

Em relação às condições de moradia, todos os usuários afirmaram morar em casa ou apartamento, que não são moradias de risco. Além disso, a grande maioria (90,5%) afirmou morar em casa própria ou alugada, o que também os distancia da vulnerabilidade.

Como foi exposto nas análises anteriores, as questões acerca de moradia possuem ressalvas. É possível compreender que, para nosso entendimento (baseado nas categorias do IBGE, utilizadas no PNAD e no Censo), muitas das moradias (que seriam referidas pelos entrevistados como casas) seriam para nós classificadas de outras formas, como cortiços ou barracos. No caso do CJ, que atende usuários de regiões diversas, não conhecemos os bairros dos usuários para afirmar o tipo de moradia predominante. O mesmo ocorre em relação à propriedade do imóvel - o fato de não ter de pagar aluguel pode ser referência para se classificar a casa como própria, sem que isso se refira de fato às instâncias legais de propriedade do imóvel. Dessa maneira, é possível que exista uma diferença subjetiva de compreensão das categorias aqui colocadas, por parte de entrevistadores e entrevistados. Utilizamos os dados obtidos, mas com a observação de que pode ser que exista tal diferença de compreensão e que as respostas, dessa forma, sejam inválidas.

A exposição à violência urbana é uma característica de risco social, que é perceptível em 57,1% das respostas que mencionaram a presença de violência urbana no bairro. Em oposição, uma quantidade também alta (42,9% de respostas) de usuários não está exposta a tal risco.

A vulnerabilidade é medida a partir do acesso ao bem estar social. Aqui, a infraestrutura pública do território é crucial para definir isso. Uma porcentagem de 28,6% das respostas afirma ter uma infraestrutura pública boa no bairro, em oposição à 19% das respostas que menciona uma infraestrutura ruim. Opções de lazer no bairro também definem bem-estar social - aqui, boa parte dos entrevistados (42,9% das respostas) se afastam de condições vulneráveis ao afirmarem acesso à locais públicos de lazer, para 19% de respostas que reclamam da falta de opções de lazer.

As relações sociais mantidas no bairro fazem parte das definições de território, e, quando positivas, podem simbolizar ajuda mútua e união no enfrentamento de riscos e vulnerabilidades. Entre os entrevistados, 38,1% das respostas afirmam manter relações positivas no bairro, demonstrando essa relação de acolhimento. Também são mencionadas, em 23,8% das respostas, relações ruins com os vizinhos, ou, por exemplo, a falta de outros jovens em idades semelhantes para socializar. Relações conflituosas com vizinhos podem tornar mais difícil a vivência em territórios que já estão em condições vulneráveis.

A família também pode desempenhar esse mesmo papel de acolhimento e auxílio para lidar com condições de risco. Sarti (2004, p. 17) coloca a família, independentemente da forma como for composta, vivida e organizada, como um filtro através do qual se começa a ver e significar o mundo, processo que se estende ao longo de toda a vida, mesmo com a variação de posição que se ocupa na família.

A família, inclusive para os adultos, continua tendo essa função de dar sentido às relações entre os indivíduos e servir de espaço de elaboração das experiências vividas. Essa concepção permite pensar o processo de “crescimento” na família como uma questão que diz respeito não apenas às crianças, mas a todos os seus membros, ao longo de suas vidas, na medida em que as experiências podem ser permanentemente reelaboradas. “Crescer”, assim, desvincula-se do mero processo biológico e constitui-se, também, em um processo simbólico. As condições favoráveis para que uma criança “cresça” ou um jovem se desenvolva na família se ampliam quando seu pai, sua mãe ou quem deles cuide possam se pensar, eles mesmos, como alguém em permanente crescimento, em cada novo lugar que ocupe na família (SARTI, 2004, p.17).

A família aparece, dessa forma, como uma instância social que tende a estar presente em toda a vida de um indivíduo, sendo parte constitutiva do ser e proporcionando relações que moldam seu caráter. A autora discorre acerca da adolescência, afirmando a importância da família na vida dos jovens se dá ma possibilidade de manter referências simbólicas que a família representa, como proteção e segurança, ao mesmo tempo em que se abre espaço para o outro, para o que é externo a família e também irá constituir a personalidade do adolescente (SARTI, 2004, p. 21). Tais compreensões são demonstradas nas respostas dos entrevistados do CJ, quando colocam a família como base de aprendizado e cuidado, estabilidade emocional e incentivo.

A família também aparece como uma esfera de incentivo aos estudos e motivação para que os adolescentes tenham um futuro melhor e busquem seus sonhos. Ribeiro e Vóvio (2017, p.83-84) recorrem à diversas pesquisas realizadas para afirmar que famílias pobres, com pouca escolaridade e moradoras de territórios segregados tendem à valorizar a escolarização de seus filhos e empregar esforços para que os filhos frequentem as escola, associando a educação formal com a possibilidade de que seus filhos alcancem posições sociais mais vantajosas.

Por outro lado, a família e o ambiente doméstico também podem ser geradores de riscos e vulnerabilidades, como é o caso, por exemplo, da violência doméstica. Aqui, a família aparece de forma negativa especialmente na relação dos jovens com seus padrastos e madrastas. Cunha e Meireles (2014, p.7) buscam explicar as tensões ocorridas nos processos de recomposição familiar: os membros da família, no período de transição da recomposição familiar, tem que se adaptar com mudanças de relacionamentos, de papéis, de estrutura familiar, o que tende a ser um processo difícil.

Foi possível identificar diferentes configurações relativas às representações sobre o padrasto e a madrasta. Por um lado, estas figuras assumem um lugar distante face aos pais biológicos por serem classificadas como pessoas estranhas. Por outro, as figuras parentais sociais também são reconhecidas como adultos designados por Cadolle (2000) de "parent de second", ou seja, "nem tão distantes nem tão próximos". Nesta segunda configuração, as figuras parentais sociais assumem a qualidade de companheiro da mãe/conhecido ou companheira do pai/conhecida. Na construção do reconhecimento destas figuras parentais, o fator tempo parece contribuir na definição da relação com o/a enteado/a (Lobo, 2006). Um terceiro perfil identifica as figuras parentais sociais como adultos semelhantes a um parente próximo (familiar). Um aspeto importante na definição da relação que os jovens estabelecem com as figuras parentais sociais refere-se à dimensão afetiva (baseada na evolução da relação), que interfere no seu processo de aceitação. Como referem Théry e Dhavernas (1993), a construção relacional passa pela necessidade de reconhecimento recíproco de ambas as partes, em particular, do/a jovem que passa a perceber o padrasto ou a madrasta como alguém mais próximo do que apenas como companheiro da mãe ou de companheira do pai (CUNHA: MEIRELES, 2014, p.10).

É compreensível, a partir daí, que os entrevistados relatem relações conturbadas com seus padrastos e madrastas na adolescência - o processo de recomposição familiar é disruptivo e prescinde tais tensões.

Em relação aos planos para o futuro, é salientado novamente desejo de ser formar, fazer uma faculdade, trabalhar e conquistar estabilidade financeira. Como já foi dito, tais planos são incentivados pela família, além de serem também estimulados no próprio CJ.

Entra aqui a importância do serviço no cotidiano dos adolescentes, que o tem como uma possibilidade de acesso à profissionalização, que é comprometida em ambientes de vulnerabilidade.

Apesar do caráter profissionalizante do serviço, é interessante notar que a socialização é mais mencionada como aprendizado mais importante do CJ, o que demonstra também a importância do serviço como base de relações sociais, também essenciais na vivência dos adolescentes.

Após esta exposição, pode-se perceber com os apontamentos feitos as instâncias nas quais os usuários deste serviço se aproximam ou se afastam de condições de riscos, além dos elementos de proteção contra essa vulnerabilidade que possuem.

2. Centro Para Crianças e Adolescentes

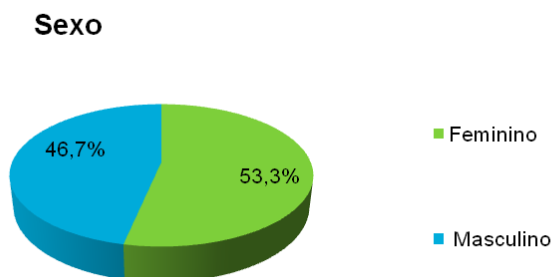
[d1] Comentário: REINICIAR AQUI.

CCAs: Arca do Saber, Construindo o Futuro, Irmã Jacinta, Paschoal Bianco, Paulo Freire, São Patrício, São Pedro Apóstolo, Vila Alpina, Zumbi dos Palmares.

2.1 Exposição dos dados coletados

Foram realizadas, ao todo, 120 entrevistas com usuários dos CCAs. A distribuição entre sexos foi similar, sendo 46,7% dos entrevistados pertencentes ao sexo masculino e 53,3% pertencentes ao sexo feminino. Oito dos entrevistados residiam em um SAICA (Serviço de Acolhimento Institucional Para Crianças e Adolescentes) no momento da entrevista.

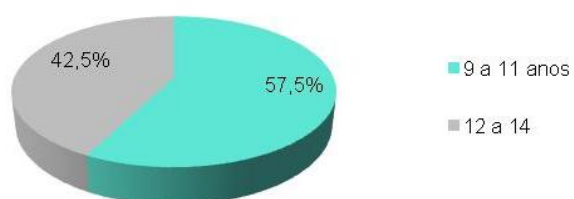
Sexo	
Total de entrevistados: 120	Frequência
Feminino	64
Masculino	56
Total	120



A idade dos entrevistados variava entre 9 e 14 anos. Apesar de o serviço atender crianças desde os cinco anos de idade, fizemos um recorte de crianças acima de 10 anos para a aplicação do questionário²⁰, no qual houveram algumas exceções para crianças de 9 anos. A média de idade dos entrevistados foi 11,33 anos.

Idade	
Total de entrevistados: 120	Frequência
9 a 11 anos	69
12 a 14	51
Total	120
Média	11,33

Idade

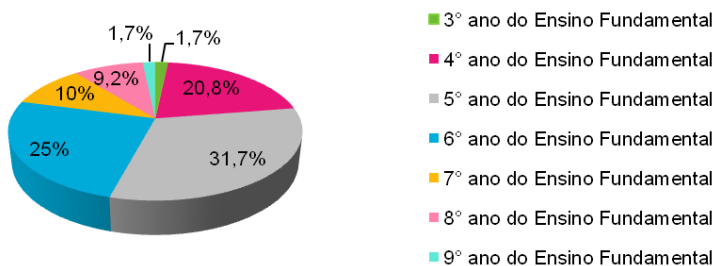


²⁰ O recorte foi feito pois consideramos que as crianças menores não conseguiriam compreender todas as questões do questionário.

Todos os usuários estavam matriculados no Ensino Fundamental quando foram entrevistados. Destes, a maior parte estava concentrada nos quartos e quintos anos. Segundo nossa relação, apenas 10,8% dos alunos estava atrasado na escola.

Escolaridade	
Total de entrevistados: 120	Frequência
3° ano do Ensino Fundamental	2
4° ano do Ensino Fundamental	25
5° ano do Ensino Fundamental	38
6° ano do Ensino Fundamental	30
7° ano do Ensino Fundamental	12
8° ano do Ensino Fundamental	11
9° ano do Ensino Fundamental	2
Total	120

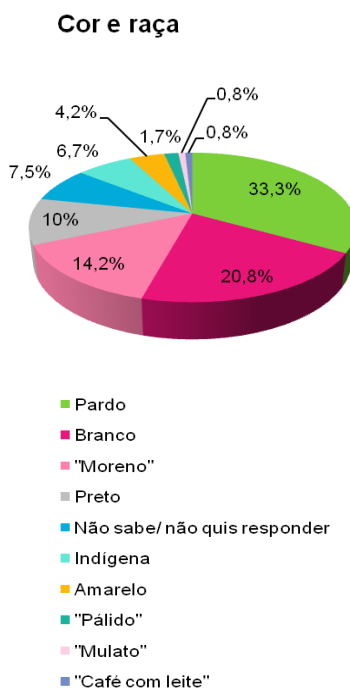
Escolaridade



No que permeia cor e raça²¹, 33,3% dos usuários se identificaram como pardos; 20,8% como brancos; 10% como pretos; 6,7% como indígenas e 4,2% como amarelos. Ainda houve um grande número de respostas além das categorias do IBGE: moreno (14,2%), pálido (1,7%), mulato (0,8%) e café com leite (0,8%). Ademais, 7,5% dos entrevistados não soube responder.

Para comparação, segundo os dados da PNAD, (realizada de julho a setembro de 2018, dentre as pessoas maiores de 14 anos²²), no Brasil, 46,1% se declararam pardas; 43,5% se declararam brancas e 9,3% se declararam pretas. Há no CCA uma porcentagem consideravelmente menor de brancos e pardos. A porcentagem de indígenas é consideravelmente alta, se comparados com o Censo de 2010, que estipulava 0,46% de indígenas no Brasil²³.

Cor e raça	
Total de entrevistados: 120	Frequência
Pardo	40
Branco	25
"Moreno"	17
Preto	12
Não sabe/ não quis responder	9
Indígena	8
Amarelo	5
"Pálido"	2
"Mulato"	1
"Café com leite"	1
Total	120



²¹ Foram utilizadas na pesquisa as categorias de cor e raça determinadas pelo IBGE, com abertura para que os entrevistados se classificassem da forma como quisessem, dentro ou fora de tais categorias.

²² Apesar de os entrevistados não se enquadrarem na classe de idade da PNAD, utilizaremos os dados para comparação, por serem dados recentes.

²³ Os dados da PNAD de 2018 que utilizamos para a comparação não mostravam as informações acerca de indígenas, por isso recorreremos aqui ao Censo de 2010.

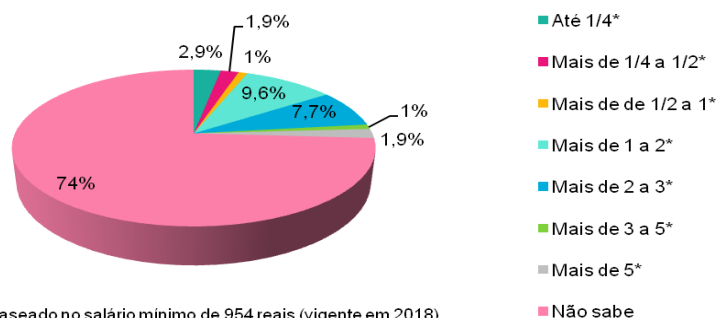
A grande maioria dos entrevistados (74%) não sabia a renda²⁴ mensal de sua família, o que é compreensível se tratando de crianças que não geram renda. A média de pessoas trabalhando por domicílio é 1,79.

Renda familiar total por mês	
Total de entrevistados: 120	Frequência
Até 1/4*	3
Mais de 1/4 a 1/2*	2
Mais de de 1/2 a 1*	1
Mais de 1 a 2*	10
Mais de 2 a 3*	8
Mais de 3 a 5*	1
Mais de 5*	2
Não sabe	77
Total	104**

* Baseado no salário mínimo de 954 reais (vigente em 2018).

**A tabulação desta questão não considera os 8 entrevistados que residiam no SAICA e as famílias nas quais não havia ninguém trabalhando.

Renda familiar mensal



* Baseado no salário mínimo de 954 reais (vigente em 2018).

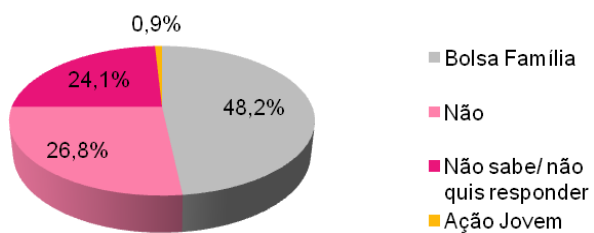
²⁴ Utilizamos o termo renda para se referir apenas ao salário proveniente de trabalho.

Cerca de metade (48,2%) dos entrevistados recebe o Bolsa Família, enquanto 26,8% dos usuários não recebia benefício social e 24,1% não soube informar acerca do recebimento de benefícios sociais.

Benefício social	
Total de entrevistados: 120	Frequência
Bolsa Família	54
Não	30
Não sabe/ não quis responder	27
Ação Jovem	1
Total	112*

*A tabulação desta questão não considera os 8 entrevistados que residiam no SAICA.

Benefício social

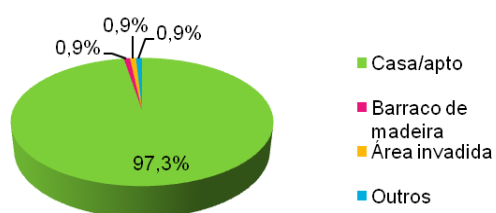


Com exceção de três usuários, todos os outros (97,3%) afirmaram morar em casa ou apartamento.

Tipo de moradia	
Total de entrevistados: 120	Frequência
Casa/apto	109
Barraco de madeira	1
Área invadida	1
Outros	1
Total	112*

*A tabulação desta questão não considera os 8 entrevistados que residiam no SAICA.

Tipo de moradia

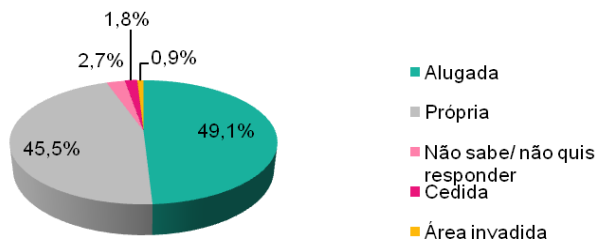


Em relação ao imóvel em que residem, 49,1% dos usuários relatou morar em residência alugada e 45,5% em casa própria. A média de cômodos por domicílio é de 4,21.

Condição de propriedade do imóvel	
Total de entrevistados: 120	Frequência
Alugada	55
Própria	51
Não sabe/ não quis responder	3
Cedida	2
Área invadida	1
Total	112*

*A tabulação desta questão não considera os 8 entrevistados que residiam no SAICA.

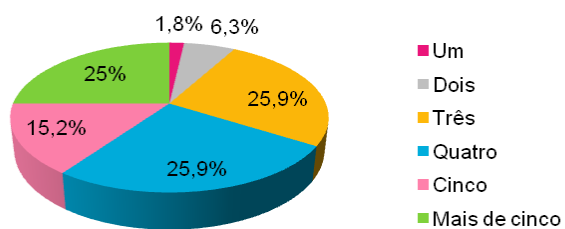
Condição de propriedade do imóvel



Quantidade de cômodos na casa	
Total de entrevistados: 120	Frequência
Um	2
Dois	7
Três	29
Quatro	29
Cinco	17
Mais de cinco	28
Total	112*
Média	4,21

*A tabulação desta questão não considera os 8 entrevistados que residiam no SAICA.

Quantidade de cômodos na casa

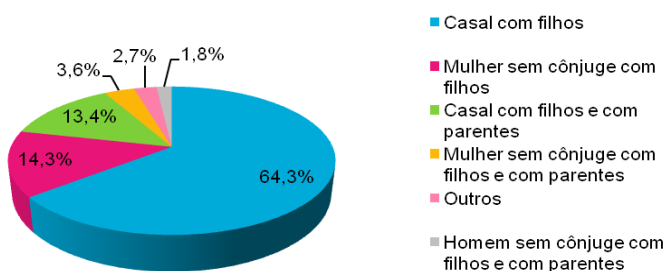


Mais da metade das famílias (64,3%) eram compostas por casais com filhos²⁵, seguidas por mulheres sem cônjuge com filhos (14,3%) e casal com filhos e com parentes (13,4%). A média de pessoas por domicílio é 4,96.

Composição familiar	
Total de entrevistados: 120	Frequência
Casal com filhos	72
Mulher sem cônjuge com filhos	16
Casal com filhos e com parentes	15
Mulher sem cônjuge com filhos e com parentes	4
Outros	3
Homem sem cônjuge com filhos e com parentes	2
Total	112*

*A tabulação desta questão não considera os 8 entrevistados que residiam no SAICA.

Composição familiar



²⁵ Foram utilizadas as categorias de composição familiar do Censo do IBGE de 2010.

Acerca do bairro onde moram, são mencionados consideravelmente mais elementos positivos (62%) que negativos (25,8%). A boa infraestrutura pública do bairro é o elemento mais mencionado (em 78,3% das respostas²⁶), referindo-se a escolas, postos de saúde, transporte. A facilidade de acesso ao comércio também é mencionada em 14,2% das respostas. Em oposição, apenas 5% das respostas mencionam uma infraestrutura existente ruim, e 4,2% das respostas salienta a falta de serviços públicos.

A sociabilidade entre vizinhos no bairro também é muito citada como algo positivo no bairro, aparecendo em 68,3% das respostas. Em 20,8% das respostas os usuários mencionam relações negativas no bairro, como brigas entre vizinhos, e em 16,7% afirmam não conviver com os amigos que tem no bairro.

O lazer é também bastante citado. Em 54,2% das respostas os usuários afirmam existirem locais públicos para lazer, como parques e quadras. Em 18,3% das respostas mencionam locais privados de lazer, como shoppings e restaurantes. Em 14,2% das respostas dizem não haver nenhuma opção de lazer, e ainda em 2,5% das respostas os entrevistados dizem não saber se existem opções de lazer no bairro por não saírem de casa. Além disso, em 34,2% das respostas as crianças afirmam brincarem na rua.

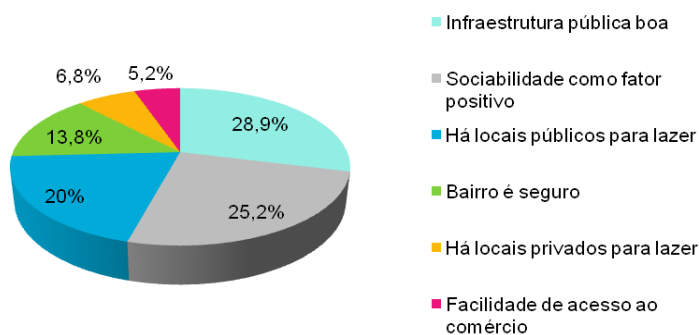
Quanto à segurança, em 37,5% das respostas os usuários afirmam que o bairro em que moram é seguro. Entre aqueles que afirmam que o bairro não é seguro, os motivos variam. Em 36,7% das respostas é mencionada a violência urbana (com assaltos e sequestros) como fator. Em 13,3% das respostas os entrevistados mencionam a violência policial, demonstrada na invasão de policiais em suas casas e ruas. É mencionada ainda, em 10,8% das respostas, a atuação do tráfico de forma violenta; e, em 4,2% das respostas, os tiroteios, geralmente procedentes entre policiais e traficantes. Ainda é citada, em 2,5% das respostas, a violência no trânsito, geradora de acidentes.

²⁶ Nas questões abertas, as porcentagens se referem ao número de vezes que uma resposta foi mencionada. É possível que um usuário mencione mais de um item da listagem, e por isso a somatória das porcentagens é maior que 100%.

Bairro		
Total de entrevistados: 120	Respostas	Porcentagem de casos
	N	
Infraestrutura pública boa (monotrilho; escola perto; ônibus, posto de saúde)	94	78,3%
Sociabilidade como fator positivo ("tem muitas crianças pra brincar"; "todo mundo se une")	82	68,3%
Há locais públicos para lazer (praça, quadra, parque, campo)	65	54,2%
Bairro é seguro	45	37,5%
Bairro não é seguro devido à violência urbana (assalto, sequestro, estupro)	44	36,7%
Brinca na rua	41	34,2%
Sociabilidade como fator negativo ("as pessoas não conversam muito uma com as outras, cada um fica mais na sua"; brigas)	25	20,8%
Há locais privados para lazer (shopping, restaurantes, festas)	22	18,3%
Não convive com amigos do bairro	20	16,7%
Facilidade de acesso ao comércio (farmácia, mercado, lojas)	17	14,2%
Não há opções de lazer	17	14,2%
Violência policial ("joga bomba, gás de pimenta, os policiais entram atirando"; "as vezes entra polícia lá dentro, aí as vezes entra em algumas casas, as vezes eles só vai pra colocar medo mesmo")	16	13,3%
Atuação do tráfico	13	10,8%
Infraestrutura pública existente é ruim (enchente; hospital demorado)	6	5,0%
Faltam serviços públicos (como hospitais, postos de saúde, etc.)	5	4,2%
Tiroteio ("pode correr risco de quando eu tiver brincando eu não saber que a polícia tá lá e começar o tiroteio")	5	4,2%
Violência no trânsito	4	3,3%
Não sabe se há opções de lazer pois não costuma sair de casa	3	2,5%
Total	524	436,7%

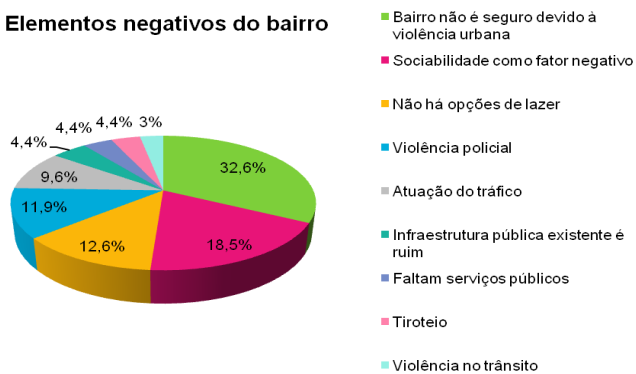
Fatores positivos do bairro	
Total de entrevistados: 120	Respostas
	N
Infraestrutura pública boa (monotrilho; escola perto; ônibus, posto de saúde)	94
Sociabilidade como fator positivo ("tem muitas crianças pra brincar"; "todo mundo se une")	82
Há locais públicos para lazer (praça, quadra, parque, campo)	65
Bairro é seguro	45
Há locais privados para lazer (shopping, restaurantes, festas)	22
Facilidade de acesso ao comércio (farmácia, mercado, lojas)	17
Total	325

Elementos positivos do bairro



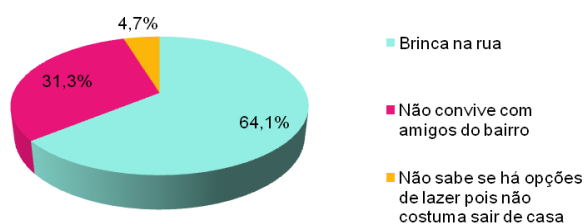
Elementos negativos do bairro	
Total de entrevistados: 120	Respostas
	N
Bairro não é seguro devido à violência urbana (assalto, sequestro, estupro)	44
Sociabilidade como fator negativo ("as pessoas não conversam muito uma com as outras, cada um fica mais na sua"; brigas)	25
Não há opções de lazer	17
Violência policial ("joga bomba, gás de pimenta, os policiais entram atirando"; "as vezes entra polícia lá dentro, aí as vezes entra em algumas casas, as vezes eles só vai pra colocar medo mesmo")	16
Atuação do tráfico	13
Infraestrutura pública existente é ruim (enchente; hospital demorado)	6
Faltam serviços públicos (como hospitais, postos de saúde, etc.)	5
Tiroteio ("pode correr risco de quando eu tiver brincando eu não saber que a polícia tá lá e começar o tiroteio")	5
Violência no trânsito	4
Total	135

Elementos negativos do bairro



Elementos neutros do bairro	
Total de entrevistados: 120	Respostas
	N
Brinca na rua	41
Não convive com amigos do bairro	20
Não sabe se há opções de lazer pois não costuma sair de casa	3
Total	64

Elementos neutros do bairro



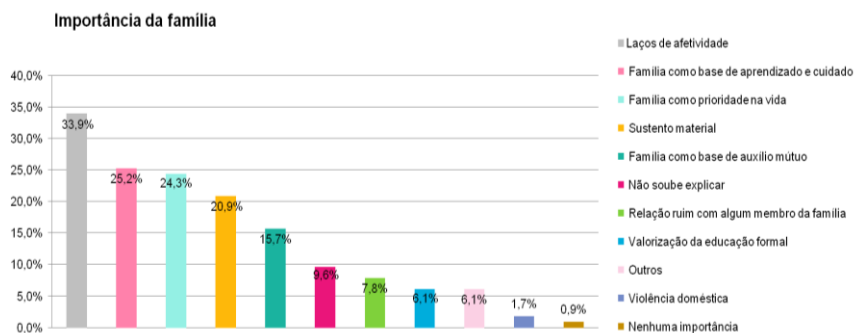
Bairro		
Total de entrevistados: 120.	Respostas	Porcentagem de casos
	N	
Positivo	325	62,0%
Negativo	135	25,8%
Neutro	64	12,2%
Total	524	100%

A família aparece, majoritariamente, de forma positiva na vida dos usuários. Em 33,9% das respostas é mencionada afetividade familiar, retratada por meio do carinho; em 25,2% das respostas a família é colocada como fonte de aprendizados e cuidado; em 24,3% das respostas a família é uma prioridade na vida, sem a qual não seria possível viver; em 15,7% das respostas colocam a família como um espaço de auxílio mútuo; e em 6,1% mencionam a forma como a família valoriza a educação formal.

Em 20,9% das respostas as crianças afirmam que a família é importante devido por lhes sustentar materialmente e financeiramente. Além disso, em 9,6% das respostas os entrevistados não souberam mencionar a importância da família.

As menções negativas, apesar de poucas, são relevantes. Em 7,8% das respostas foi mencionada a relação ruim com algum membro da família. Houveram duas menções (1,7% das respostas) à violência doméstica, em crianças que relatavam sofrer violência física por parte dos pais; e um usuário (0,9% das respostas) disse que família não tinha importância para ele.

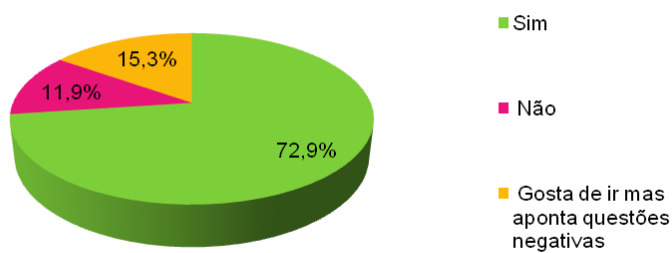
Importância da família	
Total de entrevistados: 120	Respostas
	N
Laços de afetividade ("dão abraço em mim", "eles tem carinho por mim")	39
Família como base de aprendizado e cuidado	29
Família como prioridade na vida ("minha família é importante pra mim por que sem ela eu não viveria.", "sem a minha família eu não seria nada.")	28
Sustento material ("não deixa faltar nada em casa")	24
Família como base de auxílio mútuo ("ajuda quando eu tenho problemas"; "me ajuda nos momentos difíceis e me ajudam a crescer")	18
Não soube explicar	11
Relação ruim com algum membro da família	9
Valorização da educação formal ("a minha família quer que eu vá longe com os meus estudos", "me ajuda a estudar")	7
Outros	7
Violência doméstica	2
Nenhuma importância	1
Total	175



No que permeia a escola, a maioria dos usuários (72,9%) afirmou gostar de frequentá-la, em oposição à apenas 11,9% que afirmaram não gostar. Houve ainda 15,3% de entrevistados que afirmaram gostar da escola, mas também apontaram questões negativas.

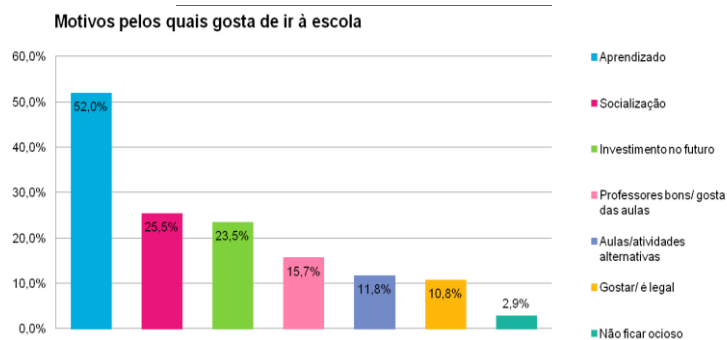
Escola	
Total de entrevistados: 120	Frequência
Gosta	88
Não gosta	14
Gosta de ir à escola mas aponta questões negativas	18
Total	120

Gosta de ir à escola



Dentre os motivos pelos quais gostam de frequentar a escola, foram apontados: o aprendizado que a escola oferece (52% das respostas); a socialização com os amigos (25,5% das respostas); a escola como um investimento para o futuro, visando uma vida melhor ou a conquista de um emprego (23,5% das respostas); os professores e aulas boas (15,7% das respostas); as aulas alternativas, como artes e educação física (11,8% das respostas); achar a escola legal (10,8% das escolas); e a possibilidade de passar tempo e não ficar sem fazer nada em casa (2,9% das respostas).

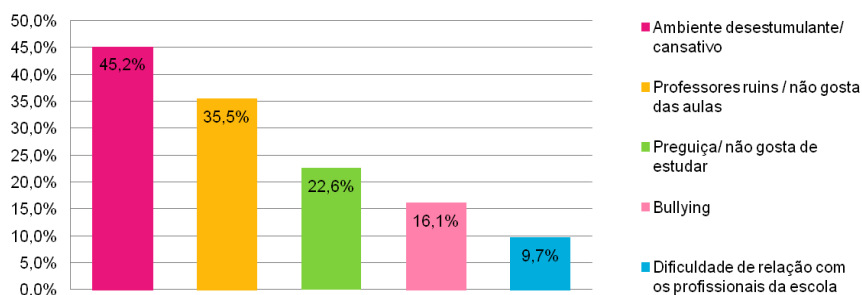
Motivos pelos quais gosta de ir à escola	
Total de entrevistados: 120	Respostas
	N
Aprendizado (a gente aprende, a gente fica mais inteligente)	53
Socialização ("conhecer gente nova", "ficar com os amigos")	26
Investimento no futuro ("ser alguém na vida", "sem estudo fica mais difícil pra arrumar trabalho")	24
Professores bons/ gosta das aulas ("lá tem professoras legais, as aulas são divertidas"; "a professora é muito calma")	16
Aulas/atividades alternativas (artes, ed. física, informática)	12
Gostar/ é legal ("gosto muito de estudar", "é um lugar que me sinto bem")	11
Não ficar ocioso (passar tempo)	3
Total	156



Os apontamentos negativos acerca da escola são: um ambiente desestimulante e cansativo, enfadonho (45,2% das respostas); professores ruins ou agressivos e aulas ruins (35,5% das respostas); preguiça e não gostar de estudar (22,6% das respostas); sofrer *bullying* (16,1% das respostas); e a dificuldade de relação com os profissionais da escola (9,7% das respostas).

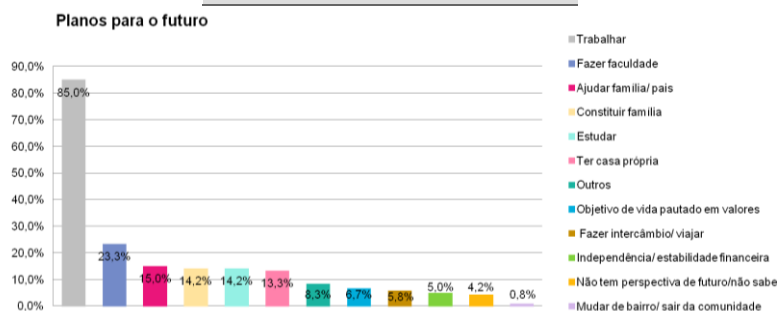
Motivos pelos quais não gosta de ir à escola	
Total de entrevistados: 120	Respostas
	N
Ambiente desestimulante/ cansativo	14
Professores ruins / não gosta das aulas ("professora agressiva", professores que xingam os alunos)	11
Preguiça/ não gosta de estudar	7
Bullying	5
Dificuldade de relação com os profissionais da escola	3
Total	43

Motivos pelos quais não gosta de ir à escola



Quando questionados acerca dos planos para o futuro; a maioria das respostas (85%) mencionou o desejo de trabalhar. Foram também citados o desejo de fazer uma faculdade (23,3% das respostas); ajudar os pais e a família financeiramente (15% das respostas); constituir uma família (14,2% das respostas); estudar (14,2% das respostas); ter uma casa própria (13,3% das respostas), entre outros. Em cinco respostas (4,2%) os entrevistados afirmaram não ter perspectiva de futuro.

Planos para o futuro	
Total de entrevistados: 120	Respostas
	N
Trabalhar	102
Fazer faculdade	28
Ajudar família/ pais ("dar uma vida melhor para a minha família")	18
Constituir família (casar, ter filhos)	17
Estudar	17
Ter casa própria	16
Outros ("ter uma moto", "ter um monte de animais")	10
Objetivo de vida pautado em valores (ajudar os outros, "ser uma boa pessoa")	8
Fazer intercâmbio/ viajar	7
Independência/ estabilidade financeira ("não depender de ninguém")	6
Não tem perspectiva de futuro/não sabe	5
Mudar de bairro/ sair da comunidade	1
Total	235



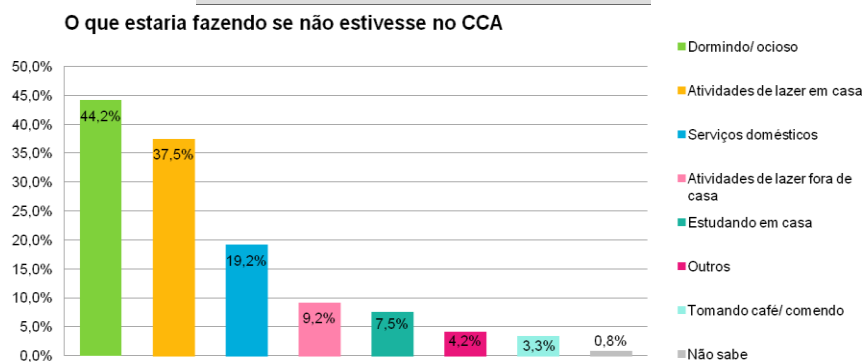
Acerca do que fazem quando não estão no CCA ou na escola, foram mais mencionadas atividades de lazer em casa (56,7% das respostas); passar tempo com a família (30% das respostas), realizar serviços domésticos (26,7% das respostas); atividades de lazer fora de casa (26,7% das respostas); dormir ou ficar ocioso (12,5% das respostas); passar tempo com os amigos (12,5% das respostas). Apenas em 5,8% das respostas os usuários mencionaram estudar; e ainda em 3,3% das respostas os entrevistados disseram ajudar os pais no trabalho.

O que você faz quando não está na escola ou no CCA?	
Total de entrevistados: 120	Respostas
	N
Atividade de lazer em casa (jogar vídeo-game, assistir televisão)	68
Ir na casa de parentes/passar tempo com a família	36
Serviços de casa (lavar louça, arrumar a casa)	32
Atividade de lazer fora de casa (andar de bicicleta, brincar na rua, soltar pipa)	32
Dormir/ocioso ("fico em casa fazendo nada")	15
Passar tempo com amigos	15
Estudar	7
Outros (comer, ir à igreja)	6
Ajudar pais no trabalho	4
Total	215



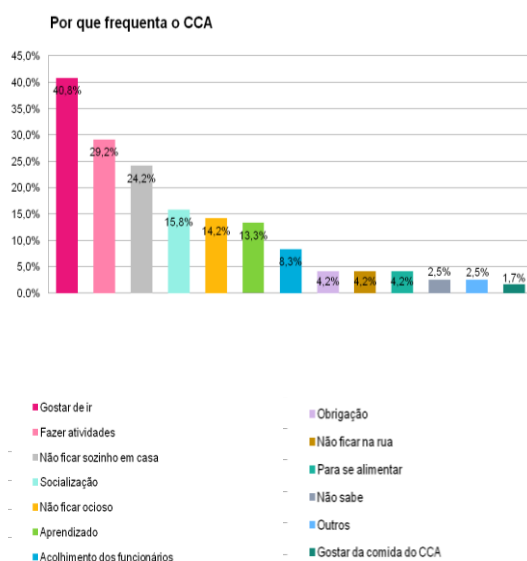
Na mesma linha, se não estivessem no CCA naquele momento, em 44,2% das respostas os usuários afirmaram que estariam dormindo ou ociosos; em 37,5% das respostas afirmaram realizar atividades de lazer em casa; em 19,2% disseram realizar serviços domésticos; e em 7,5% declararam que estariam estudando em casa, dentre outros.

O que estaria fazendo se não estivesse no CCA	
Total de entrevistados: 120	Respostas
	N
Dormindo/ ocioso	53
Atividades de lazer em casa (assistindo TV, brincando com irmãos)	45
Serviços domésticos ("arrumando a casa"; limpando; cozinhando)	23
Atividades de lazer fora de casa ("jogando bola, correndo, soltando pipa, andando de bicicleta")	11
Estudando em casa (fazendo lição de casa)	9
Outros (curso de idioma)	5
Tomando café/ comendo	4
Não sabe	1
Total	151



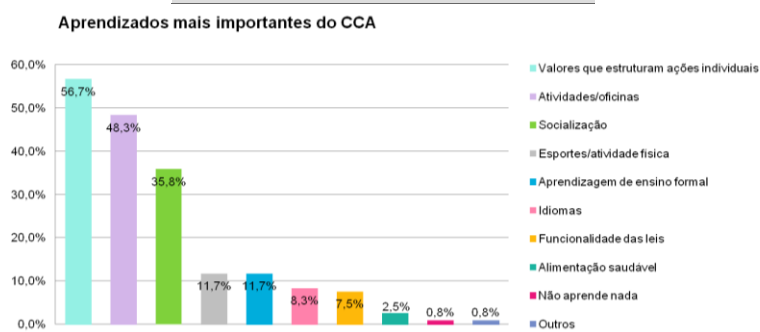
Os motivos pelos quais frequentam o CCA mais mencionados são: gostar de ir e achar legal (40,8% das respostas); fazer as atividades que o serviço oferece (29,2% das respostas); não ficar sozinho em casa (24,2% das respostas); socializar com os colegas do CCA (15,8% das respostas); não ficar sem fazer nada em casa (14,2% das respostas); pelo aprendizado que o serviço oferece (13,3% das respostas); e pelo acolhimento dos funcionários (8,3% das respostas). Em 4,2% das respostas os entrevistados afirmam serem obrigados pela família a frequentarem; em 4,2% das respostas relataram irem para poder se alimentar e também em 4,2% das respostas afirmaram irem para não ficar na rua.

Por que frequenta o CCA	
Total de entrevistados: 120	Respostas
	N
Gostar de ir ("acho legal aqui")	49
Fazer atividades (dança, orquestra, passeio, capoeira, etc.)	35
Não ficar sozinho em casa ("a minha mãe e meu pai trabalham")	29
Socialização ("eu aprendo a me comunicar com os outros, fazer amizade", "ver meus amigos")	19
Não ficar ocioso ("é um tédio lá em casa")	17
Aprendizado ("eu venho aqui pra aprender mais coisas novas")	16
Acolhimento dos funcionários ("eles me tratam bem", "as tias daqui é como se fossem da minha família mesmo")	10
Obrigação ("porque minha mãe manda")	5
Não ficar na rua ("pra se afastar da droga")	5
Para se alimentar ("minha mãe não tinha condição de comprar café da manhã")	5
Não sabe	3
Outros ("pra ficar aqui")	3
Gostar da comida do CCA	2
Total	198



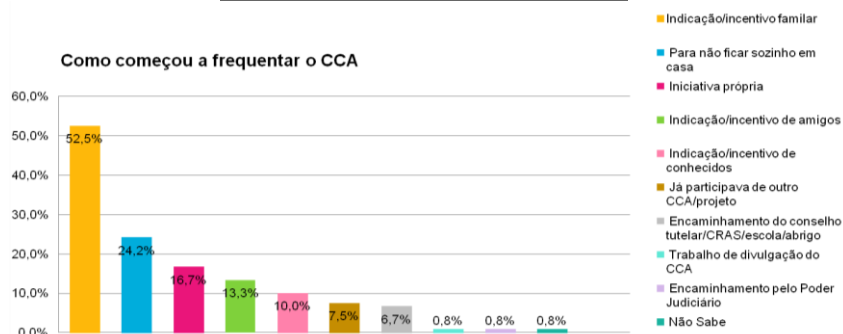
Quando questionados acerca das coisas mais importantes que aprendem no CCA, valores como o respeito, a educação e o combate à discriminação foram os mais mencionados (56,7% das respostas); as atividades e oficinas apareceram em segundo lugar (48,3% das respostas); seguidos pela socialização (35,8% das respostas). É interessante mencionar que apenas uma resposta (0,8%) afirmou não aprender nada no serviço.

Aprendizados mais importantes do CCA	
Total de entrevistados: 120	Respostas
	N
Valores que estruturam ações individuais (respeito, educação, bullying, preconceito, racismo)	68
Atividades/oficinas (teatro, dança, capoeira, artesanato)	58
Socialização ("fazer amizade com todos")	43
Esportes/atividade física	14
Aprendizagem de ensino formal (leitura/escrita/estudo)	14
Idiomas (inglês, francês)	10
Funcionalidade das leis (leis de trânsito, eleições, ECA)	9
Alimentação saudável	3
Não aprende nada	1
Outros (palestras)	1
Total	221



Acerca de como começaram a frequentar o serviço, os usuários relataram a indicação de familiares (52,5% das respostas); a necessidade de não ficarem sozinhos em casa (24,2% das respostas); a iniciativa própria, ao ficarem sabendo dos serviços e pedirem para os pais o colocarem (16,7% das respostas); e a indicação por parte de amigos (13,3% das respostas), dentre outros.

Como começou a frequentar o serviço?	
Total de entrevistados: 120	Respostas
	N
Indicação/incentivo familiar	63
Para não ficar sozinho em casa	29
Iniciativa própria ("fiquei implicando pra minha mãe me colocar")	20
Indicação/ incentivo de amigos	16
Indicação/ incentivo de conhecidos	12
Já participava de outro CCA/ projeto	9
Encaminhamento conselho tutelar/ CRAS/ escola/ abrigo	8
Trabalho de divulgação do CCA ("pelos bilhetes que tavam entregando")	1
Encaminhamento pelo Poder Judiciário (encaminhado pela psicóloga do Judiciário no processo para determinar a guarda)	1
Não sabe	1
Total	160

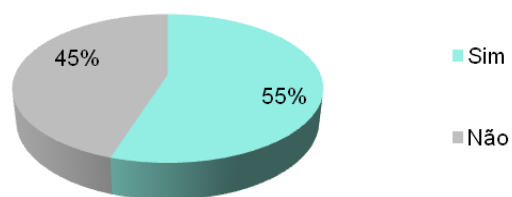


Para finalizar, 55% dos entrevistados sabia que o CCA tinha convênio com a Prefeitura de São Paulo, enquanto 45% não sabia.

Você sabia que o serviço do qual participa tem convênio com a Prefeitura de São Paulo?

Total de entrevistados: 120	Frequência
Sim	66
Não	54
Total	120

Convênio



1.2 Análise dos dados obtidos

Feita a exposição dos dados, buscaremos agora compreender seu significado a partir de sua relação com o conceito de vulnerabilidade social.

A escola é uma das principais esferas da vida das crianças entrevistadas. É interessante perceber, através das respostas, o peso atribuído à educação formal como um meio de conquistar estabilidade financeira no futuro, como uma preocupação material com a própria existência.

O acesso à educação formal de qualidade é um marcador de vulnerabilidades sociais justamente pela associação que a escolaridade possui com a condição econômica - o acesso à níveis educacionais maiores corresponde à um aumento salarial e de oportunidades de emprego. Segundo o *Education at a glance 2018: OECD indicators*, uma pessoa com diploma de graduação, no Brasil, ganha 2,5 vezes mais do que alguém com diploma do ensino médio. A Síntese de Indicadores Sociais de 2018, realizada pelo IBGE, situa a questão:

[...] A diferença acentuada de prêmio salarial no mercado de trabalho entre níveis de instrução é uma característica comum de sociedades extremamente desiguais e a principal maneira pela qual as pessoas dos estratos mais elevados mantêm seus filhos em posições no topo da hierarquia ocupacional.

[...] Historicamente, o acesso ao ensino superior esteve limitado pela enorme seletividade de seus estudantes, fruto, entre outros motivos, tanto dos custos financeiros demandados pela rede privada quanto da elevada concorrência dos exames de ingresso à rede pública. Apesar do avanço observado no aumento da população com ensino superior completo, esse nível permanece restrito a 15,3% da população brasileira de 25 anos de idade ou mais (IBGE, 2018, p.93).

A publicação ainda informa que, dentre os alunos que cursaram a rede pública de ensino, apenas 36% entraram para a faculdade; enquanto na rede privada esse número aumenta para 79,2%. Isso é preocupante, uma vez que os estudantes que se formam na rede privada de ensino básico representam uma minoria em relação aos estudantes em geral: segundo a PNAD continuada de Educação, em 2018, 82,3% dos estudantes do ensino fundamental frequentava a rede pública.

A educação aparece, nitidamente, como um sistema de perpetuação de desigualdades de classe, que acarretam em riscos sociais e condições vulneráveis. A consciência desse fator aparece no discurso das crianças, e também é demonstrada na valorização da educação formal por parte das famílias. Como foi dito na análise do CJ, Vóvio e Ribeiro (2017, p.83) demonstram que famílias em condições de risco e pobreza maiores tendem a valorizar mais a educação formal dos filhos, associando a escolarização com a possibilidade de ascensão social.

É importante também salientar os elementos negativos em relação ao ambiente escolar que foram mencionados pelos entrevistados. A maioria dos apontamentos se referia à estrutura escolar, especialmente às aulas desestimulantes e enfadonhas e a profissionais desestruturados e agressivos. Ribeiro e Vóvio (2017, p. 82) mostram pesquisas que compreendem a que as normas de alocação de professores das redes municipais e estaduais contribuem para a produção de desigualdade escolar, por fazerem com que professores que obtiveram baixas notas nos concursos públicos ou que acabaram de ingressar na carreira se dirijam a escolas da periferia. As regiões periféricas tem as maiores quantidades de professores substitutos e temporários, além de maior rotatividade entre professores. Tal instabilidade na infraestrutura escola é demonstrada na fala dos entrevistados: *“Eu acho que os professores faltam muito, e tem que ter aula livre. Eu acho que os professores tem que vir mais”*.

A agressividade por parte dos profissionais da escola é também um agravante dessas desigualdades escolares já existentes. Silva et al. (2017, p. 46) tratam acerca da forma como os professores participam de processos sociais violentos que se produzem no âmbito escolar. São salientados três aspectos da relação pedagógica: a intensidade emocional do contato professor-aluno, que determina o desenvolvimento da personalidade e a aquisição de individualidade dos alunos; o risco de condutas autoritárias ou excessivamente permissivas por parte dos professores, que pode comprometer a finalidade da escola através de relações de hostilidade; e o risco da transformação de professores em vendedores de conhecimento, o que limita seu contato humano espontâneo com os alunos. Fica evidente a relação próxima e pessoal que existe entre alunos e professores, e a forma como uma conduta agressiva por parte dos docentes fragiliza a formação das crianças. São relatadas diversas vezes casos de agressividade por parte do corpo

docente: “[os professores] são muito mandões, são muito bravos, não tem paciência”; “ele [o professor] começou a xingar, chamar a inspetora, falar um monte, ele já falou até palavrão no meio da sala de aula”.

A prática de *bullying* também foi mencionada no âmbito da violência escolar. Oliveira et al. (2015, p.276) caracterizam o termo *bullying* como o comportamento agressivo e violento, entre pares, no contexto escolar. Os elementos determinantes da prática são intencionalidade, repetitividade e desequilíbrio de poder. As agressões podem manifestar-se de forma física, verbal ou por mídias virtuais (*cyberbullying*). O fenômeno acarreta em sofrimentos psíquicos, e comprometimento no processo de aprendizagem e ensino, além de influenciar nas relações sociais futuras em outros ciclos da vida.

O *bullying*, de acordo com Silva et al. (2017, p. 45) não é fruto apenas de problemas no âmbito pedagógico, mas advém do conjunto de organizações que regulam a vida social, como relações familiares e grupais. As relações de violência escolares, dessa forma, tem princípio em ideais valorizados pela sociedade em geral, que estimulam a violência: virilidade, competitividade, coesão grupal, força (SILVA ET AL. 2017, p. 50). No âmbito escolar, isso transparece em relações nas quais há o uso da força para realizar coação, humilhação e dominação (IBIDEM, p.49). Oliveira et al. (2015) mostram como a violência escolar reproduz estigmas amplos, da sociedade, ao excluir o que é considerado “diferente” e reiterar preconceitos já existentes. A pesquisa, realizada com alunos do 9º ano de escolas públicas e privadas de São Paulo, mostra que os principais alunos que relataram sofrer *bullying* foram majoritariamente os que se autodeclaravam pretos e indígenas, e aqueles de mães sem nenhuma escolaridade (OLIVEIRA ET AL., 2015, p.278). Entre as causas do *bullying*, as mais mencionadas foram questões relacionadas à imagem e aparência corporal e do rosto. Podemos concluir que o *bullying* é uma prática que reforça desigualdades provenientes de vulnerabilidades sociais.

O posicionamento de profissionais da escola é essencial no combate da violência escolar. Como já foi mencionado, os entrevistados dos CCAs demonstraram a forma como os profissionais da escola podem colaborar com a violência escolar. Silva et al. (2017,p. 49) relatam a forma como os professores podem reforçar o *bullying*, através de atitudes como usar apelidos para os alunos e,

assim, negar a identidade destes, como foi demonstrado na fala de um dos entrevistados: “a professora de matemática, ela esculacha um aluno e tá nem ai pra opinião dele”. O papel do professor, aqui, é colocado como fundamental para resistir as relações escolares hostis, compreendendo que aceitar a violência como se fosse brincadeira ou banalidade é uma forma de reafirmá-la. Cunha (2014, p.1081) explicita que a desarticulação entre membros da instituição de ensino aumenta a violência escolar, e que a falta de confiança entre alunos e profissionais da escola gera um ambiente indiferente e permissivo ante episódios de violência.

Percebe-se que o papel dos profissionais escolares na compreensão da violência escolar e na articulação entre escola, famílias e sociedade é essencial no combate à prática e na gestão de um ambiente escolar saudável e que cumpra sua função pedagógica.

Avançado a análise, as percepções acerca de cor e raça por parte das crianças são interessantes. Ao fazer a entrevista, foi perceptível que muitos entrevistados nunca haviam pensado a respeito de sua própria cor. Foi recorrente a dúvida em relação à pergunta: “Como assim?”; “Eu não entendi”; seguida por um momento de subjetivação, no qual paravam para olhar para si próprios e tirar uma conclusão. A dúvida também aparecia em transições entre categorias “Eu acho que é outros. Não, eu acho, acho que eu sou branca mesmo”; “Eu acho que é outro. É um outro tipo de cor, porque a minha cor é um branco e preto mas é junto, parece que é um pardo vai”; “Eu sou meia mulata. Ou eu to branca ou eu to morena.” Isso se evidencia na multiplicidade de categorias que apareceram.

Lélia Gonzales (1988, p.72) divide o racismo entre duas formas: o *racismo aberto* e o *racismo disfarçado* (ou *racismo por degeneração*). O *racismo aberto* é característico de sociedades anglo-saxônicas, germânicas ou holandesas. Nestas, é categorizado como negro qualquer pessoa que tenha antepassados negros, e a ideologia racista acarreta em pouca miscigenação e na segregação dos grupos não brancos. Em oposição, nas sociedades latinas prevalece o *racismo disfarçado*, que negligencia as relações racistas através de teorias de miscigenação e “democracia racial”. Aqui, se mantém negros e indígenas como segmentos subordinados, e perpetua-se a crença em valores Ocidentais brancos como únicos e universais. Isso acarreta em uma “ideologia do branqueamento”, que produz o desejo de

embranquecer, internalizado através da negação da própria raça e cultura (GONZALES, 1988, p.73). Isso, talvez, se demonstre também em algumas entrevistas: *“Eu sou branco. É que eu to meio torrado por causa do sol”*.

Nas sociedades em que o racismo é aberto, os grupos discriminados tem sua identidade racial reforçada, e possuem, com isso, maior articulação e consciência do racismo que sofrem. Uma criança negra, nessas sociedades, cresce sabendo que é negra e sem se envergonhar disso (IBIDEM, p.74). O oposto ocorre nas sociedades latinas, nas quais o negro é negligenciado de forma intrínseca e não explícita, o que leva à pouca consciência acerca de questões raciais e internalização da estética branca. A dúvida em relação à própria cor pode ser uma exposição desta falta de consciência acerca do ponto, e também marcar a ação do racismo por degeneração.

Uma correlação similar é feita por Fry quanto à diversidade de categorias de autoidentificação comuns no Brasil, como as que apareceram nos CCAs: “moreno”, “pálido”, “mulato” e “café com leite”. Para Fry (1996, p.133), a sociedade estadunidense e o movimento negro se utilizam de um modo bipolar para classificar a raça: existem brancos e negros, e todos aqueles com alguma descendência africana são lidos como negros. Já no Brasil, popularmente, impera o modo múltiplo, que permite que cada indivíduo seja identificado de formas distintas e variadas, e permitindo a “desracialização” da identidade individual, que não é medida pela descendência, mas sim pela aparência física, como pode ser percebido em *“Eu sou moreno, né? Que é o que eu vejo no meu ponto de vista”*; *“Ah, sei lá, não sei. Tipo, café com leite”*. Dessa forma, os mesmos termos podem ser utilizados para pessoas de descendências distintas, e termos diferentes são aplicados as mesmas pessoas (FRY, 1996, p. 132).

Quanto à renda, não podemos tirar conclusões determinantes, uma vez que a grande maioria das crianças não sabia informar sua renda mensal domiciliar. Quanto aos benefícios sociais, cerca de metade dos entrevistados afirmou receber o Bolsa Família. Os serviços da SAS dão preferência ao atendimento de usuários que recebam benefícios, uma vez que os benefícios existem em vista de diminuir vulnerabilidades econômicas, e, com isso, marcam pessoas em condição de vulnerabilidade. O Programa Bolsa Família é o benefício social de maior alcance no país, e tem como objetivo, a curto prazo, atenuar os efeitos negativos da pobreza

sobre o bem-estar. A longo prazo, o programa busca atenuar a pobreza gerada pela transmissão intergeracional de renda e capital humano, através de exigências sobre os beneficiários que envolvem cuidados de saúde e educação das crianças (RIBEIRO; SHIKIDA; HILLBRECHT, 2017, p. 806). A valorização da educação formal aparece aqui novamente, sendo exigido que, para receber os benefícios, as crianças da família estejam matriculadas na escola. O mesmo incentivo ocorre nos CCAs.

Como já foi colocado anteriormente, as questões acerca de moradia possuem ressalvas. Conhecendo brevemente as regiões atendidas pelos serviços, é possível estipular que, para nosso entendimento (baseado nas categorias do IBGE, utilizadas no PNAD e no Censo), muitas das moradias (que seriam referidas pelos entrevistados como casas) seriam para nós classificadas de outras formas, como cortiços ou barracos. O mesmo ocorre em relação à propriedade do imóvel - o fato de não ter de pagar aluguel pode ser referência para se classificar a casa como própria, sem que isso se refira de fato às instâncias legais de propriedade do imóvel. Dessa maneira, é possível que exista uma diferença subjetiva de compreensão das categorias aqui colocadas, por parte de entrevistadores e entrevistados. Utilizamos os dados obtidos, mas com a observação de que pode ser que exista tal diferença de compreensão e que as respostas, dessa forma, sejam inválidas.

As questões acerca do bairro são cruciais para situar a problemática da vulnerabilidade, uma vez que a perspectiva territorial é a base para a ação do SUAS. A falta de acesso ao bem estar social e a bens e serviços públicos determina situações de risco e condições vulneráveis. Nos CCAs, a maioria das respostas apontou para uma infraestrutura pública boa, mencionando escolas perto, acesso ao transporte, entre outros. Também afirmaram a presença de locais públicos e para lazer e facilidade de acesso ao comércio. Poucas menções foram feitas negativamente em relação à infraestrutura pública.

As relações sociais são constituintes do território, e é preciso ponderar acerca delas para poder compreender a população que ali vive. Aqui, a sociabilidade apareceu majoritariamente como um fator positivo, enfatizando-se principalmente a menção comumente feita à prática de brincar na rua com os amigos. Também foi mencionada, em oposição, não conviver com os amigos do bairro, a falta de

relações sociais e as relações negativas, pautadas, por exemplo, em brigas. Cardia, Adorno e Poletto (2003, p. 56) afirmam que a presença de muitas crianças e jovens em regiões de concentração de pobreza simbolizam a maior presença de grupos vulneráveis. Para os autores, a interação social é tida como a maior fonte de proteção contra a violência de crianças e adolescentes.

A exposição à violência é também fator crucial de riscos sociais. Nas declarações, são expostas formas diversas de violência, que devem ser tratadas individualmente.

A violência urbana, já denunciada nos serviços anteriores, foi a forma de violência mais mencionada aqui, e expressa riscos sociais ao limitar a vivência dos moradores em seu bairro, que se sentem com medo e não podem transitar livremente.

Além disso, a atuação do tráfico nas regiões em que moram foi bastante salientada pelos entrevistados, que trouxeram à tona a presença de traficantes e policiais e as relações violentas que derivam das ações de ambos.

Inicialmente, foi bastante mencionada a violência arbitrária realizada por policiais dentro das ruas em que moram os entrevistados. Os relatos narram cenas nas quais as crianças, brincando na rua, são surpreendidas por tiros repentinos advindos dos policiais - *"Eles [os policiais] já chegam atirando"*; *"Joga bomba de pimenta, gás de pimenta, os policial entra atirando, não dá. Não pode ficar muito na rua"*; cenas de coerção exercida pela polícia contra as crianças - *"Entrou polícia nós tava brincando na rua, ai entrou polícia, bem perto de nós, ai mandou todo mundo calar a boca, esses negócio"* -; de invasão de casas - *"Enquanto eu e meu irmão tava estudando na escola, minha mãe chegou do trabalho dela, ela foi tomar banho e a polícia arrombou a porta"*; *"As vezes entra polícia lá dentro, ai as vezes entra em algumas casas, as vezes eles só vai pra colocar medo mesmo."*

As cenas violentas são narradas como parte do cotidiano - *"As vezes tem troca de tiro, ai eu tenho que ficar em casa, eu quero brincar"*.

A violência policial é um problema estrutural sociedade brasileira. Para Santos (1997, p.162), a polícia brasileira produziu, historicamente, um dispositivo de excesso de poder, no qual, além do exercício da força física legítima baseada em

um consenso social, se pratica a violência física ilegítima. Após o processo de democratização, a violência cresceu e permaneceu sendo exercida por policiais, que procedem cometendo torturas físicas e crimes letais que ferem a definição legal de direitos humanos. Tais crimes, ainda, ocorrem especialmente em casos nos quais a vítima é marginalizada - considerada delinquente ou pertencente a classes inferiores- e não possui status social e econômico elevado. Dessa forma, ainda, a violência policial se vê pautada em estigmas, muitas vezes racistas, sexistas, etc. (SANTOS, 1997, p.163)

A criminalidade é presente em regiões vulneráveis especialmente pela presença do tráfico de drogas. Sob a justificativa de ação contra o tráfico, a polícia atua de formas ilegais e interfere violentamente na vida de pessoas inocentes, como foi exposto pelos relatos acima.

A violência e arbitrariedade policial aparecem em ações de discriminação e agressão física, especialmente contra jovens e negros; forjamento de provas para incriminação de moradores (inclusive visando cumprir cotas de produtividade estipuladas pela corporação); atuação violenta no combate aos bailes funk; violência sexual contra jovens do sexo feminino; disparos indiscriminados com armas de fogo. Ademais, muitos dos assassinatos nos distritos estudados são atribuídos à polícia, tanto em ações pretensamente legais no combate à criminalidade, quanto ilegais. O sentimento de medo da população estaria atrelado também à presença da Rota, que, embora menos atuante por um período, retorna intensamente a partir de 2006, inclusive no confronto com os grupos criminosos “organizados” (RUOTTI et al., 2017, p. 1008).

O medo da presença destes policiais é demonstrado na fala das crianças, que muitas vezes se sentem intimidadas de abordar a questão: *“Tem muitas coisas que não é legal, tem muitas outras coisas que eu não vou falar”*.

O conflito da polícia com as facções criminosas também é bastante mencionado, especialmente quando os entrevistados trazem situações de tiroteio – *“Pode correr risco de quando eu tiver brincando eu não saber que a polícia tá lá e começar o tiroteio”*.

A presença do tráfico é colocada de forma que torna possível perceber aquilo que Santos, Jorge e Souza (2017, p. 112) colocam como *administração da justiça* ou

gestão da violência: a forma como, em territórios vulneráveis de São Paulo, as facções criminosas acabam por tomar o papel de regulação normativa, na qual se forma um sistema de regras e monitoramento que age sobre a conduta de criminosos e da população. Isso se torna necessário uma vez que, em tais regiões, existe pouca atuação do Estado para a proteção de direitos básicos, e, muitas vezes, a presença do estado de forma violenta (como foi exposto acima).

Entre os principais fatores explicativos da legitimidade que a facção passa a assumir nas periferias, Feltran (2010a) destaca a morosidade e as injustiças da burocracia estatal. A esse respeito, o argumento de Neves (2012) é que atores políticos e econômicos promovem uma instrumentalização do aparelho burocrático-legal do estado que compromete a universalização dos direitos de cidadania. O resultado desse processo é o surgimento de duas categorias de cidadãos: abaixo do direito estariam os subintegrados, e acima dele os sobreintegrados.

Na condição de subintegração os sujeitos têm acesso precário ao aparelho burocrático-legal, o que compromete a garantia e o exercício dos seus direitos de cidadania. Entretanto, esses indivíduos não se encontram totalmente excluídos, pois o estado continua a exigir deles o cumprimento de deveres e responsabilidades. Em outras palavras, a condição de subintegração aproxima-se do que Wacquant (2001) define como criminalização da pobreza. Inversamente, os cidadãos sobreintegrados são indivíduos privilegiados “titulares de direitos, competências, poderes e prerrogativas” (NEVES, 2012, p. 250) que desenvolvem ações bloqueantes da reprodução do direito. Nessa condição, o aparelho burocrático-legal é empregado para a consolidação de interesses privados, representados por sujeitos de direito desobrigados e cumprir certos deveres e responsabilidades.

Essa estrutura de cidadania hierarquizada teria favorecido a consolidação do PCC enquanto poder político-jurídico nas periferias da capital paulista. Isso porque a facção criminosa estabeleceu um sistema de regulação normativa que exerce sua autoridade não apenas sobre a conduta de criminosos, mas também sobre os cidadãos subintegrados que residem nas periferias de São Paulo, e que recorrem ao PCC em busca de algum tipo de justiça. E o dispositivo criado pela facção criminosa para resolver litígios e punir os desvios de conduta são os debates ou tribunais do crime. (SANTOS; JORGE; SOUZA; 2017, p. 112)

Essa forma de atuação também apareceu nos relatos: *“Esses dias mesmo mataram um cara lá, por causa que ele esfaqueou a mulher”*.

É interessante também perceber, no discurso das crianças, a forma como tanto a polícia como os traficantes aparecem de forma negativa. Contrapõe-se aqui a imagem comumente presente no imaginário dos adultos, que emprega um maniqueísmo no qual a polícia é colocada como a representação do bem e da

justiça, enquanto os membros do crime são tidos como a representação do violento e mal.

A longa exposição acerca da violência se vê necessária, uma vez que a presença de violência é maior em regiões com maior vulnerabilidade social. Segundo Ruotti et al. (2017, p. 1006), a pobreza em si não é fundamento da violência, mas são diversos fatores, desde desigualdades econômicas até a relação dos cidadãos com a esfera institucional, que agravam o problema da violência. Os elementos principais, aqui, são a forma como o Estado, historicamente, intervém nessas regiões; e a forma como a desigualdade reproduz a vitimização e criminalização dos pobres, que tem seus direitos desrespeitados e falta de acesso à justiça.

Para crianças inseridas nesse contexto social, a família aparece como base fundamental de proteção a vulnerabilidades. Isso é explicitado pelos entrevistados, ao colocarem a família como base de cuidado, afetividade, auxílio. Por outro lado, relações violentas dentro do âmbito familiar reforça riscos sociais e agravam o bem-estar social precário das crianças. Entre os entrevistados, houveram duas menções à violência doméstica, nas quais as crianças relataram apanhar dos membros da família: *“A minha mãe ela é assim, ó: você não fez, você não faz, você apanha. Você não fez, você não faz, ela joga roupa fora. Minha mãe é muito maldosa”*.

É importante também discorrer acerca dos usuários que moravam no SAICA. O acolhimento institucional das crianças ocorre devido à violação de direitos ocorrida na vida destas, o que as expõe à riscos sociais e formas de violência. Além disso, Rossetti-Ferreira et al. (2012, p. 396) afirmam que, em situações de acolhimento, abrigo e adoção, as crianças são pouco ouvidas, tendo seu destino traçado sem seu conhecimento e proteção, negando-se seus sentimentos, medos e vontades. Dentro dessa situação, as crianças tem vínculos afetivos fragilizados, demonstrados na falta de manutenção dos contatos com a família, no desmembramento de grupos de irmãos, no número insuficiente de educadores que prejudicam a relação destes com as crianças. Tais crianças, dessa forma, se veem isoladas, e muitas vezes ainda são alvo de preconceitos nos outros âmbitos sociais que ocupam, como a escola.

A exposição a desigualdades econômicas e à pobreza é percebida nos planos para o futuro mencionados, que giram em torno especialmente do desejo de uma vida economicamente estável. Isso se mostra no desejo de estudar, trabalhar, obter independência financeira dos pais, ter uma casa própria, ajudar a família a ter uma vida materialmente melhor.

A colocações feitas demonstram de forma clara a importância do CCA na vida das crianças. Expostas a violências no bairro, em casa, na escola, o CCA pode surgir como elemento importante de proteção contra tais riscos. Isso se dá, como foi mencionado nas perguntas acerca do serviço, em instâncias como a socialização, o aprendizado acerca de preconceitos e violências, o acolhimento dos funcionários. Além disso, o serviço aparece como alternativa a ficar sozinho e casa ou na rua, de forma que ficariam mais expostos a tais riscos. Também é demonstrada a exposição a vulnerabilidades econômicas entre os entrevistados que relataram frequentar o CCA para poderem se alimentar, pois as famílias não conseguiam comprar comida.

A exposição deixa clara as diversas formas nas quais as crianças estão expostas a vulnerabilidades, que se refletem nas narrativas acerca de desigualdades econômicas, violência escolar, violência doméstica, violência urbana, violência policial, entre outras.

Considerações finais

Retomaremos inicialmente o conceito de vulnerabilidade que foi exposto inicialmente. A vulnerabilidade é composta de diversos elementos, heterogêneos e variáveis, que são determinados pela exposição à riscos e possibilidade de lidar com estes por parte da população de um território. Os riscos e vulnerabilidades são específicos de cada território. Entender a vulnerabilidade significa compreender a desigualdade e exclusão social para além da pobreza, levando em consideração outros elementos que também as definem.

O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), que busca medir a vulnerabilidade de territórios em São Paulo, tem como variáveis as categorias de renda, escolaridade, condição de moradia, composição familiar, saúde, possibilidade de inserção no mercado de trabalho, acesso a bens e serviços públicos. Nosso questionamento inicial indagava se essas categorias eram suficientes para abranger todas as singularidades da concepção de vulnerabilidade.

Após a exposição de cada serviço, é possível afirmar que existem diversos outros âmbitos sociais que expõe os usuários a riscos além destes. Retomaremos alguns pontos explicitados nos serviços analisados para demonstrar isso.

É evidente que as categorias do IPVS, assim como a pobreza, são cruciais para a compreensão dos riscos sociais. A pobreza é um marcador claro de impedimento ao acesso ao bem-estar social e de limitação das condições materiais de sobrevivência, sendo de fato necessário ter como critério a análise da renda. Apesar disso, apenas a renda não é suficiente para compreender desigualdades econômicas: na análise, se mostraram importantes pontos como o recebimento de benefícios sociais e o acesso ao trabalho e às oportunidades de emprego.

A escolaridade também foi um ponto fundamental. O acesso à educação formal é determinante para as melhores oportunidades de emprego. Ainda assim, olhar apenas para a possibilidade de se acessar a escola e para índices de escolaridade não é suficiente - as relações que se situam dentro do âmbito escolar são de extrema relevância, pois trazem à tona outras formas de questões sociais,

como o *bullying*, a infraestrutura escolar ruim e a presença de profissionais abusivos dentro da escola.

A condição de moradia também demonstra exposição à riscos, mas, como foi visto em todos os serviços, é necessário atentar à subjetividade e agência dos moradores para compreender os locais em que moram.

A composição familiar, para ser analisada, necessita de intersecção com outras variáveis, que permeiam, por exemplo, relações de gênero dentro dos lares.

A infraestrutura pública presente nos territórios simboliza diretamente o acesso ao bem-estar social, mas quanto ao território faltam outras noções, como o acesso à formas de lazer, que também é um marcador do bem-estar social; e a violência urbana e a forma como esta afeta o cotidiano, o trânsito pelo bairro e gera reações psicológicas negativas.

Além destas colocações, cabem ainda diversos outros elementos que evidenciam exposições à vulnerabilidade. Retomando os apontamentos feitos durante as entrevistas, podemos salientar:

- As desigualdades de raça e percepções acerca de identidade e pertencimento, e a forma como o racismo estruturado na sociedade afeta a vida de indivíduos;
- As relações sociais que permeiam no bairro e sua possibilidade de aumentar a exposição a riscos ou formar um ambiente de conforto e auxílio no combate destes;
- As relações familiares, e como estas podem representar um ambiente de apoio e construção de estabilidade psicológica, ou podem ser permeadas por violência doméstica e exporem à riscos sociais;
- O envelhecimento e estigmas sociais que o permeiam, podendo acarretar no abandono e invisibilização dos idosos;
- As desigualdades de gênero, que acarretam em riscos sociais como o acesso limitado ao trabalho, salários desiguais, obrigação da realização de trabalho doméstico não remunerado, maternidade obrigatória e uniparental;

- A violência policial e os abusos realizados por policiais na vida de pessoas de determinados territórios, que representam a criminalização da pobreza e evidenciam o racismo de forma extremamente violenta.

Fica claro, depois de tantos elementos expostos, a forma como faltam diversas instâncias na compreensão da vulnerabilidade pelo IPVS. Reiteramos que a vulnerabilidade tem especificidades em cada território, e que a busca pelos casos individuais em cada território atendido pela SAS é essencial para que se possa oferecer um serviço de qualidade.

Após salientar esses pontos, é evidente a importância dos serviços da SAS na vida de pessoas em condições vulneráveis. A SAS atua como rede social básica para minimizar o impacto da vulnerabilidade social, proporcionando espaços de sociabilidade, proporcionando combate aos diversos tipos de discriminação.

Além disso, podemos inferir que muitas pessoas que moram nas áreas de maior vulnerabilidade sequer chegam aos nossos serviços. Sendo assim, há necessidade de manter e até ampliar o trabalho de busca ativa, para atender aqueles que são invisíveis socialmente e que estão ainda mais sujeitos à riscos sociais.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei Orgânica nº 8742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília, DF, 7 dez. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm>. Acesso em: 29 abr. 2019.

BRASIL. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF, nov. 2005. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PN_AS2004.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2019.

BENSUSAN, Hilan. **Quem pode fugir dos filhos indesejados?** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, n. 1, p.322-324, abr. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2012000100020>.

CARDIA, Nancy; ADORNO, Sérgio; POLETO, Frederico. **Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 47, p.43-73, abr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000100004>. Acesso em: 16 jul. 2019.

CUNHA, Cristina Mocetão; MEIRELES, Ana. **Modelos de representação face à recomposição familiar: olhares juvenis**. In: Congresso Português de Sociologia, VIII, 2014, Évora. p. 1 - 13. Disponível em: <https://historico.aps.pt/viii_congresso/VIII_ACTAS/VIII_COM0523.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2019.

CUNHA, Marcela Brandão. **Possíveis relações entre percepções de violência dos alunos, clima escolar e eficácia coletiva**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 40, n. 4, p.1077-1092, 25 mar. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-97022014005000010>. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/2014nahead/aop1252.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - metodologia. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.iprs.seade.gov.br/ipvs2010/view/pdf/ipvs/metodologia.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2019.

FRY, Peter. **O que a Cinderela negra tem a dizer sobre a “política racial” no Brasil**. Revista Usp, São Paulo, n. 28, p.122-135, 1 mar. 1996. Universidade de São Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i28p122-135>. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28369/30227>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

GONZALES, Lélia. **A categoria político cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 93, n. 92, p.69-82, jan. 1988.

MEDEIROS, PAULO. **Como estaremos na velhice? Reflexões sobre envelhecimento e dependência, abandono e institucionalização**. POLÊMICA, [S.l.], v. 11, n. 3, p. 439 a 453, ago. 2012. ISSN 1676-0727. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/3734/2616>>. Acesso em: 13 maio 2019. doi:<https://doi.org/10.12957/polemica.2012.3734>.

NASCIMENTO, Paula Fonseca do; MELAZZO, Everaldo Santos. **Território: conceito estratégico na assistência social**. Unesp, Londrina, 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/16148>>. Acesso em: 02 maio 2019.

OLIVEIRA, Daniele; PEREIRA, Leandro Dias; SOARES, Reinaldo da Silva. **Relatório de pesquisa: Perfil dos usuários dos serviços da SAS Butantã**. 2007. 67 f. Subprefeitura do Butantã, Coordenadoria de Assistência e Desenvolvimento Social, Supervisão de Assistência Social. Observatório das Políticas Sociais, São Paulo, 2007.

Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua- Terceiro Trimestre de 2018. S/I: Ibge, 2018.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: HIRATA, Helena et al (Org.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 67-75.

OLIVEIRA, Wanderlei Abadio de et al. **Causas do bullying:: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar**. Revista Latino-americana de Enfermagem, [s.l.], v. 23, n. 2, p.275-282, abr. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-1169.0022.2552>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/2015nahead/pt_0104-1169-rlae-0022-2552.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

RIBEIRO, Felipe Garcia; SHIKIDA, Claudio; HILLBRECHT, Ronald Otto. **Bolsa Família: Um survey sobre os efeitos do programa de transferência de renda condicionada do Brasil**. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 47, n. 4, p.805-862, dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-416147468fcr>.

RIBEIRO, Vanda Mendes; VÓVIO, Cláudia Lemos. **Desigualdade escolar e vulnerabilidade social no território.** Educar em Revista, [s.l.], n. 2, p.71-87, set. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.51372>.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde et al. **Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas.** Psicologia: Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p.390-399, 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-79722012000200021>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722012000200021&lang=en>. Acesso em: 16 jul. 2019.

RUOTTI, Caren et al. **A ocorrência de homicídios no município de São Paulo: mutações e tensões a partir das narrativas de moradores e profissionais.** Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 26, n. 4, p.999-1014, dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902017170254>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902017000400999>. Acesso em: 16 jul. 2019.

SANTOS, Denis Delgado; JORGE, Domenico Rodrigues Simião Reis; SOUZA, Eduardo Rumenig de. **O paradoxo da política de segurança pública: estado, PCC e a gestão da violência na cidade de São Paulo.** Primeiros Estudos, São Paulo, n. 8, p.105-124, 17 maio 2017. Universidade de Sao Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2237-2423.v0i8p105-124>. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/primeirosestudos/article/view/96720>>. Acesso em: 16 jul. 2019.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **A arma e a flor: Formação da organização policial, consenso e violência.** Tempo Social, São Paulo, v. 1, n. 9, p.155-166, maio 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20701997000100008&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 16 jul. 2019.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

SILVA, Pedro Fernando da et al. **Limites da consciência de professores a respeito dos processos de produção e redução do bullying.** Psicologia Usp, São Paulo, v. 28, n. 1, p.44-56, abr. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-656420150129>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65642017000100044&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como ordem simbólica.** Psicologia Usp, São Paulo, v. 3, n. 15, p.11-28, mar. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v15n3/24603>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. **O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais.** Estudos de Psicologia (campinas), [s.l.], v. 25, n. 4, p.585-593, dez. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-166x2008000400013>.

THURLER, Ana Liési. **Compromissos do ensino do Direito de Família com a promoção da igualdade - Por um diálogo com os jovens homens e com as jovens mulheres do Ensino Médio da rede pública brasileira.** Belo Horizonte, out. 2005. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/assets/upload/anais/45.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2019.